

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**Jornalismo desmanchado no ar:
o fragmento como método no discurso pós-moderno**

CÁTIA GUIMARÃES

Rio de Janeiro

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**Jornalismo desmanchado no ar:
o fragmento como método no discurso pós-moderno**

CÁTIA GUIMARÃES

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-graduação em
Comunicação e Cultura da Escola de
Comunicação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como parte
dos requisitos necessários à obtenção
do título de Mestre em Comunicação
e Cultura.

Orientador: Marcio Tavares d'Amaral

Rio de Janeiro

2008

CÁTIA GUIMARÃES

**Jornalismo desmanchado no ar:
o fragmento como método no discurso pós-moderno**

Prof. _____ Orientador

Marcio Tavares d'Amaral, doutor
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. _____

Paulo Vaz, doutor
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. _____

Sylvia Moretzsohn, doutora
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro
2008

Agradecimentos

A Marcio Tavares d'Amaral, meu orientador, por ser um professor 'a moda antiga', que não indiferencia os saberes e luta pelo conhecimento crítico.

A Paulo Vaz, querido professor da graduação que me ajudou a dar as primeiras formas a este trabalho, lá nos 'primórdios' do mestrado.

A André Malhão, diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz — onde experimento novos 'fazer' de comunicação —, pelo incentivo e carinho.

Aos meus companheiros próximos de trabalho (Marcelo, Juliana, Angela, José Luiz, Luciane), pela flexibilidade e compreensão, sem queixas, das ausências necessárias à conclusão deste trabalho.

A Caco Xavier e Ana Beatriz de Noronha, minha 'cota' de amigos pós-modernos neste mundo, pelas infinitas, repetitivas, irritantes, deliciosas e instrutivas discussões em mesas de bar.

À amiga Anamaria Corbo, pela cumplicidade cotidiana da compreensão de que teoria e prática, reflexão, trabalho e engajamento precisam andar juntos.

Ao amigo Cláudio Gomes, meu filósofo de plantão, pelas horas de vida dedicadas a entender (e contribuir) o projeto que originou este trabalho quando nem mesmo eu o entendia.

Aos meus pais, pelo orgulho que me movimenta.

A André Dantas, meu amor, por embarcar e viver comigo parte disso, por ter trabalhado duro na busca de autores e referências, na revisão de conteúdo, no questionamento de idéias e, sobretudo, por ter cuidado da felicidade que uma empreitada como essa requer. Por tudo, enfim — e tudo é muita coisa.

“(...) o combate contra a ideologia não implica de modo algum que nunca se deva ter contato com ela; muito pelo contrário, luta-se contra a ideologia colocando-se no mesmo terreno que ela, discutindo com ela, e, pela força da análise crítica, consegue-se fazer aflorar suas contradições, seus pontos cegos; em suma, ela é destruída por dentro.

Muhlmann, 2006, 119

RESUMO

O trabalho busca investigar uma certa coerência histórica entre a hegemonia de um 'jornalismo informativo' e a emergência de uma sociedade marcada por uma nova configuração do capitalismo e pela crise de valores clássico-modernos como os de fundamento e verdade. Nesse sentido, esforça-se por desnaturalizar o método jornalístico contemporâneo, apontando sua objetividade e factualidade como uma nova forma de disseminação de ideologia, adequada ao novo contexto, e estuda caminhos possíveis para um jornalismo dialético, que vá além do fato em si e não ignore as contradições da realidade.

Palavras-chave: jornalismo informativo, discurso pós-moderno

ABSTRACT

The paper intends to investigate a kind of historical coherence between the hegemony of an 'informative journalism' and the emergency of a society that is signed for a new capitalism configuration and for the crisis of classical-modern values such as origin and truth. In this direction, the paper tries not to see the contemporary journalism method as natural, indicating its purpose and factuality as a new form of ideological dissemination, suitable to the new context, and studies possible ways to a dialectical journalism, which goes moreover the fact itself and does not ignore reality contradictions.

Keywords: informative journalism, postmodern discourse

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1. DIAGNÓSTICO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	5
1.1. Cultura sem referência, fundamento e verdade.....	7
1.2. Cultura de um novo tempo.....	14
1.3. Cultura do indivíduo.....	19
1.4. Cultura da informação.....	23
2. HISTÓRIA ORIENTADA DO JORNALISMO: DA	27
MODERNIDADE AO CONTEMPORÂNEO.....	
2.1. Jornalismo no mundo.....	28
2.2. Jornalismo e imprensa de massa.....	40
2.3. Jornalismo no Brasil.....	45
3. DESCRIÇÃO DO MÉTODO JORNALÍSTICO	63
CONTEMPORÂNEO.....	
3.1. Notícia: novo e atual.....	63
3.2. Objetividade e imparcialidade: a centralidade dos fatos.....	70
3.3. Entre o fenômeno e a essência: verdade e conhecimento.....	78
4. POR UM OUTRO JORNALISMO.....	87
4.1. Sobre singulares e universais.....	88
4.2. Dialética como método.....	99
4.3. Método e ideologia.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre jornalismo. É também sobre o tempo e sobre a verdade. Do resultado de todas essas coisas, é, finalmente, sobre projetos em disputa: projetos de mundo, de sociedade e de homem.

Trata-se de um estudo sobre jornalismo na medida em que reconhece o modelo de jornalismo em voga atualmente como mais uma das inúmeras manifestações concretas de um momento de acelerada transição que estamos vivendo, em que conceitos e valores cunhados na modernidade convivem com a eclosão de um novo discurso que costuma atender pelo nome de pós-moderno. Em outras palavras, este trabalho pretende desnaturalizar a prática e o saber jornalísticos, compreendendo que, mais do que um conjunto de técnicas profissionais, eles compõem uma forma de produção de conhecimento sobre o mundo que se tornou central ao longo do século XX. E que, como não poderia deixar de ser, manifesta, no seu desenvolvimento como campo, as contradições e impasses que estão colocados como desafios para a sociedade contemporânea.

Não se trata de fazer uma análise de discurso ou de conteúdo do jornalismo e, menos ainda, dos meios de comunicação de massa — *locus* principal dessa prática. Trata-se, isso sim, de pensar o ‘modelo’ de jornalismo atual, aquele que, estruturado para, dentre outras coisas, atender ao papel da grande mídia no capitalismo contemporâneo, consegue, em virtude da sua naturalização como técnica objetiva, se entranhar em todos os espaços em que se faz comunicação profissionalmente. Parodiando — e subvertendo — MacLuhan, significa apostar que o método — limitado pelo meio, claro — é, cada vez mais, a mensagem.

Este é, portanto, um esforço de localizar o jornalismo — e as concepções de comunicação que o sustentam — na História e, conseqüentemente, como instrumento (não-neutro) da luta pela significação do mundo, não só nos conteúdos, como costumam apontar as análises que tratam do poder de manipulação da mídia, mas também pelo método. No que diz respeito à atualidade, a hipótese do projeto que origina este trabalho é de que, se vistas

por uma perspectiva teórica, as mudanças (reformas) que o jornalismo vem sofrendo nos últimos 50 anos, sob influência, principalmente, dos Estados Unidos e da Inglaterra, refletem, em boa medida, o discurso pós-moderno.

É essa sociedade em crise — e que, conforme nossa suposição, é, ao mesmo tempo, reforçada e refletida pelo modelo de jornalismo que foi construído no seu bojo e que ajuda a significá-la —, que tentaremos caracterizar no primeiro capítulo. Para garantir o vínculo com o objetivo de repensar a prática jornalística, a descrição desse momento atual será feita a partir da discussão das principais características que são, ao mesmo tempo, chave para as mudanças que fazem dessa uma sociedade em crise e definidoras da prática jornalística como campo de saber e fazer. De um lado, temos uma mudança de temporalidade, a intensificação de uma lógica do individualismo e, alinhada com o processo de globalização, a passagem de uma cultura da comunicação para uma cultura da informação. De outro, temos a perda ou transformação radical das noções de fundamento, sentido e verdade — aquelas que fundaram a comunicação quando ela ainda não havia se dissociado tão abruptamente do conhecimento.

No capítulo 2, visitaremos uma história orientada do jornalismo no mundo e no Brasil, procurando mostrar que, embora nasça e se consolide fora do regime da verdade absoluta — inclusive recuperando, de certa forma, a lógica sofista, ao instaurar o mundo da opinião (pública) como definidora de um certo padrão de consenso social —, o jornalismo teve, durante boa parte da sua história, a função de defender um certo projeto de sociedade. Cada jornal produzia a sua história dos fatos e, com isso, a sua própria verdade do mundo. Preocupava-se em apontar para uma leitura (conhecimento) que se pretendia verdadeira do mundo, e não apenas em fornecer informação (diferente de conhecimento) verossímil (diferente de verdadeiro). De alguma forma, ler um jornal também foi, por muito tempo, um modo de compor a identidade de grupo, de aderir a uma ou outra verdade, de acordo com a sua classe social, visão de mundo e interesses políticos e econômicos, por exemplo. Desconfiamos que não seja mais exatamente assim.

O terceiro capítulo vai descrever a prática/método jornalístico atual, que remete à influência norte-americana e se consolida, no Brasil, na segunda metade do século XX — coincidindo, em grande medida, com o advento da sociedade contemporânea que já teremos caracterizado. Trata-se, naturalmente, de uma descrição orientada e analisada, a partir dos pressupostos já anunciados.

Depois de descrever os três processos que parecem fundamentais para a nossa argumentação — a sociedade contemporânea, a história do jornalismo e o método jornalístico —, o quarto capítulo, finalmente, apresenta-se de modo mais propositivo, localizando o problema e discutindo caminhos possíveis — teóricos e práticos.

Desnaturalizar a prática jornalística para deslocá-la desse lugar. Reconhecer o jornalismo como disciplina que, para além da técnica profissional que se quer objetiva, representa uma forma específica de apresentar e significar o mundo. Somar à preocupação com o meio e suas vinculações, o reconhecimento da importância do método e sua capacidade de se capilarizar para além da grande mídia. Eis a contribuição que este trabalho espera dar à disputa que ora se trava pela manutenção do direito ao pensamento crítico e à capacidade de se continuar conhecendo o mundo. De forma mais positiva, trata-se, aqui, de definir o jornalismo como o lugar de prática onde, apesar de todas essas contradições, se deposita a expectativa de verdade — e onde, portanto, se exercita ainda o gosto pela verdade, mesmo que, no campo da produção, ela seja apenas um exercício de simulação.

1. DIAGNÓSTICO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Chamamos, neste trabalho, de sociedade contemporânea àquela que emerge a partir, principalmente, da segunda metade do século XX. É resultado, por um lado, da reorganização interna do capitalismo mundial e, por outro, de uma sucessão de crises que põem em xeque diversos valores clássico-modernos. Momento de transição, trata-se de uma sociedade marcada pela coexistência de duas culturas, antagônicas e incompatíveis, que disputam o direito de orientar os sistemas de pensamento daqui por diante.

Por mais que a análise mais aprofundada das crises e soluções estratégicas no campo político-econômico que nos trouxeram até o capitalismo dito pós-industrial não sejam o tema central deste trabalho, não nos parece possível caracterizar a sociedade contemporânea sem abordar minimamente a questão da globalização. O reconhecimento de uma nova fase do capitalismo, principalmente a partir dos últimos 30 anos, no entanto, vem se apresentando como uma estratégia que serve a dois senhores. Esse tem sido, por exemplo, o principal argumento do discurso neoliberal, que clama por uma necessária mudança de comportamento e expectativas das pessoas (e grupos e instituições) para que acompanhem o desenvolvimento do capitalismo, dado, nesse caso, como algo irrevogável, e classifica como ultrapassadas todas as reivindicações de direitos, que deixariam de fazer sentido no contexto desse 'novo mundo'. Como nos diz Santos: "O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba também por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos" (2005, 36).

É preciso, então, esclarecer que, neste trabalho, reconhecemos na sociedade contemporânea as marcas de uma nova fase do capitalismo, compreendendo, primeiro, que ela só tem aumentado o fosso que exclui a maior parte da humanidade, que cada vez tem menos atendidas suas necessidades mínimas, e, segundo, que, como movimento histórico, não se trata de um modelo dado e irreversível ao qual devemos nos adequar. Ao contrário. Trata-se de entender o sistema para superá-lo, sem, no entanto, aderir a duas armadilhas freqüentes:

uma, própria do discurso de direita, que considera superado o determinismo econômico que evidencia a exploração sobre a qual o sistema capitalista, tido como único e natural, se sustenta; e, outra, freqüente na nostalgia de uma parte da esquerda, que, diante de tamanho enfraquecimento atual dos direitos sociais, solicita a reconstrução do Estado de Bem-Estar Social.

Vale dizer ainda que não nos ocuparemos de buscar as origens e fundamentos da crise que resultou no capitalismo contemporâneo, tendo em vista que já existe uma vasta literatura a esse respeito e o que nos interessa especificamente são alguns efeitos dessa mudança, que serão descritos ao longo dos tópicos que compõem este capítulo.

A sociedade de que falamos configura-se como um mundo marcado pelo capitalismo pós-industrial ou de mercado, que reconfigura o papel do Estado e da sociedade civil na dinâmica econômica e investe, fundamentalmente, na produção de serviços centrados na informação. Como nos explica Sodré: “Em termos públicos, o fenômeno recebe o nome de globalização, mas politicamente coincide com a ideologia do ‘neoliberalismo’, uma plataforma econômico-político-social-cultural, empenhada em governo mínimo, fundamentalismo de mercado, individualismo econômico, autoritarismo moral e outros” (2002, 14).

De um capitalismo baseado na produção, que se materializava na fábrica e nas relações de trabalho que dela derivavam, que precisava do Estado com um papel diferente do que desempenha hoje e da materialidade da produção que o sustentava, assistimos ao surgimento de um sistema baseado no capital flexível, supraterritorial, que altera profundamente as relações sociais, sobretudo a partir das mudanças no mundo do trabalho. “A globalização arrasta as economias para a produção do efêmero, do volátil (por meio de uma redução em massa e universal da durabilidade dos produtos e serviços) e do precário (empregos temporários, flexíveis, de meio expediente)” (Bauman, 1998, 86).

Enfraquecimento do papel político-mediador do Estado, desterritorialização das relações econômicas, dependência das tecnologias de informação teoricamente capazes de ‘integrar’ o mundo e produção do

desemprego estrutural são algumas características que resumem, em linhas gerais, o fenômeno a que chamamos de globalização.

Bauman nos alerta ainda para a necessidade de pensar a globalização como um processo que, por si só, marca as diferenças entre os padrões e valores modernos e os contemporâneos. Definindo a globalização como nomeação da “nova desordem mundial”, fundada na incerteza e na sensação de falta de um centro controlador, ele a distingue do processo de universalização que teria marcado a modernidade.

Assim como os conceitos de ‘civilização’, ‘desenvolvimento’, ‘convergência’, ‘consenso’ e muitos outros termos chaves do pensamento moderno inicial e clássico, a idéia de ‘universalização’ transmitia a esperança, a intenção e a determinação de se produzir a ordem (...) Além disso, declarava a intenção de tornar semelhantes as condições de vida de todos, em toda parte, em portanto, as oportunidades de vida para todo mundo: talvez mesmo torná-las iguais (Bauman, 1998, 67).

Completando essa linha de pensamento, o autor lembra que a globalização não se apresenta a nós como um desejo ou projeto; ao contrário, ela nomeia um conjunto de processos que simplesmente estão acontecendo. Diz respeito, portanto, aos efeitos, mais do que às intenções.

1.1. Cultura sem referência, fundamento e verdade

Este é o espaço-tempo da crise que chamamos morte do mundo: a agonia atual de um passado cuja linguagem filosófico-científica a Europa ainda fala — e nós com ela; uma nova palavra que precisa ser dita e que simplesmente não sabemos dizer. — Pós-modernos? Ainda não aprendemos sequer a ser pós-medievais! (D’Amaral, 2004, 53)

Pensaremos, neste tópico, na sociedade contemporânea como um tempo que precisa dar conta de crises que nasceram lá no auge do desenvolvimento da modernidade — até para que, dependendo dos resultados, consigamos decidir se somos pré, pós, tardo ou apenas modernos. Eis como, de forma resumida,

D'Amaral nos apresenta um quadro geral das condições de existência da sociedade contemporânea:

(...) quebra do modelo representacional clássico e a falência do paradigma dos fundamentos (...) pondo em crise o sistema de pensamento clássico-moderno da Verdade como adequação, enunciado, justeza e produção de conhecimento. Esse diagnóstico leva em conta o estado da cultura, a emergência da tecno-logia, a forma da ciência contemporânea, os objetos privilegiados pela história, as condições da filosofia no seu exercício atual – direções, escolhas e impasses (2004, 148)

Esse mesmo cenário nos é caracterizado por Bauman pela metáfora de uma sociedade 'líquida', quando pensada em comparação com a sensação de solidez que já nos foi familiar. Os líquidos, diz ele, não mantêm uma forma, subvertem a ocupação do espaço e não detêm o tempo. "Descrições de líquidos são fotos instantâneas, que precisam ser datadas" (2000, 8). Essa é a imagem de um mundo em constante movimento, no qual não se tem o direito de parar; de enfraquecimento das instituições que garantiam um mínimo de coesão social; e em que as certezas ou os fundamentos que permitiam alguma aposta futura são inteiramente dissolvidos. Como nos diz Sennet (2006, 33): "O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal (...)".

Trata-se, portanto, de um mundo em que dois dos principais elementos que nos davam identidade e perspectiva, de acordo com os padrões modernos, são alterados na sua estrutura mais íntima: o espaço se torna desterritorializado, especialmente pelas novas tecnologias de informação, e o tempo, de histórico, passa a ser tempo real. Mais do que isso, falamos de um mundo em que se diluíram "as forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política" (Bauman, 2000,12). Desenha-se, com isso, uma forma de existência em que se pretende que o foco (das ações e das responsabilidades) se desloque do sistema para a sociedade, da política para as "políticas da vida", do macro para o micro (Bauman, 2000, 14).

Esse processo, que se materializa num mundo de incertezas e fluidez travestidas de alteridade e liberdade, inaugura novas formas de dominação e exercício de poder baseados não mais no confinamento ou na disciplina de corpos aprisionados, mas sim no incentivo (e controle) à mobilidade. “A modernidade ‘sólida’ foi experimentada como uma era de engajamento mútuo. A modernidade ‘fluida’ é a época do desengajamento, da fuga fácil e da perseguição inútil” (Bauman, 2000, 140). Contra a exploração do trabalho representado pelo chão de fábrica, a autonomia do empreendedorismo. Contra a hierarquização dos movimentos sociais, o engajamento individual. Substituindo os direitos sociais, a prestação de serviços. No lugar do cidadão, o consumidor.

Só poderiam assumir sua responsabilidade as pessoas que tivessem dominado a difícil arte de agir sob condições de ambivalência e incerteza, nascidas da diferença e variedade. As pessoas moralmente maduras são seres humanos que cresceram a ponto ‘de precisar do desconhecido, de se sentirem incompletos sem uma certa anarquia em suas vidas’, que aprenderam a ‘amar a alteridade’ (Bauman, 1999, 54).

Em alguma medida, tal como a passagem de um modelo de dominação baseado no castigo físico — como Foucault caracterizou a sociedade do suplício — para um padrão de disciplinarização, foi considerada um progresso civilizatório, também agora o controle sem força e sem muros, “ao ar livre”, como diz Deleuze (2006, 220), vem significado por um discurso de liberdade, fuga da opressão e apologia das multiplicidades.

O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão de guetos e favelas (Deleuze, 2006, 224).

Ou ainda, como Bauman nos explica:

A elite global contemporânea é formada no padrão do velho estilo dos ‘senhores ausentes’. Ela pode dominar sem se ocupar com a administração, gerenciamento, bem-

estar, ou, ainda, com a missão de ‘levar a luz’, ‘reformatar os modos’, elevar moralmente, ‘civilizar’ e com cruzadas culturais. O engajamento ativo na vida das populações subordinadas não é mais necessário (...) (2000, 21)

Nessa característica desse novo modo de se exercer o poder está um importante ponto de análise para o papel da imprensa. Como veremos no capítulo seguinte, a história mundial da imprensa aponta sempre uma tensão e disputa entre um jornalismo doutrinário, marcado pelo posicionamento político, e um jornalismo informativo, pretensamente não-opinativo. Supomos que a vitória deste último modelo mantém intrínseca relação com as mudanças de necessidade e de forma das classes dominantes de hegemonizarem suas idéias e seus interesses — processo que contou, ao longo da História, com forte participação da imprensa. Essa discussão será pormenorizada mais adiante, mas vale ressaltar que não se está dizendo aqui que não exista necessidade e esforço de manipulação na imprensa de hoje; defendemos apenas que o caminho para esse ‘convencimento’, sem doutrinação, fragmentado e ativado em momentos específicos, é profundamente coerente com os novos dispositivos de poder da ‘sociedade do controle’¹ que marca o mundo contemporâneo. Como nos mostra Bauman:

Ao contrário da maioria dos cenários distópicos, este efeito não foi alcançado via ditadura, subordinação, opressão ou escravidão; nem através da ‘colonização’ da esfera privada pelo ‘sistema’. Ao contrário: a situação presente emergiu do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e de agir (2000, 11).

Como veremos ao longo deste capítulo, todas as mudanças que aqui destacamos como marcas de uma sociedade em crise são, por um lado, resultado da necessidade de legitimar e naturalizar as transformações internas do sistema capitalista. Mas, por outro, esse processo é reforçado pelo crescimento e expansão de um novo tipo de discurso científico-filosófico que

¹ Sociedade do controle é um nome dado por William Burroughs, e desenvolvido por Deleuze, para caracterizar a sociedade que emerge a partir da segunda metade do século XX, dando sequência à genealogia do poder iniciada por Foucault, que descreveu a sociedade do suplício e a sociedade da disciplina como períodos imediatamente anteriores.

reivindica a mesma liberdade, fluidez e incerteza positivada a partir da defesa do fim dos fundamentos. Apesar de todo o caráter de ruptura que esse processo pode sugerir, propomos, neste trabalho, que não se aceite a simplificação teórica segundo a qual aquilo a que esse discurso, dito pós-moderno, se opõe são valores da Modernidade (daí sua autodefinição como ‘pós’) ou, o que é pior, de uma modernidade que não deu certo. A linha seguida por nós diz o contrário, porque localiza, lá no nascedouro da Modernidade, por volta do século XVII, as condições necessárias para os primeiros tremores nas idéias de verdade, referência e real (que, portanto, lhe são anteriores), que aparecem, finalmente, no século XIX. Tudo isso significa dizer que, como nos mostram as genealogias traçadas por D’Amaral ao longo da sua obra aqui referida, Deus (o fundamento, o absoluto, a causa) não morreu de morte súbita às vésperas do século XX, quando Nietzsche lhe dá a sentença, mas, ao contrário, veio sucumbindo ao longo de todo o período moderno.

Nesse sentido, Bauman também faz questão de ressaltar que esse novo cenário não é suficiente para justificar o prefixo ‘pós’ que caracteriza o discurso pós-moderno, já que, segundo ele, a modernidade foi, desde sempre, um “processo de liquefação” (2000, 9). Para o autor, a modernidade caracterizou-se demarcadamente pelo esforço de destruir todos os sólidos que encontrou, identificados, sobretudo, com o sagrado e a tradição. A diferença, lembra, é que, naquele momento, destronava-se uma estrutura sólida para pôr outra no lugar, pretensamente mais elaborada, menos frágil e, portanto, duradoura. A base de sustentação da aposta de que a modernidade traria uma solidez mais forte e permanente do que se experimentara no passado era a proposta de que, agora, o futuro (ou seja, os efeitos, as conseqüências) seria resultado de cálculos racionais e não mais da adesão ‘sem critério’. Essa é a base do racionalismo que inaugura a sociedade moderna, calcada, em grande medida, no desenvolvimento da ciência.

Esse processo foi se tornando, com o passar dos séculos, um caminho cada vez mais aberto para um tipo de racionalidade instrumental, que teve efeitos diversos. De um lado, que se concretiza mais numa leitura político-econômica,

cedeu-se espaço para que a economia assumisse mais explicitamente e — contraditoriamente — de forma menos vulnerável à crítica, o lugar que Marx já lhe havia delegado na estruturação do sistema capitalista. Como explica Bauman:

O derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. Sedimentou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos. Essa nova ordem deveria ser mais ‘sólida’ que as ordens que substituíra, porque, diferentemente delas, era imune a desafios por qualquer ação que não fosse econômica. A maioria das alavancas políticas ou morais capazes de mudar ou reformar a nova ordem foram quebradas ou feitas curtas ou fracas demais, ou de alguma outra forma inadequadas para a tarefa. Não que a ordem econômica, uma vez instalada, tivesse colonizado, reeducado e convertido a seus fins o restante da vida social; essa ordem veio a dominar a totalidade da vida humana porque o que quer que pudesse ter acontecido nessa vida tornou-se irrelevante e ineficaz no que diz respeito à implacável e contínua reprodução dessa ordem (2000, 10-11).

De outro lado, esse ‘racionalismo instrumental’ acompanha o que D’Amaral chama de surgimento da tecno-logia, termo que ele prefere grafar com hífen para evidenciar, pela identificação dos radicais, que se trata da junção, antes nunca experimentada, da técnica com a ciência — nas suas palavras, “um poderoso Acontecimento, que, por meados do século XX, se apresentou em condições de mudar a História” (2004). Trata-se, segundo ele, da instauração do reino da eficácia, que abre mão da verdade — aquela que aponta para origens e causas e, portanto, reivindica o fundamento — em nome da resposta produtiva e útil. Como também nos diz Bauman, numa frase que nos parece coerente com essa linha de pensamento: “Os custos de se arcar com as conseqüências não precisam agora ser contabilizados no cálculo da ‘eficácia’ do investimento” (1999, 17). Novamente, não se trata apenas de apontar a capacidade do capitalismo de transformar tudo em mercadoria, mas de pensar que isso significa uma mudança na estrutura mais íntima da ciência moderna e refletir sobre o quanto isso repercute, na vida cotidiana dos homens comuns, como uma transformação, por exemplo, da idéia de conhecimento e da relação

entre teoria e prática. Embora esse ponto venha a ser desenvolvido mais cuidadosamente adiante, vale dizer que isso tem uma influência direta sobre as formas de se dar a conhecer o mundo (ou a saber do mundo), dentre as quais estão o jornalismo — apesar de não estarmos acostumados a pensá-lo dessa forma.

Conhecimento e verdade estão, de fato, no cerne dos efeitos dessas mudanças, já que o que define, em parte, o período histórico que chamamos de Modernidade é, dentre outras coisas, a separação entre sujeito e objeto e a criação da verdade como conhecimento. Em primeiro lugar, quando o homem se coloca como sujeito, ele transforma o mundo em objeto que precisa se tornar objetivo para ser cognoscível. Dá-se, portanto, uma inversão: se até esse momento, o real fazia sentido em si mesmo, a partir daí, ele passa a ser aquilo que se coloca diante do homem-sujeito para ser conhecido. Em segundo, a verdade deixa de estar no real e no mundo propriamente e passa a figurar no conhecimento do sujeito sobre o objeto. A Verdade *substantivo*, que até então se experimentava, vai paulatinamente se transformando em *adjetivo* até se limitar a ser conhecimento verdadeiro.

No século XIX, essa crise — que, na realidade, são várias: do fundamento, da referência, da representação, da verdade, do real, do homem — foi, segundo D’Amaral, experimentada “na forma de uma intensa produção de discursos de origem e uma não menos intensa fabricação de utopias, discursos de fim. O passado e o mais remoto que o passado, o futuro e o mais além que o futuro passaram a contar entre as condições segundo as quais é possível dizer a verdade” (2004, 240). Já no século XX, ela se manifesta pela simultaneidade de duas ‘culturas’ em disputa — e não de um paradoxo apenas, como a História testemunhou tantas outras vezes: uma que reivindica um mundo para além do sujeito (ou melhor, do indivíduo), um mundo com passado, origem, referente — e que faça sentido; e outra que acredita na morte de todos esses valores (conceitos, princípios, processos) e — o que é mais importante — defende que eles não fazem falta alguma.

Duas culturas. Não se falará em contradição interna à cultura; são lógicas diferentes, estratégias diferentes,

pressupostos distintos; duas culturas, de fato; podiam pertencer a civilizações distintas, embora vizinhas, mas pertencem à mesma, que se chama Ocidente; e convivem sem acordo possível.

Para uma, a verdade é Adequação, e o sujeito é consciência; o campo aberto entre homens e coisas — o Fora — é coberto por um modo de referência que é a representação (...)

Para a outra, a verdade é poder, e o sujeito é o jogador da Ausência; na falta da Adequação e do pleno de consciência, o Fora é o espaço intensamente múltiplo das simulações, ocupado por relações dinâmicas, entre simulacros, e a Referência é um lance sempre virtual. No modo das tecnologias e da generalizada mediação — o mundo, o sujeito, a verdade, o Outro, tudo se passa no meio, pelo meio — todas essas dimensões estão em explosão contínua, são de um dinamismo exasperante que não conhece repouso, porque só conhece diferença: tudo é sempre novo. Mas também indiferença (quando tudo é apenas novo, nada interessa por ser novo) e igualmente indiferenciação (na mobilidade indeterminada, como demarcar e adotar para si, no fluxo do novo, a diferença da novidade? — como não morrer da novidade, indiferenciadamente?) (D'Amaral, 2004, 219-220)

Embora, ao longo desse processo, a verdade tenha perdido seu caráter de absoluto, durante muito tempo ainda foi possível crer que o conhecimento verdadeiro era não só possível como necessário. Mais do que isso, ainda se reivindicava que o mundo fizesse sentido. É precisamente essa a ruptura que começa a se dar em meados do século XX, caracterizando a disputa que marca a sociedade contemporânea.

1.2. Cultura de um novo tempo

É verdade que 'uma vez' os homens das cavernas 'descobriram o amanhã'. Mas a história é tanto um processo de esquecer como de aprender, e a memória é famosa por sua seletividade (Bauman, 2000, 148).

Outro fator determinante da sociedade contemporânea é a mudança na relação com a temporalidade, que também tem sua própria história na filosofia. Mais uma vez, filhos diretos das construções da modernidade, nos

acostumamos a pensar o tempo num encadeamento linear entre passado, presente e futuro. Esse é o tempo cronológico que, segundo D'Amaral, entra em cena com força a partir do século XIX ou, mais especificamente, com a História, o mecanismo que a Modernidade criou para controlar o tempo. Diz ele:

(..) a História, procedendo do passado para o futuro, linearizou o tempo, dimensionou-o, e o pôs no perigo da geometrização espacial — e isso por um bom motivo: a História (no século XIX) permanece no campo hegemônico da Verdade, e a Verdade, como Causa, repousa no passado, e de lá se move. É neste domínio que a História se mostra eficaz em proteger o tempo do acaso e do caos (2004, 258)

Pensando na ruptura que se apresentará como proposta no contemporâneo, é válido dizer que todo esse processo representa a tentativa da modernidade de continuar aquilo que a nossa cultura ocidental, herdeira direta dos gregos, já vinha tentando desde suas origens: controlar o caos e compreender o mundo a partir de uma certa ordem. O problema é que apostar na ordem é, também, apostar que tudo tem uma causa e, portanto, um fundamento. E isso já não vale mais.

Adotando a expressão de D'Amaral, já apresentada acima, o mundo da tecno-logia instaura um outro regime de temporalidade, mais adequado à busca pela eficácia. Como confirma Bauman: “A ‘escolha racional’ na era da instantaneidade significa *buscar a gratificação evitando as conseqüências*, e particularmente as responsabilidades que essas conseqüências podem implicar” (2000, 148). Afinal, buscar as causas do presente no passado com vistas a planejar (e se responsabilizar) o futuro — o que justificava o tempo cronológico-linear da História — fazia sentido quando acreditava-se que o mundo era mais do que auto-referência. Por um lado, a tal segunda cultura que luta por tornar-se sinônimo da sociedade contemporânea nos diz, hoje, que o mundo (a vida, o homem) é pura imanência, que recomeçamos sempre do zero, que o passado não contém mais verdade, servindo, no máximo, para se tornar alegoria no presente.

(...) a referência do passar não é o passado, como tempo verdadeiro; passar-se algo é um dar-se que permanece —

não um transitar para outro tempo; não há outro tempo: o passado é um cálculo (como aliás o futuro) na constância da imanência; tudo que se dá de verdade se dá sem tempo: permanece dado na Eternidade” (D’Amaral, 2004, 254).

O futuro, por sua vez, não é mais o tempo do projeto e da esperança. Como já disseram inúmeras campanhas publicitárias: o futuro é agora. “(...) toda ação (presente) depende de uma expectativa de futuro; porque, nessa dependência, a expectativa (presente futuro) constitui o futuro como um real (virtual); porque esse real age, impondo-se à ação (presente) como sua causa. O futuro causa do presente!” (D’Amaral, 2004, 259).

Observa-se aqui uma mudança considerável em relação ao que dissemos, seguindo Bauman, sobre o sepultamento que a modernidade fez dos sólidos que lhe foram anteriores com vistas a construir novos sólidos melhores e mais duradouros. Isso porque a noção de duração, tanto quanto a de eternidade e de progresso que lhe são embutidas, desaparece no deleite da instantaneidade. E isso não se dá sem conseqüências.

É difícil conceber uma cultura indiferente à eternidade e que evita a durabilidade. Também é difícil conceber a moralidade indiferente às conseqüências das ações humanas e que evita a responsabilidade pelos efeitos que essas ações podem ter sobre outros. O advento da instantaneidade conduz a cultura e a ética humanas a um território não-mapeado e inexplorado, onde a maioria dos hábitos aprendidos para lidar com os afazeres da vida perdeu sua utilidade e sentido (Bauman, 2000, 149).

Nesse processo que isola o passado e aprisiona o futuro, ao que parece, entra em xeque também o presente, como costumávamos concebê-lo, sucumbido na criação de uma nova categoria temporal, que marca definitivamente a sociedade contemporânea: o atual.

A decorrência da inquietação do presente, produzida pelo diagnóstico, é um efeito de não-reconhecimento do presente no passado e de incapacidade de antecipação do futuro. O desejo de identidade (perseveração do passado no presente) e de duração (perseveração do presente no futuro) são afetados por uma ferida narcísica que coloca em questão a estrutura natural do tempo como série

dotada de vetor: passado – presente – futuro. O resultado da inquietação do presente é a produção artificial de um tempo genealógico – a Atualidade – que circunscreve a crise e permite a constituição de outras séries. (D’Amaral, 2004, 149)

Falamos aqui de um desejo de atualidade que, somado ao também desejo de novo, como se verá adiante, formata muitas das práticas que se destacam na contemporaneidade, entre elas o jornalismo. Vejamos o que mudou: na sua origem, o jornal trabalha no tempo histórico. Nasce, naturalmente, como meio para falar do presente (do atual, entendido de forma diferente do que ele significa hoje), mas de um presente que era recorte de uma época, tempo de um coletivo, e não experiência imediata individual, como temos aprendido a viver no contemporâneo – quando se tenta naturalizar que o mundo vai se tornando virtual (e nós com ele!) e que o tempo, por outro lado, passa a ser sempre ‘tempo real’. “O tempo instantâneo e sem substância do mundo do *software* é também um tempo sem conseqüências. ‘Instantaneidade’ significa realização imediata, ‘no ato’ – mas também exaustão e desaparecimento do interesse” (Bauman, 2000, 137).

A mudança na relação com o tempo – que tem relação direta com o aperfeiçoamento das tecnologias inauguradas com a modernidade –, e que foi acompanhada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, também representa, como vimos defendendo, uma parte das novas formas de dominação do capitalismo pós-industrial. Bauman nos explica que, na sociedade disciplinar moderna, o modelo do panóptico descrito por Foucault baseava-se no controle do espaço (confinamento) e do tempo (rotinização) dos subordinados. Na sociedade que hoje se desenha com traços cada vez mais fortes, a divisão entre dominantes e excluídos também passa pela relação com o tempo, mas de forma diferente.

Os habitantes do Primeiro Mundo vivem num presente perpétuo, passando por uma série de episódios higienicamente isolados do seu passado e também do seu futuro. (...) As pessoas ilhadas no mundo oposto são esmagadas pela carga de uma abundância de tempo redundante e inútil, que não têm como preencher. (...)

Elas só podem matar o tempo, enquanto o tempo vai aos poucos matando-as (1999, 96-97)

Embora digamos que nosso objeto de estudo não são os meios (suportes) de comunicação e as diferentes possibilidades que eles apresentam, é possível (e válido) também contar aqui essa história de mudança na relação com o tempo a partir do desenvolvimento das diversas mídias. Mesmo porque a mudança de método (técnica profissional) do jornalismo em todas as mídias é sempre, necessariamente, influenciada pelo surgimento ou fortalecimento de um novo meio. De forma mais clara: o jornalismo eletrônico via Internet faz hoje com que se repense, tanto no campo das práticas quanto no campo teórico, o papel do jornal impresso e, conseqüentemente, o modo de se fazer jornalismo impresso – com o rádio e a TV não foi diferente.

Tentando alinhar as genealogias do tempo e das mídias, então, recorremos a Sodré, adiantando, em certa medida, uma discussão que será brevemente travada adiante.

No sistema moderno de comunicação das sociedades ocidentais, seja baseado na transmissão oral ou na escrita, as informações eram simplesmente representadas, isto é, apresentadas ao receptor numa forma isenta de sua dinâmica ou de seu fluxo original, o que implica como principais recursos de linguagem a palavra e o conceito. Nesta esfera movem-se o livro e a imprensa clássica, caracterizada pela ideologia política das liberdades civis e do discurso crítico (2002, 16)

Com a construção do campo do audiovisual, continua ele:

(...) o receptor passou a acolher o mundo em seu fluxo, ou seja, fatos e coisas reapresentados a partir da simulação de um tempo 'vivo' ou real, na verdade uma outra modalidade de representação, que supõe um outro espaço-tempo social (imaterialmente ancorado na velocidade do fluxo eletrônico), um novo modo de auto-representação social e, por certo, um novo regime de visibilidade pública (2002, 17)

Já na era da Internet, segundo o autor, com a supremacia do digital sobre o analógico, “decorre (...) uma cultura da simulação e do fluxo, que faz da ‘representação apresentativa’ uma nova forma de vida. Saber e sentir ingressam

num novo registro, que é o da possibilidade de sua exteriorização objetivante, de sua delegação a máquinas” (2002, 17).

1.3. Cultura do indivíduo

A nossa é, como resultado, uma versão individualizada e privatizada da modernidade, e o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos (Bauman, 2000, 14)

Nesse panorama que estamos tentando traçar da sociedade contemporânea, destacando as características que julgamos mais presentemente reforçadas pelas formas e métodos do jornalismo atual, não podemos deixar de citar o que poderíamos chamar de esvaziamento da capacidade de mobilização e engajamento, que se manifesta, em grande medida, no enfraquecimento dos movimentos sociais tais como a modernidade os concebeu. Para além da nostalgia política, nos interessa caracterizar esse processo como resultado de uma cultura exacerbada do individualismo que é parte fundamental da lógica do capitalismo contemporâneo e do discurso pós-moderno.

O enfraquecimento do coletivo fez, segundo Bauman, com que a figura do líder fosse substituída pela do conselheiro. Como o autor explica, uma “(...) diferença crucial entre líderes e conselheiros é que os primeiros agem como intermediários entre o bem individual e o ‘bem de todos’, ou (como diria G. Wright Mills) entre as preocupações privadas e as questões públicas. Os conselheiros, ao contrário, cuidam de nunca pisar fora da área fechada do privado” (2000, 77). Além do foco individual, o conselheiro tem um tom pragmático e imediato. Adequa-se, como nos diz Bauman, a um “mundo repleto de meios, mas notoriamente pouco claro sobre os fins” (2000, 81).

Nesse ponto, acreditamos ser possível estabelecer uma aproximação, ainda que aparentemente frágil, entre essas duas figuras e os diferentes papéis desempenhados pela imprensa ao longo do tempo, como veremos no próximo capítulo. Adiantamos neste tópico apenas que a passagem da figura do líder

para a do conselheiro — tanto no que diz respeito ao foco maior no individual e no privado do que no coletivo e público quanto no que se refere à mercantilização desse papel, que não pressupõe mais adesão, mas sim ‘contratação’ — é uma boa metáfora para as mudanças na função de mediação dos jornais ao longo da modernidade até o momento atual.

Um desenho histórico do processo danoso de individualização que chega até a sociedade contemporânea nos é dado por Robert Castel, no capítulo de conclusão do livro ‘As metamorfoses da questão social’. Ele começa dizendo que a história contada ao longo do livro, que se caracteriza como uma “crônica do salário”, pode muito bem ser traduzida como uma “narrativa da promoção do individualismo, das dificuldades e dos riscos de existir como indivíduo” (1998, 595).

O autor vai retroagindo no tempo, buscando identificar o momento a partir do qual se pode falar em individualismo. Segundo ele, às vésperas da Revolução Francesa encontrava-se uma espécie de “individualismo coletivo”, que significava a “identificação do indivíduo ‘com pequenas sociedades que só vivem para si’” (1998, 596) e que, nas palavras de Tocqueville, “preparava as almas para o verdadeiro individualismo que conhecemos” (apud Castel, 1998, 596).

O individualismo desse momento ainda pressupõe identidade social e autoproteção, dentro dos grupos estabelecidos. Mas ele já convive com o que o autor chama de “individualismo negativo”, que se traduz como subtração em relação ao pertencimento coletivo. Dessas tensões, está-se construindo aqui o conceito moderno de individualismo, associado à independência, valorização e autonomia dos sujeitos, que se vincula, naturalmente, ao que Castel chama de “individualismo de mercado”, definido como a busca determinada do sujeito empreendedor. Crítico, o autor ressalta que essa máscara positiva do individualismo que a modernidade criou esconde a real “falta de consistência” do sujeito que sobra desse processo.

O vagabundo representa-lhe o paradigma. O vagabundo é um ser absolutamente desengatado (desfiliado). Só pertence a si mesmo e não é ‘o homem’ de ninguém, nem

pode se inserir em nenhum coletivo. É um puro indivíduo e, por isso, completamente despossuído. É individualizado a tal ponto, que está superexposto: desprende-se do tecido encorpado das relações de dependência e de interdependência que estruturam a sociedade (Castel, 1998, 597).

Castel marca o fim do século XVIII como de fato o momento em que se dão as mudanças principais desse cenário. Convivendo com o individualismo negativo, se vivencia a tentativa de positivação dessa tendência a partir de uma base contratual. Assim, exige-se que os carentes ajam como autônomos, capazes de participar, em iguais condições, de contratos feitos entre partes que substituem a noção de coletivo social. “Essas prerrogativas do individualismo vão, assim, se aplicar a indivíduos que, da liberdade, conhecem sobretudo a falta de vínculos e, da autonomia, a ausência de suportes” (1998, 598). A individualidade se torna sinônimo de anonimato.

Para o autor, a emergência da sociedade salarial, mais adiante, reduz o individualismo negativo porque promove uma uniformidade de direitos, ao criar “regimes gerais”, “convenções coletivas” e “regulações públicas” vinculadas ao trabalhador.

Hoje, com o anunciado fim do mundo do trabalho como estratégia do capitalismo dito pós-industrial, ocorre o processo inverso, de desinstitucionalização e diluição dos enquadramentos coletivos. Apesar do discurso que ainda vincula individualismo com liberdade e autonomia, em todos os aspectos da vida, o autor destaca que a relação com a individualidade também é uma questão de classe. A classe média, diz, pode se dar ao luxo de se familiarizar com a individualidade, que se traduz na preocupação consigo mesmo. Os segmentos populares, ao contrário, precisam resistir a esse processo porque estão “mal equipados para dedicar-se a eles” (Castel, 1998, 602).

Mas o marco da sociedade contemporânea é, para Castel, o “individualismo de massa”, uma metamorfose do individualismo coletivo da sociedade pré-industrial que, exatamente ao contrário deste, é produto do enfraquecimento das regulações coletivas. De semelhante, tem o fato de tratar-

se de um individualismo “por falta de referências e não por excesso de investimentos subjetivos” (1998, 603). Na verdade, as pessoas se tornam indivíduos por subtração.

Esse individualismo de massa, que se dá, principalmente, a partir dos anos 1970, significa, segundo Castel, uma das bases da eliminação da seguridade e das proteções sociais. Assiste-se a um retorno ao recurso do contrato, como uma “recomposição da troca social de modo cada vez mais individualista” (1998, 605). Exige-se exatamente dos indivíduos mais desestabilizados que sejam autônomos e empreendedores, que tenham ‘projetos’. Diferentemente das origens da sociedade salarial, isso se dá em paralelo a um processo de territorialização que representa o fortalecimento das instâncias locais. A idéia de “proteção próxima” se apresenta, em parte, como substituição do direito pela filantropia e, conseqüentemente, promove uma distinção moral e psicológica entre “pobres bons”, que merecem ser ajudados, e “pobres maus” (1998, 607).

Nesse retrato da sociedade atual, o autor identifica a contradição entre duas diferentes ameaças: de um lado, a de fragmentação que leve ao ingovernável; de outro, a polarização “entre os que podem associar individualismo e independência, porque sua condição social está assegurada, e os que carregam sua individualidade como uma cruz, porque significa falta de vínculos e ausência de proteções” (1998, 609-610). Para Castel, só quem pode mediar a relação entre esses dois lados é o poder público, no papel de um Estado estrategista.

Vista essa trajetória da produção do individualismo ao longo da modernidade recente até os dias de hoje, vale pensar nos processos que lhe são orbitais. Bauman, por exemplo, coloca na mesma linha de análise, como faces da mesma moeda, o enfraquecimento da noção de coletivo social, que deságua num tipo de individualização — que, como vimos com Castel, não representa o fortalecimento pessoal — e o processo de privatização do público. Para o autor, a profecia de Habermas segundo a qual a esfera privada seria invadida pela esfera pública se deu exatamente ao contrário. E o efeito mais danoso dessa

inversão, que faz com que a esfera pública seja “colonizada” por questões privadas, com a ajuda fundamental dos meios de comunicação, é a morte da política.

A consequência que pode ser considerada mais interessante é o desaparecimento da ‘política como a conhecemos’ — da Política com P maiúsculo, a atividade encarregada de traduzir problemas privados em questões públicas (e vice-versa). É o esforço dessa tradução que hoje está se detendo. Os problemas privados não se tornam questões públicas pelo fato de serem ventilados em público; mesmo sob o olhar público não deixam de ser privados, e o que parece resultar de sua transferência para a cena pública é a expulsão de todos os outros problemas ‘não-privados’ da agenda pública. (...) A tradicional questão da política democrática (...) foi para o ralo, sinalizando para que o interesse público na boa sociedade, na justiça pública ou na responsabilidade coletiva pelo bem-estar individual a siga no caminho do esquecimento” (2000, 83).

Da mesma forma, para Bauman, a produção de uma cultura individualizante não pode ser descolada do esforço de inserção social pelo consumo, mais do que pelos direitos sociais. Essa é a já tão comentada tentativa de substituir o cidadão pelo consumidor, apelando para a satisfação do desejo — mais do que para o atendimento de necessidades — e para o usufruto da liberdade. “Numa sociedade de consumo, compartilhar a dependência de consumidor (...) é a condição *sine qua non* de toda liberdade *individual*; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de ‘ter identidade’” (Bauman, 2000, 98). Ou ainda, como o autor resume: “Em suma: a mobilidade e a flexibilidade da identificação que caracterizam a vida do ‘ir às compras’ não são tanto veículos de *emancipação* quanto instrumentos de *redistribuição das liberdades*” (2000, 106).

1.4. Cultura da informação

Vivenciamos hoje, de acordo com D’Amaral, um processo de estranhamento do que se costuma reconhecer como comunicação. Isso se deve, segundo ele, ao fato de, na sociedade contemporânea, com o progressivo

abandono das noções de fundamento, verdade, referência, representação e, por fim, de sentido, estarmos abandonando o que poderíamos chamar de fato de uma cultura da comunicação em prol de uma cultura da informação. A história, resumidamente, ele nos conta:

Ora, o pressuposto desse bom funcionamento corpóreo da cultura era o da simultaneidade cognitivo-comunicacional, garantida pelo jogo silencioso dos fundamentos: sujeito-e-verdade. Sobre esse pressuposto e com base em tais fundamentos formalizaram-se todos os sistemas de pensamento clássico-modernos. Até meados do século XIX, início do século XX. Nesse momento, (...) rompeu-se a indissociabilidade entre sujeito e verdade — a crise dos fundamentos tem aí sua força estruturante — e com ela a simultaneidade cognitivo-comunicacional — esta é a base da chamada crise da representação (clássica). (...) Em outra direção, a virada do século XIX para o XX conhece um ascenso da comunicação e um decréscimo de potência do ‘conhecimento verdadeiro’. (...) Duas culturas se insinuam num mesmo espaço, explodindo o Paradoxo: uma cultura da comunicação, nostálgica da verdade e da ‘natureza’, e uma cultura da informação, desejosa de artifício e ‘cultura’ (2004, 161).

Ou, para dizer de outra forma, recorremos a Sodré:

À aceleração do processo circulatório dos produtos informacionais (culturais) tem-se chamado de comunicação, nome de velha cepa que antes designava uma outra idéia: a vinculação social ou o ser-em-comum (...). Daqui parte a comunicação de que hoje se fala, mas vale precisar que não se trata exatamente da mesma coisa — ela agora integra o plano sistêmico da estrutura de poder (2002, 15)

Localizando o processo de esvaziamento da noção de verdade de que já tratamos brevemente, mas defendendo que, no século XIX, ainda se desejava o conhecimento verdadeiro, como dissemos anteriormente, D’Amaral nos conta que essas são, ainda, culturas da comunicação — porque aceitam que o fundamento esteja abalado e que a simulação vá tomando o lugar da representação, já que o real está em suspenso, mas ainda não abrem mão do sentido. Inauguramos, com o discurso pós-moderno e a crise pela qual ele luta, a cultura da informação, que se caracteriza pela extensa veiculação e

apropriação de sinais que não emprestam sentido às coisas, apenas as disponibiliza para consumo imediato. É no caminhar entre essas duas culturas — que convivem e disputam ainda nos dias de hoje — que o jornalismo se desenvolve como uma das formas de dar a conhecer e compreender o mundo.

Entendido como uma disciplina dentro de um campo, supomos, neste trabalho, que o jornalismo vem se institucionalizando como prática profissional, por um lado, e atividade de relevância pública (que se crê indispensável para a consolidação da democracia), por outro, de certa forma ao sabor desse movimento de migração de uma cultura da comunicação para uma cultura da informação. É provável que tenha sido aos poucos, processualmente, que a velocidade, o atual (como tempo) e o novo (como evento da imanência) tenham se tornado os critérios de notícia e, conseqüentemente, de valor para o conteúdo e a forma do que, no jornalismo, se apresenta ao mundo sobre ele mesmo. Mas é provável também que esse processo tenha se tornado mais fácil quando foi aprisionado num método que, por exemplo, determina que se deve dar a conhecer alguma coisa (seja ela qual for) respondendo às perguntas: quem? o quê? quando? onde? como? e por quê? — o famoso *lead* da notícia.

Se nos afastamos cada vez mais da verdade porque abandonamos as causas e os fundamentos num passado que não se quer mais visitar, trata-se, aqui da verdade como conceito filosófico. Como é próprio de um tempo de rupturas e crises, no contemporâneo coexistem o abandono e o desejo de verdade. Buscando uma aproximação ainda bruta, a partir do nosso objeto de estudo, diríamos que o jornalismo atual apresenta a si mesmo como indissociável do discurso da verdade (os jornais não mentem, afinal), embora esteja fundado sobre bases que o permitem produzir, no máximo, verossimilhança e, ainda assim, válida apenas no curto intervalo da imanência pós-moderna. Como nos diz D'Amaral:

Não vamos cair na cilada de admitir que a cultura comunicacional contemporânea (...), a cultura da simulação, do simulacro e da sedução, entronizou a mentira. (..) Ao inverso, é certo que continuamos a exigir a verdade. (...) Continuamos a exigir transparência nas atitudes públicas e privadas. Persistimos em esperar que uma notícia seja verdadeira. (...) Acreditamos ainda que

as coisas, os atos e os fatos devem ter um sentido, e que seu sentido é sua verdade. Nós, os homens comuns. Mas há quase dois séculos os especialistas da Verdade, os operadores do Método, nos dizem que as coisas não são assim (2004, 164-165).

Pelo que tudo indica, é precisamente nos hiatos dessas contradições que reside ainda a possibilidade de disputa.

2. HISTÓRIA ORIENTADA DO JORNALISMO: DA MODERNIDADE AO CONTEMPORÂNEO

Este capítulo traçará uma breve história do jornalismo no mundo e no Brasil, das suas origens aos dias atuais. Chamamos de uma história orientada porque ela está contada de forma a atender a objetivos específicos.

O primeiro deles é um esforço de desnaturalização do modelo de jornalismo em voga atualmente. Trata-se da demonstração de que a separação radical entre informação e opinião, e a conseqüente tentativa de eliminar tecnicamente quaisquer vestígios de interpretação da notícia, não existe desde sempre: é datada e tem coerência histórica. A importância que daremos, então, aos momentos em que o jornalismo dito doutrinário se destaca não representa a sua defesa em oposição a um jornalismo que se constituiu mais tarde como campo profissional com características específicas, mas sim a sinalização de que a assepsia do modelo jornalístico atual não é óbvia, e sim ideológica, como discutiremos mais detalhadamente adiante.

Nesse sentido, quando damos destaque positivado às lutas políticas que se travaram, em alguns momentos, pelas páginas dos jornais, não ignoramos que se trata, sempre, de brigas internas à classe dominante e não do reflexo de uma possível 'luta de classes' através do jornal. A história que será contada adiante reconhece, portanto, que, seja opinativo ou informativo, para ficar apenas nesses dois 'modelos', o jornalismo foi um projeto burguês desde a sua origem.

Por fim, a orientação de pensar a história do jornalismo a partir, principalmente, dessas categorias de 'opinativo' ou 'informativo' nos ajuda a perseguir uma hipótese, de fundamental importância para o argumento que será desenvolvido ao longo deste trabalho: a de que períodos de hegemonia mais tranqüila favorecem a ocorrência de um jornalismo mais asséptico. Como o atual.

2.1. Jornalismo no mundo

Um recorte interessante da história da constituição do jornalismo pode ser encontrado no livro ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’, de Jürgen Habermas. Embora esse não seja o tema principal da obra, o autor dedica-se a ele porque define a imprensa como a instituição por excelência da esfera pública, esta sim objeto da sua pesquisa.

O jornal impresso — primeira manifestação do que mais tarde convencionamos chamar imprensa ou jornalismo — nasce com a Modernidade. Habermas mostra que ele começa a se consolidar, configurado como o campo da imprensa, por volta do século XVII², na Europa (2003, 34), como um elemento do sistema de trocas pré-capitalistas. Surge, em parte, como apoio à tomada de decisões comerciais, valorizando a informação confidencial e organizando-se de forma a colocar a própria informação como mercadoria. Eram chamados jornais políticos. Sylvia Moretzsohn ressalta, no entanto, que, embora a ênfase fosse sobre as informações comerciais, já havia, nesses primeiros jornais, indícios do que depois viríamos a chamar de *faits-divers*, como notícias sobre a corte e fatos tidos como sensacionais (2007, 105).

Habermas destaca que só é possível de fato falar na constituição da imprensa quando a transmissão regular de informações — o que, por si só, já nos dá aqui uma primeira idéia da compreensão que se tinha da função do jornalismo — torna-se pública. Isso porque, antes, o que havia era um sistema de informações interno, baseado em correspondências privadas, denominadas por ele como jornais manuscritos (2003, 29). Os interesses comerciais são o objetivo final de ambas as práticas, de modo que, a princípio, o que diferencia um sistema do outro é apenas o processo histórico. Na sequência, rapidamente, o jornal passa a atender também aos interesses de divulgação dos governos.

No final do século XVII, o que se reconhece como imprensa se amplia para além da função de divulgar informações ‘úteis’. Surgem, então, revistas que se

² Fala-se aqui do jornal e da imprensa como atividades da cena pública, com função pública e características relativamente reconhecíveis no que chamamos de jornalismo hoje. Não significa negar que houvesse boletins e outros tipos de jornais antes, alguns até já no século XV.

concentram mais em “instruções pedagógicas e até mesmo críticas e resenha” (2003, 39). No início do século XVIII, esse tipo de conteúdo passa a compor também uma certa imprensa diária — é importante destacar que o que move as iniciativas jornalísticas nesse momento é um “impulso pedagógico” seguido de um “impulso político” (2003, 214).

Antes de dar continuidade à historicização da imprensa até o século XX, que é o objetivo deste capítulo, nos deteremos brevemente na análise desse momento de origem e primeiras mudanças do jornalismo. Moretzsohn nos chama a atenção para o fato de o jornalismo nascer numa época em que o conhecimento passa por “profundas transformações” (2007, 106), que certamente mantêm uma relação direta com a função que o jornalismo viria a desenvolver. Não é excessivo recuperar, portanto, que estávamos, poucos parágrafos atrás, situados no século XVII, tempo de Descartes, momento da invenção do sujeito do conhecimento, da supremacia da razão e, sobretudo, de criação da ciência moderna. Tempo, portanto, de objetivação do mundo, que deixa de existir em si mesmo para colocar-se diante do homem-sujeito do conhecimento. Momento também em que a pergunta ontológica da filosofia, que costumava se preocupar com o ser, se desvia para o campo epistemológico, passando a perguntar pelas origens e condições do conhecimento verdadeiro. Esse é o contexto primeiro de nascimento do jornalismo, que, para os objetivos deste trabalho, não podemos ignorar.

Como sabemos, o racionalismo cartesiano recebeu diversas críticas contemporâneas a ele. As principais e determinantes vieram dos chamados empiristas, oriundos principalmente da Grã-Bretanha. Para que não nos dediquemos mais a esse ponto do que o necessário para este trabalho, nos parece suficiente resumir dizendo que, nessa época, a principal objeção ao pensamento cartesiano se manifestou como crítica à sua idéia de que a razão era onipotente e ilimitada.

Esse debate abriu caminho para as idéias do Iluminismo, movimento histórico-filosófico que tem o racionalismo como referência. Isso porque, embora incorpore a crítica empirista, o Iluminismo assume a razão como único

caminho para a libertação das ‘trevas’, identificadas com o dogmatismo que se entendia prevalecente durante o período feudal. Os iluministas não julgavam que a razão fosse onipotente, mas defendiam que ela era o princípio necessário para a libertação da humanidade.

Pela perspectiva iluminista, o limite da razão estava na experiência mas, diferentes dos empiristas, os pensadores do ‘século das luzes’ lidavam com a noção de experiência coletiva e não aquela que era interna ao sujeito. Trata-se de um movimento libertário, que pretendeu se desligar, ao mesmo tempo, das garras da religião, da metafísica e da tradição, e acabou tornando a razão pública e criando a figura do intelectual. Nesse sentido, tem-se a apologia do progresso e do conhecimento implicado, voltado para a vida em sociedade. Como nos explica Serra (apud Moretzsohn, 2007, 106): “O saber, desta forma, volta-se cada vez mais para o mundo imediato, tomando sua realidade visível como objeto de indagação e se propondo a ser mais do que uma forma de contemplação do mundo, mas acima de tudo um meio de ação e intervenção”.

O objetivo de interromper a cronologia da história da imprensa para falar brevemente sobre esses dois movimentos filosóficos é anunciar a definição de Moretzsohn do jornalismo como filho do Iluminismo na sua origem. Diz ela: “Os princípios que se consolidaram como basilares para o jornalismo — o jornalismo, por isso mesmo, chamado ‘de referência’ — remontam a esse projeto iluminista de esclarecer os cidadãos, forjado no contexto das revoluções liberais de fins do século XVIII” (2007, 106).

Em que medida o jornalismo mantém ou não os traços de uma prática de esclarecimento — entendida por Moretzsohn na concepção kantiana, de levar a pensar por si mesmo — será uma questão discutida mais adiante. Essas observações nos parecem importantes neste capítulo, no entanto, por duas razões principais. A primeira é reiterar a nossa proposta-base de compreender o jornalismo como uma prática (atividade, campo...) inserida na História e, dessa forma, também depositária das mudanças por que passaram, ao longo do tempo, o discurso filosófico e o mundo concreto das relações sociais a que ele se refere. O segundo motivo da pausa remete à defesa, tomada emprestada de

Genro Filho, de que o jornalismo, mais do que uma prática, é uma forma de conhecimento específica diferente da ciência e do senso comum — mas, ao nosso ver, influenciada pelos mesmos movimentos históricos.

Mais do que isso, essa contextualização nos permite compreender mais facilmente as mudanças acima assinaladas, de um jornalismo que nasce como atividade lucrativa, voltado para informações de apoio ao comércio, e se torna, em um século, iniciativa muito mais voltada para a formação política da sociedade — que não significa algo emancipatório, dentre outras coisas, por ser orientada pelos interesses das classes burguesas. Trata-se de uma mudança tão significativa a ponto de Habermas nos indicar que, na Alemanha, essa mudança de perfil dos jornais leva o monarca a se interessar pelo controle da imprensa. Para os objetivos deste trabalho, chamamos a atenção para a conclusão que o autor nos oferece: “O exercício da reflexão enquanto tal é sujeito à regulamentação” (2003, 39).

Nesse momento, ao mesmo tempo em que se intensifica a participação de intelectuais nos jornais, surge, pelos governos, a questão sobre quem pode falar ao público. Habermas ilustra esse processo com um édito de Frederico II, do final do século XVIII, que diz assim:

Uma pessoa privada não tem o direito de formular nem difundir pela imprensa juízos públicos ou até mesmo críticos e inclusive notícias que chegaram a seu conhecimento, sobre ações, comportamentos, leis, decretos e ordenações dos soberanos e da corte, de seus funcionários burocráticos, colégios e tribunais de justiça. Uma pessoa privada nem sequer tem condições de julgá-los, pois lhe falta o conhecimento completo das circunstâncias e motivos (Shöne apud Habermas, 2003, 40).

Embora trate-se, na ocasião, de um exercício de controle pelos soberanos, essa passagem parece importante para a compreensão de como, ao longo da história, a imprensa foi se tornando uma atividade privada — exercida por profissionais liberais — com atuação direta sobre a esfera pública.

Num processo de franca expansão dessa esfera pública, o século XVIII fez dos jornais um elemento de coesão dos grupos que freqüentavam regularmente

os cafés como espaço de discussão. Os jornais concentravam, em forma de artigos, os temas que dominavam os debates nesses espaços, adequando inclusive a linguagem para se aproximar mais da oralidade desses encontros (2003, 59).

O destaque dado a todo esse contexto tem aqui o objetivo de enfatizar não só o papel da imprensa naquele momento, mas também o conteúdo de que se compunha o jornal, a função que a comunicação pública exercia, mais voltada, nesse momento, para a sociabilidade burguesa do que propriamente para a informação de interesse prático. Diz Habermas: “Vários hebdomadários posteriores desse gênero aparecem até sem data, para enfatizar com isso a continuidade supratemporal do processo de iluminação recíproca” (2003, 59). É importante destacar esse exemplo como um marco comparativo do que veremos adiante como características definidoras do jornalismo a partir de um determinado momento da História. Vale antecipar, portanto, que existe um hiato considerável entre essa capacidade (e decisão) de abstrair o tempo em função de um conteúdo mais permanente e a lógica informacional que vigora no jornalismo dos dias de hoje, regida pela ótica da atualidade e novidade no tempo.

Segundo Habermas, foi a Inglaterra que experimentou originalmente uma esfera pública com atuação política. Coerentemente, foi lá também que primeiro se reformularam as relações entre a imprensa e o Estado e se eliminou a censura prévia. Com isso, a imprensa se tornou “um instrumento com cuja ajuda decisões políticas podem ser tomadas perante o novo fórum do público” (2003, 76). Embora ainda por um longo período a ‘grande imprensa’ tenha permanecido nas mãos do governo, esse foi o pontapé inicial para o que o autor chama de constituição de um jornalismo autônomo. Segundo Habermas, é em 1726, com o primeiro número da revista *Craftsman*, de oposição ao governo, seguida pela *Gentleman’s Magazine*, que “a imprensa se estabelece propriamente como órgão crítico de um público que pensa política: como quarto estado” (2003, 78). O que se desenvolve a partir daí, tendo a Inglaterra como cenário principal, é o que se considerava uma imprensa crítica, com

destaque para as ‘Cartas de Junius’, um tipo de editorial político publicado de 1768 a 1772, que são consideradas por alguns como pioneiras da imprensa moderna (2003, 79).

O que Habermas chama de condição de possibilidade para um “jornalismo autônomo”, no entanto, Nelson Werneck Sodré classifica como a luta das forças do “capitalismo em ascensão”, o que significou a transferência da imprensa para as mãos da iniciativa privada que representava a burguesia em processo de fortalecimento. Este autor, que se esforça em demonstrar todo o tempo a relação entre a história da imprensa e o desenvolvimento do capitalismo, nos explica que, embora a Inglaterra tenha sido pioneira no aperfeiçoamento das relações entre imprensa e Estado, a liberdade de imprensa aconteceu primeiro nos Estados Unidos, em 1791, e só em 1830 na Grã-Bretanha e, em 1881, na França. Diz ele:

Nos países em que essa ascensão (do capitalismo) operava-se agora muito mais no plano político, pois estava já consolidada no plano econômico, a liberdade de imprensa encontrava barreiras nos remanescentes feudais, adrede mantidos, por vezes, pela própria burguesia, como escudos contra o avanço, embora ainda lento, do proletariado e do campesinato (...). Foi a ausência, nos Estados Unidos, de passado feudal, que permitiu ali a solução rápida de tal problema, colocada a liberdade de imprensa — isto é, o seu controle pela burguesia — como postulado essencial e pacífico (...) (Werneck Sodré, 1998, 2)

Todo esse movimento — que não conta apenas com a imprensa — faz com que, segundo Habermas, o século XIX chegue já com a consolidação de um público que exerce um pensamento político crítico — embora, queremos destacar, a palavra *crítico* devesse ser posta entre aspas, já que denota a independência do Estado mas ‘desconsidera’ as amarras dos interesses privados. A despeito do que se possa questionar sobre a definição de ‘crítico’, o que importa aqui destacar é que, de acordo com o autor, ao longo desse processo, as discussões políticas vão se expandindo para além da esfera governamental. Fala-se, nesse momento, em ‘opinião pública’, como resultado de “discussões públicas, depois que o público, por formação e informação,

torna-se apto a formular uma opinião fundamentada” (2003, 85). Processo no qual a imprensa tem papel especialmente importante.

Essa opinião pública, no entanto, nasce ainda muito vinculada às ações do governo, inaugurando, ainda que superficialmente, a idéia do que hoje se poderia chamar de *transparência*, exemplificada na necessidade de os partidos políticos publicarem seus programas de governo. Como nos explica Habermas:

A opinião pública se forma na luta dos argumentos em torno de algo, não sem crítica, na aprovação ou rejeição, seja ela ingênua ou plebiscitariamente manipulada, em relação a pessoas, através do *common sense*. Por isso é que ela precisa ter por objeto antes a apresentação precisa dos fatos do que a pessoa dos governantes (2003, 85).

De qualquer forma, a imprensa foi o instrumento principal da opinião pública na sua origem. Na Inglaterra do século XVIII, isso era entendido como próximo de opinião geral, mas estava também impregnada da noção de espírito público que valorizava o senso comum associado ao povo. Na França, por outro lado, a idéia de opinião pública surgiu, primeiro, como opinião do povo mediada pelo ‘bom senso’ e, mais tarde, como opinião verdadeira, resultado da discussão crítica na esfera pública (2003, 115-117).

Recuperando o objetivo de pensar o papel do jornalismo ao longo da História, interessa-nos, em particular, refletir sobre como essa opinião pública, mediada principalmente pela imprensa, se relacionava com as esferas de tomada de decisão. Habermas explica:

Enquanto os ingleses contemporâneos entendiam o *public spirit* como uma instância que pode obrigar os legisladores à legitimação, na França o isolamento da sociedade em relação ao Estado continua no fato de que, nas cabeças desses intelectuais, a função crítica da *opinion publique* ainda continua rigorosamente separada da função legislativa. Apesar disso, nesse primeiro conceito de opinião pública já entra também a idéia específica da esfera pública politicamente ativa (2003, 118).

Uma seqüência de interpretações da idéia de opinião pública e suas derivações é apresentada por Habermas ao longo do livro. Para não ultrapassarmos os objetivos deste trabalho, citaremos apenas a referência a

Marx, que caracteriza a opinião pública como *falsa consciência* porque “esconde de si mesma o seu verdadeiro caráter de máscara do interesse de classe burguês” (2003, 149). O autor mostra como, ao fazer essa crítica, Marx desmonta boa parte dos argumentos que haviam sustentado a idéia de esfera pública burguesa até aquele momento. Interessa-nos em particular o questionamento da associação direta que até então se fazia da opinião pública como opinião verdadeira ou ‘correta’. “A concepção, segundo a qual as pessoas privadas reunidas num público, depois de argumentos e contra-argumentos, concordem, não pode, portanto, ser confundida com o justo e correto: quebra-se também (...) a central identificação de opinião pública com razão” (2003, 151).

Posta em crise, e identificada inclusive como um mecanismo de coerção, a idéia de opinião pública passa a receber críticas de todos os tipos. Começa a cair por terra também, nesse movimento, sua associação com a opinião geral da sociedade. “O império da opinião pública aparece como o império dos muitos e dos medíocres”, explica Habermas, complementando com uma citação de Mill.

Na vida do Estado soa como um lugar-comum que a opinião pública rege o mundo. O único poder que aqui ainda merece tal nome é o das massas e dos governos, enquanto se fazem de instrumentos das aspirações e tendências das massas... E o que é uma inovação ainda mais significativa é a massa não cria atualmente as suas opiniões através de figurões da Igreja ou do Estado, de líderes ou textos que elevem acima do comum. Para a pensamentação dela, providenciam *homens de uma espécie bastante parecida que, sob o estímulo do instante, falam através dos jornais* (2003, 160, grifo nosso).

Deslocando o foco para os Estados Unidos, Tocqueville, que estudou a fundo a sociedade norte-americana, denunciou a ‘fabricação’ de opiniões – em grande parte pelos jornais – como substituição do exercício reflexivo.

A esfera pública possui, portanto, nos povos democráticos, um poderio único. Ela não convence através do seu modo de ver, mas ela o impõe e impregna os ânimos através de uma poderosa pressão espiritual de todos sobre o entendimento individual. Nos Estados Unidos, a maioria assume a tarefa de servir ao indivíduo uma porção de opiniões prontas, tirando-lhes com isso a obrigação de formar uma para si mesmo (2003, 160).

Dando saltos consideráveis na história da esfera pública que Habermas continua nos contando, destacamos uma passagem desse processo que interessa particularmente à história da imprensa e do jornalismo. O autor nos sinaliza que, por volta da chegada do século XX, houve um esvaziamento da esfera familiar íntima, sem a qual o indivíduo foi ‘jogado’ na esfera pública que, por sua vez, havia sido “desnaturada” com o fim da distância entre os indivíduos – o que, até então, era condição para a sua existência como esfera pública. “O âmbito íntimo desprivatizado é esvaziado jornalisticamente, uma pseudo-esfera pública é reunida numa zona de ‘confiança’ de uma espécie de superfamília” (2003, 192). É nesse processo, segundo ele, que o público torna-se massa (2003, 188) e ‘nasce’ a indústria cultural. Como ele nos explica: “o raciocínio tende a se converter em consumo e o contexto da comunicação pública se dissolve nos atos estereotipados da recepção isolada” (2003, 191).

Habermas identifica um papel dos meios de comunicação de massa nesse momento que gera, de uma só vez, a perda da sua função jornalística e o apassivamento do público. Isso porque os debates, que costumavam ocorrer nos espaços públicos de encontro (como os cafés), deslocam-se para o espaço da mídia, transformados eles próprios em mercadoria da indústria cultural. Como o autor destaca, sempre se pagou para ir a teatros e concertos, por exemplo, mas a discussão sobre o que se consumia como cultura se dava espontaneamente no convívio social. Como ele explica, essa dinâmica é profundamente alterada:

Hoje, a conversação enquanto tal ainda é administrada: diálogos profissionais de catedráticos, discussões públicas, *round table shows* – o raciocínio público das pessoas privadas torna-se um número no programa dos astros do rádio e da televisão, torna-se maduro para cobrar entradas, ganha forma de mercadoria (...). A discussão, incluída no ‘negócio’, formaliza-se; posição e contraposição estão de antemão sujeitas a certas regras de apresentação; o consenso na questão torna-se grandemente supérfluo devido ao consenso no procedimento (2003, 194).

Além de uma mudança que passa pela delegação do direito de falar publicamente sobre determinados assuntos de determinada forma, criando uma

legião de especialistas midiáticos que consolidam opiniões como verdades — processo que denota o encolhimento ainda maior do indivíduo para o espaço privado da recepção de ‘informações’, saindo definitivamente do espaço público do debate —, essa passagem de Habermas mostra também que o entretenimento vai ganhando espaço no ‘mercado cultural’, do qual os meios de comunicação de massa fazem parte. “O uso da razão arranjado desse jeito preenche, por certo, importantes funções sócio-políticas, sobretudo a de um aquietador substitutivo da ação; a sua função ‘jornalística’ se perde, contudo, cada vez mais” (2003, 194-195).

Como um legítimo integrante da Escola de Frankfurt, Habermas dedica-se a uma forte crítica à indústria cultural, que não será desenvolvida neste trabalho. Como o que está em questão aqui não é, especificamente, a comunicação de massa como manifestação da cultura, mas sim a prática jornalística que a constitui — e que, naturalizada como técnica profissional, consegue ultrapassar os limites dos meios massivos e atingir quase a totalidade das práticas de comunicação, mesmo as alternativas, comunitárias ou públicas —, não entraremos também propriamente no terreno das críticas que a História mostrou cabíveis ao pensamento da Escola de Frankfurt. Isso significa dizer que utilizaremos aqui algumas das reflexões de Habermas compreendendo a crítica que se pode fazer à estrutura do pensamento frankfurtiano, mas apostando na validade de parte dessa discussão para qualquer estudo de comunicação e para este trabalho especificamente.

Voltando ao tema propriamente do capítulo, então, destacamos que o autor associa a cultura de massas ao consumo e refere-se a ela diversas vezes como aquela que não gera — e até impede — o acúmulo. “A intimidade com a cultura exercita o espírito, enquanto que o consumo da cultura de massas não deixa rastros: ele transmite uma espécie de experiência que não acumula, mas faz regredir” (2003, 196-197), diz ele, em um trecho. Em outro, ele explica: “(...) o critério sócio-psicológico da cultura consumista, a experiência não-acumulativa, anda junto com o momento sociológico de uma destruição da esfera pública” (2003, 198). Destacamos aqui essas referências, talvez

excessivamente radicais, porque, tomadas objetivamente, elas nos parecem já um sintoma do que viria a se consolidar, no contemporâneo, como a cultura do esquecimento e da imanência, tanto no que diz respeito às transformações sociais mais amplas quanto no que se refere ao jornalismo especificamente. Nesse processo, seguindo Habermas, o consumo aparece como um dos agentes causadores disso que é considerado, neste trabalho, uma das ‘doenças’ da contemporaneidade.

Antes de passarmos ao estudo propriamente da imprensa de massa, que nasce ancorada no consumo, é preciso recuperar um esquema que em alguma medida resume o desenvolvimento da imprensa como negócio ou atividade pública ao longo desse tempo. A imprensa nasce como pequenas empresas artesanais, voltadas para o lucro, com a função de organizar a circulação de notícias de interesse comercial. Essa “imprensa de informação”, que chega até o século XVIII, vai aos poucos se transformando numa “imprensa de opinião”, que, entre os séculos XVIII e XIX, se baseia não mais na publicação de pequenas notas e avisos, mas no que se reconhece como um “jornalismo literário”. É nesse momento que os jornais deixam de ser apenas atores das trocas comerciais para tornarem-se “porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária” (2003, 214). Com o desenvolvimento desse último tipo de imprensa, surge a figura da redação, profissionalizada.

Uma imprensa que se desenvolvia a partir da politização do público e cuja discussão ela apenas prolongava continuou a ser por inteiro uma instituição deste mesmo público: ativa como uma espécie de mediador e potencializador, não mais apenas um mero órgão de transporte de informações e ainda não um instrumento da cultura consumista. Esse tipo de imprensa pode ser observado de modo exemplar em épocas revolucionárias, quando os jornais dos menores grupelhos políticos brotam por toda parte como capim (...) (2003, 215-216)

Os Estados Unidos serão, mais uma vez, cenário importante dessa mudança. Foi nessa primeira metade do século XIX que o jornal *Sun* deslocou o seu enfoque das defesas de interesses partidários para notícias “relacionadas com os processos judiciais e com os crimes, indo às fontes dos choques de

interesses individuais e ao fundo das paixões humanas, ao palco em que desembocavam, finalmente, as enxurradas da sociedade capitalista” (Werneck Sodré, 1998, 3). O resultado foi um aumento considerável da tiragem e dos anunciantes do jornal. Esse novo ‘modelo’ se apresenta, nesse momento, como uma tendência forte, mas ainda não necessariamente uma regra. O embate que começa a se travar de forma relevante nessa época é entre a prevalência da informação ou da opinião — distinção importante, definidora em parte do jornalismo contemporâneo, que será discutida mais adiante. Werneck Sodré nos conta que, nesse mesmo período, na mesma sociedade norte-americana, o *Tribune* seguia direção distinta, recusando “o noticiário de crimes e escândalos, optando pelo fervor editorial (..)” (1998, 4). O caminho para a imprensa ‘noticiosa’ de massa parecia, no entanto, cada vez mais, sem volta. “A aparição dos jornais baratos da *Penny Press*, simbolizada pelo lançamento do *New York Sun* em 1833, consagra esse jornalismo orientado para a coleta do fato” (Néveu, 2006, 22). Mas talvez a definição dessa ‘luta’, em favor da imprensa ‘informativa’, tenha sido dada pela Guerra de Secessão, ocorrida entre 1861 e 1865, que fortaleceu um jornalismo baseado em correspondentes. Como explica Werneck Sodré: “Logo a grande imprensa capitalista compreendeu, também, que é possível orientar a opinião através do fluxo de notícias (...)” (1998, 4).

Foi nesse contexto, tanto do jornalismo especificamente quanto do capitalismo em geral, que nasceu a imprensa ligada ao consumo, que se tornaria massiva. “(...) a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas — ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública” (Habermas, 2003, 218).

Além da transformação da imprensa em negócio, outro fator vale ser mencionado como também transformador do jornalismo nessa época — como se desenvolverá melhor no próximo capítulo. Trata-se da concepção de ciência que, nesse momento, já havia radicalizado o ideal de objetividade do conhecimento. Ao definir o jornalismo como um projeto originalmente iluminista, como já dito anteriormente, Moretzsohn nos diz que essa atividade

no século XVII poderia ser considerada o que hoje chamaríamos de um “jornalismo de causas, abertamente político, freqüentemente panfletário” (2007, 106), que, portanto, entrava em conflito com um dos mais fortes princípios do jornalismo: a imparcialidade. A própria autora nos ajuda a sair do impasse, remetendo-nos ao que vai se consolidar no século seguinte. Diz ela: “Mas a contradição se desfaz se percebermos que a mudança incide sobre o agente do esclarecimento: já não mais o sujeito (que defende causas), mas o objeto (os ‘fatos’, que supostamente ‘falam por si’)” (2007, 106-107).

2.2. Jornalismo e imprensa de massa

Segundo Habermas, é já no século XIX que o jornal começa a se tornar um veículo de massa, dentre outras coisas, com ampliação significativa da tiragem. O primeiro jornal com mais de 50 mil exemplares foi, de acordo com o autor, o *Cobbet's Political Register*, que integrava o movimento cartista³.

A maioria dos jornais da origem da imprensa massiva era, segundo a interpretação de Habermas, interdita à ‘compreensão’ das ‘massas’ excluídas da formação escolar. Surgia, então, a *penny-press*, primeiro vestígio de uma imprensa ‘mais barata’, que chega, no primeiro terço do século XIX, a uma tiragem de até 200 mil exemplares, e que dá início a um processo de despolitização do conteúdo jornalístico. Outro tipo de jornal voltado para essa camada da população era a chamada imprensa-de-fim-de-semana, que se baseava, segundo o autor, na “acessibilidade psicológica” e já apresentava, na metade do século XIX, características do que se tornaria a imprensa comercial de massas (2003, 199).

É pelos idos de 1880, com o *New York World*, nos Estados Unidos, e o *Lloyd's Weekly Newspaper*, na Inglaterra, que os jornais chegam à casa de um

³ Movimento social do operariado inglês, da década de 1830, que teve sua origem na *Carta do Povo* e que reivindicava, entre outros pontos, a representação da classe operária no Parlamento, o sufrágio universal masculino, voto secreto e eleições anuais. Mesmo tendo sido rejeitadas as petições pelo Parlamento, em 1838, são atribuídas ao movimento cartista conquistas significativas como a Lei de Imprensa, a primeira lei de proteção ao trabalho infantil, a Reforma do Código Penal e a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias, entre outras. (Ver, entre outros, HOBBSAWM, Eric. *A era das Revoluções: Europa – 1789-1848*. SP: Paz e Terra, 1977).

milhão de exemplares. Consolida-se com isso a imprensa de massas não apenas pela significativa ampliação da tiragem, mas também pela concepção desses jornais como *yellow press* — um modo de fazer jornal que contava, dentre outras coisas, com o uso de quadrinhos, desenhos animados e “histórias com interesse humano” (2003, 199).

Tem força nesse momento a imprensa ilustrada, que, sob influência dos Estados Unidos, no final do século XIX, antecede os jornais sensacionalistas propriamente ditos.

A grande imprensa repousa na refuncionalização comercial daquela participação de amplas camadas na esfera pública: arranjar preponderantemente às massas de um modo geral um acesso à esfera pública. No entanto, essa esfera pública ampliada perde o seu caráter político à medida que os meios para a ‘acessibilidade psicológica’ poderiam tornar-se uma finalidade em si mesma de uma posição consumista comercialmente fixada (2003, 200)

Habermas identifica na imprensa produzida a partir dessa época uma série de estratégias para ‘facilitar’ o consumo do público, como ilustrações e uma preocupação com a formatação do texto na página. Mas a mudança que nos interessa em especial refere-se ao conteúdo desses jornais. E o autor nos apresenta um excelente resumo. Em relação ao processo de trabalho, explica, o texto que derivava da tomada de posição das redações é substituído por informações produzidas por agências de notícias e reportagens feitas por correspondentes (deslocados do contexto de produção, portanto). Em relação ao teor das informações, esvazia-se o jornal de notícias políticas “relevantes” — como “negócios públicos, problemas sociais, assuntos econômicos, educação, saúde” (2003, 201) —, que são classificadas como “de retorno retardado”, em prol de notícias de “retorno imediato”, como “notas cômicas, corrupção, acidente, desastre, esporte, recreação, eventos sociais, interesse humano” (2003, 201). O passo seguinte é, segundo o autor, transformar as notícias na linguagem, aproximando-as da narrativa de contos, com uma confusão permitida entre fato e ficção. Tudo isso se intensifica de forma considerável nas novas mídias: rádio, cinema e televisão.

O efeito de todo esse processo, Habermas nos resume num trecho que traz diversas características que, neste trabalho, diagnosticamos como presentes (e nocivas) na prática jornalística da sociedade contemporânea, que aqui se busca repensar. Diz ele:

À base do denominador-comum do assim chamado *human interest* surge o *mistum compositum* (gênero compósito misto) de um entretenimento ao mesmo tempo agradável e facilmente digerível, que tende a substituir a captação totalizadora do real por aquilo que está pronto para o consumo e que mais desvia para o consumo impessoal de estímulos destinados a distrair do que leva para o uso público da razão (2003, 202)

Ao dizer isso, Habermas tenta desfazer a imagem do que considera um preconceito difundido pela sociedade. Diz ele que, ao contrário do que se costuma pensar, esse novo formato de imprensa não recai exclusivamente ou principalmente sobre as camadas mais populares com menor nível de formação. Segundo o autor, as revistas-de-fim-de-semana, revistas ilustradas, jornais sensacionalistas, rádio e televisão eram alvo especialmente dos grupos em processo de ascensão social, “cujo *status* ainda necessita de legitimação social”, atingindo em seguida os grupos de maior *status* e, por último, as classes menos privilegiadas.

Naquilo que diz respeito ao interesse principal do autor, cria-se, com isso, um novo modelo de sociabilidade, que, ao mesmo tempo, enfraquece a esfera pública e virtualiza a esfera privada. “O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores, é ilusória” (2003, 202). Mais do que isso, promovem a privatização do público.

Os modelos ‘socializados pelos mídias’ (..) traduzem, por um lado, a ilusão de uma esfera privada íntegra e de intata autonomia privada para relações que há muito já retiraram a base de sustentação para a privacidade e a autonomia. Por outro lado, esses modelos são sobrepostos a tal ponto, inclusive a fatos políticos, que a própria esfera pública se privatiza na consciência do público consumidor (...) (2003, 203)

Em um trecho que arriscaríamos utilizar para descrever o jornalismo que sobrevive nos dias de hoje, ele aponta a tendência a um “sentimentalismo em relação a pessoas e o correspondente cinismo em relação a instituições” como um impedimento ao pensamento crítico relativo ao poder público (2003, 203).

Habermas ocupa-se ainda de distinguir a noção de opinião pública constituída ao longo de todo esse tempo, com a de propaganda, que ganha espaço na imprensa de massa.

‘Trabalhar a opinião pública’ diferencia-se da propaganda por assumir a esfera pública expressamente como política. Os ‘reclames’ privados voltam-se toda vez para outras pessoas privadas à medida que entram em consideração como consumidores; o destinatário das *public relations* é a ‘opinião pública’, são as pessoas privadas enquanto público e não enquanto consumidores imediatos” (2003, 226).

Trata-se, aqui, de uma distinção que nos parece seguir a mesma linha daquela estabelecida por Sodré, quando renuncia à compreensão da cidadania atrelada ao consumo, que alguns autores têm defendido. Diz ele, ao nosso ver endossando a fala acima:

Ilusão, com efeito, porque cidadania é um conceito fundamentalmente político, ligado à tradição republicana, e não econômico-mercantilista. Levar em consideração o caráter técnico da constituição de uma cidadania nos dias de hoje não significa absolutamente atrelar esse conceito aos dispositivos de mercado (2002, p. 64).

Naturalmente, em todo o período em que se caracteriza a imprensa como de massa ou de consumo, ela já funciona como uma prática profissionalizada. Obedece-se a uma técnica para a transmissão de notícias e a atividade literária que dominou os jornais no período anterior é substituída pela atividade jornalística. Como explica Habermas: “(...) a seleção do material se torna mais importante do que o artigo de fundo; a elaboração e a avaliação das notícias, a sua revisão e preparação se torna prioritária em relação à obediência efetiva, do ponto de vista literário, de uma ‘linha’” (2003, 218).

A imprensa de massa se consolida definitivamente como empresa capitalista no final do século XIX, quando, facilitados pelo desenvolvimento da tecnologia de transmissão de notícias que viabilizou a padronização dos procedimentos técnicos envolvidos no fazer do jornal, surgem os primeiros grandes trustes: *Hearst* nos Estados Unidos, *Northcliffe* na Inglaterra, *Ullstein* e *Mosse* na Alemanha (Habermas, 2003, 219).

Todo essa profissionalização da imprensa tem, a nosso ver, como uma das suas conseqüências, a concepção, embutida no senso comum, da atividade jornalística como um neutro fazer técnico, que reforça a idéia de um jornal (rádio, TV...) informativo e, portanto, objetivo e imparcial. Voltemos a Habermas: “(...) a cultura integracionista preparada e difundida pelos meios de comunicação de massa, embora pretenda ser apolítica, representa ela mesma uma ideologia política (...)” (2003, 251). Segundo o autor, a cultura de massas retoma de forma fundamental a produção da falsa consciência que havia sido denunciada por Marx em relação à opinião pública. Agora, no entanto, essa falsa consciência está centrada não mais num “sistema em si coerente de concepções, mas num sistema de modos de comportamento”, mobilizados e ancorados no consumo (2003, 252).

Uma entrada mais profunda no século XX nos levaria a falar, por exemplo, sobre a abrangência e influência adquiridas pela televisão que se tornou, provavelmente, o principal meio pelo qual as pessoas significam o mundo e seu cotidiano. Com isso, o jornalismo de rádio, que, confrontado com a televisão, sofreu consideráveis mudanças, principalmente em relação ao cuidado com a apuração da notícia, surgiria também como um ponto de debate. É certo que ainda nos veríamos obrigados a dizer algo sobre a TV por assinatura, que segmenta públicos e conteúdos e depende menos da publicidade direta como forma de sustento. Mas entendemos ser suficiente fazer referência à existência e importância dessas mídias, já que um estudo mais pormenorizado de suas características e impactos não ajudaria de forma substancial no desenvolvimento das hipóteses deste trabalho. Como já foi dito inúmeras vezes, não se trata aqui, afinal, de problematizar propriamente a comunicação de

massa e seus meios, mas sim o ‘modo de fazer’ construído e naturalizado por esse processo de industrialização da notícia, que coloca o jornalismo também — e cada vez mais — no reino da eficácia contemporânea.

Por fim, não poderíamos deixar de reconhecer a importância da Internet, mídia considerada não-massiva, portanto uma ruptura com o que se vinha desenhando como fluxos de comunicação desde o século XVII, e portadora de esperanças de desconcentração dos meios de produção de informações e significados. No que diz respeito estritamente ao objeto de interesse deste trabalho — o jornalismo —, reconhecemos na grande rede, ao contrário, a radicalização das concepções de notícia — e de conhecimento, e de sociedade, e de mundo, e de homem — que estão na raiz das críticas aqui desenvolvidas — entre elas, principalmente, os processos de aceleração temporal e incentivo ao individualismo. Tudo isso será mais bem explicado adiante, no capítulo seguinte, quando nos ocuparemos de destrinchar, criticamente, o modo de fazer jornalismo que se consolidou no século XX, invadindo o XXI, e que, pelo nosso pressuposto, é bastante coerente com o momento político-econômico e com o discurso filosófico que ancoram a sociedade contemporânea — inclusive pelas próprias vias da imprensa. Antes, no entanto, deveremos fazer um recorte da história contada até agora, pulando da Europa e da América do Norte para terras brasileiras, para que consigamos entender as especificidades com que o jornalismo se manifestou e se transformou por aqui, compreendendo e levando em consideração as diferenças do capitalismo nos países periféricos.

2.3. Jornalismo no Brasil

Neste tópico do trabalho, utilizaremos como referência principal o livro ‘História da imprensa no Brasil’, de Nelson Werneck Sodré. Orientaremos a narração dessa história buscando observar, sobretudo, o quanto, ao longo do tempo e de acordo com o contexto macro-social, os jornais foram mais informativos, anunciando a pretensão de neutralidade que prevalece no jornalismo até hoje, ou francamente opinativos, colocando-se como

instrumentos de luta política⁴. Como veremos, essas categorias não são mutuamente excludentes nem sequer se apresentam como únicas, uma ou outra, em épocas históricas específicas. De qualquer forma, entendemos que elas nos ajudarão a perceber o processo de profissionalização, objetivação e estratégia de ‘imparcialização’ da imprensa, que, segundo pressuposto deste trabalho, está diretamente vinculado ao desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Tentaremos também, na medida do possível, articular a história do jornalismo no Brasil com o que se passava na imprensa mundial, descrita nos tópicos anteriores deste capítulo.

Dando início a essa história orientada, Werneck Sodré nos conta que a imprensa brasileira é ‘inaugurada’ em 1808, por dois jornais bastante diferentes entre si. O primeiro deles era o ‘Correio Brasiliense’, que circulava no Brasil, mas era produzido em Londres, o que leva o autor, inclusive, a questionar se ele pode ser considerado um representante da imprensa brasileira. Ainda segundo Werneck Sodré, é apenas o fraco desenvolvimento de uma imprensa realmente brasileira, em pleno século XIX, que permite a existência de um jornal de intenções doutrinárias produzido na Europa, como era o caso do ‘Correio’. Esse atraso tem, para o autor, uma explicação óbvia: ausência de capitalismo e, conseqüentemente, de burguesia (1998, 28).

Já a ‘Gazeta do Rio de Janeiro’ era um veículo oficial produzido no país, mas que se baseava em informações buscadas nos jornais portugueses ou ingleses. De acordo com o autor, a interferência na opinião pública era muito mais interesse do ‘Correio’ do que da ‘Gazeta’.

Representavam, sem a menor dúvida, tipos diversos de periodismo: a Gazeta era embrião do jornal, com a periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo; o Correio era brochura de mais de 100 páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto (1998, 22).

⁴ Vale ressaltar que, ao longo do livro, o autor utiliza, algumas vezes, categorias semelhantes, a saber: jornal noticioso e jornal doutrinário.

Isso não impede, no entanto, que Werneck Sodré nos diga, mais adiante, que o surgimento desse veículo e outros que o seguiram, patrocinados pela corte, denotavam o declínio do absolutismo, que precisava agora fazer autopropaganda e combater as idéias que lhe eram adversárias (1998, 29). Tanto que, no mesmo ano, 1808, surge, na Bahia, o 'Idade do Ouro no Brasil', produzido a partir de regras que poderiam ser consideradas um protótipo dos manuais de redação que hoje orientam os grandes jornais. Destoando da tendência que a imprensa seguiria num período imediatamente posterior, o jornal prometia isenção e imparcialidade, estabelecendo que trataria "as notícias políticas sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública" (apud Werneck Sodré, 1998, 29). O autor ironiza, no entanto, o hiato que se deu entre a intenção anunciada e a prática do jornal que, segundo ele, foi "imparcialmente a favor do absolutismo" (1998, 29).

De acordo com o autor, o primeiro jornal de fato informativo (em oposição a doutrinário) só foi criado no Brasil em 1821. Era o 'Diário do Rio de Janeiro', um veículo que se dedicava a informar o público sobre questões como violência, espetáculos, observações meteorológicas e preço de alimentos. "Seu distanciamento das questões políticas era tal que não noticiou a proclamação da Independência, inserindo apenas, a partir de 24 de setembro, editais a respeito do acontecimento" (1998, 51).

Uma imprensa mais forte, formadora de opinião, começa a se desenvolver no Brasil, segundo Werneck Sodré, a partir da volta da família real a Portugal. Isso porque, dentre outras coisas, a classe média urbana que se fortalecia volta a se aliar com o que o autor chama de 'classe dominante colonial' para garantir a já conquistada, mas agora ameaçada, quebra do monopólio de comércio com a metrópole. "(...) a conquista anterior, que parecera simples dádiva, fica em perigo, e o perigo une. Para unir, é preciso mobilizar. Para mobilizar, é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então, a sua primeira fase autêntica, entre nós (..) (1998, 45).

Em 1821, foi lançado o 'Diário Constitucional', aquele que Werneck Sodré considera o primeiro jornal brasileiro com fins doutrinários que agia em defesa de interesses nacionais, nesse caso, a renovação da Junta que compunha o governo local, determinado pela corte portuguesa. Diz o autor: "Foi a primeira campanha eleitoral travada pela imprensa em nosso país" (1998, 52). Aberto o caminho para um jornalismo político-doutrinário, surgiu, no mesmo ano, o 'Revérbero Constitucional Fluminense', criado com a função de defender publicamente a Independência brasileira, que se dedicou ainda, um pouco mais tarde, à defesa da convocação da Constituinte. Tão específica era sua função, de ordem política, que o veículo fechou as portas pouco mais de um mês após a proclamação da Independência, movimento que orientou todo o trabalho do jornal durante seu período de existência, mas que, uma vez ocorrido, não mereceu sequer ser noticiado em suas páginas. "Essa inconcebível falha jornalística — nos critérios atuais — significaria que, para a corrente de que aquele jornal era órgão, a Independência já estava feita mesmo" (1998, 57).

Se é verdade que nesse mesmo período era comum encontrar jornais defendendo explicitamente posições políticas, inclusive veículos brigando entre si num processo de argumentação, acusações e defesas que visavam claramente atingir a opinião pública, também é importante destacar a coexistência de jornais que, de alguma forma, antecederam o jornalismo atual, pregando o caráter informativo e neutro da imprensa. Werneck Sodré nos dá o exemplo do jornal 'O Espelho', que não opinava sobre os processos em curso, alegando-se imparcial. Mais uma vez, destacamos um comentário do autor que nos anuncia, para mais adiante, um possível caminho de análise do jornalismo contemporâneo. Diz ele, referindo-se a 'O Espelho': "(...) não há forma mais torpe de participação do que a omissão (..)" (1998, 58).

Seguindo essa linha, Werneck Sodré se esforça em destacar a importância dos pasquins, "jornais de circunstância, de combate, de linguagem virulenta" (1998, 82) que, segundo ele, têm sido injustamente mal vistos pela historiografia oficial. Os pasquins representam, precisamente, um período em que, no Brasil, os jornais disputavam a opinião pública talvez de forma mais explícita e

violenta. “A imprensa era então panfletária e atrevida. Nos períodos de tolerância ou de liberdade, atingiu a grande violência de linguagem e as polêmicas, refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência, chegavam a excessos, a ataques pessoais, a insinuações maldosas” (Viana, Victor apud Werneck Sodré, 1998, 84).

Os pasquins marcam o período, a partir de 1826, em que, de acordo com o autor, a imprensa ganha impulso no Brasil, conquistando condições políticas e materiais para seu fortalecimento. Essa era, segundo ele, uma época de avanço liberal. Esse crescimento da imprensa, no entanto, é mais lento nas províncias, longe da Corte, prolongando-se até a segunda metade do século XIX.

Foi nesse período (1827), de posições políticas tão extremadas e apaixonadas, travadas pela imprensa, que surgiu o ‘Jornal do Commercio’, veículo que existe ainda hoje. Contrariando a tendência dos pasquins que dominavam a cena jornalística, o ‘Jornal do Commercio’ se colocou, por um lado, como canal informativo, concorrendo com o ‘Diário do Rio de Janeiro’, sem deixar, por outro lado, de se ocupar com o quadro político da época.

Pouco a pouco, no tempo, mas acentuadamente, quanto às posições, a imprensa definiria o quadro de agitações que culminaria em 1831. A partir de 1827, aprofundando-se ano a ano, os periódicos dividem-se quanto à orientação, refletindo a realidade. Como as forças políticas cindem-se, caracterizando as três componentes principais — direita conservadora, direita liberal e esquerda liberal — a imprensa acompanha a cisão (Werneck Sodré, 1998, 110).

Para os objetivos deste trabalho, outro comentário do autor sobre essa época merece destaque. Diz ele: “A vida política quase se resumia na imprensa” (1998, 111). É importante observar também, no entanto, que boa parte do relato de Werneck Sodré sobre a determinação da imprensa nas lutas políticas e ideológicas desse período, e ao longo de boa parte da história do Brasil, se concentra no destaque de pessoas mais do que de veículos ou instituições. Significa dizer que, na história narrada pelo autor, em alguma medida, os jornais são coadjuvantes em relação aos jornalistas — editores, redatores ou proprietários — que lhes davam a orientação política. O objetivo desse destaque

no texto é perceber o quanto a forma diferente de fazer jornalismo que esse passado nos traz explicita também uma forma diferente de fazer e pensar política, como já foi, de algum modo, apontado no início deste trabalho.

Essa diferença do jornalismo em relação ao que conhecemos atualmente manifestava-se no conteúdo, na forma e na linguagem. Não deixaram de existir, durante esse período do século XIX, jornais literários, por exemplo, nem tentativas de veículos voltados para públicos segmentados. Mas, sobretudo no período da Regência, na primeira metade dos anos de 1800, o papel principal da imprensa era influenciar os rumos políticos do país. “(...) a fase excluía a possibilidade de êxito para periódicos especializados, concedendo-a apenas aos que se afirmassem como políticos no sentido mais estrito” (1998, 121).

Os pasquins, que proliferavam, eram, em sua maioria, de esquerda⁵, ainda que tenham influenciado o linguajar dos jornais de direita. Eram jornais efêmeros, sem sentido comercial, de estilo agressivo, polêmicos e apaixonados, que refletiam, de certa forma, a “violência” das lutas políticas daquela época (1998, 124). Na verdade, tomando como referência o que viria a se constituir como jornalismo propriamente, Werneck Sodré inclusive questiona a caracterização dos pasquins como imprensa. “A rigor, condicionando a classificação ao que se entende por imprensa periódica, o pasquim não poderia ser associado ou incluído nessa atividade. Não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias previamente fixados, na grande parte dos casos” (1998, 158-159). Por esse conjunto de especificidades, era confundido com panfletos. De acordo com o autor, por tratar-se de um período embrionário da imprensa, em que, inclusive, as técnicas eram precárias, era comum a confusão entre os diversos tipos de veículos de publicização de informações e idéias. “Só o tempo concederia à imprensa a capacidade necessária de discriminação, repartindo áreas de ação e de influência, dando fisionomia própria a cada um desses produtos impressos” (1998, 159). No que diz respeito estritamente à imprensa, também segundo Werneck Sodré:

⁵ Conservamos, aqui, a expressão utilizada pelo autor, embora alguns historiadores argumentem que é arriscado falar em ‘esquerda’ no Brasil nesse período, quando o cenário político se dividia, mais exatamente, entre liberais e conservadores.

A regra, na época, era do jornal de um só assunto, feito de fio a pavio, por uma só pessoa; escrito por um só jornalista ou panfletário, quando não confundindo, na mesma pessoa, o impressor e o redator, caso que não foi raro, uma vez que o *impressor era também um partidário, em grande número dos casos, e não apenas um profissional* (1998, 159, grifo nosso).

Referindo-se à chegada da década de 40 do século XIX, diz Werneck Sodré: “Nesse período, a imprensa continuou no seu papel, refletindo as contradições sociais e políticas e influenciando no andamento dos acontecimentos” (1998, 128). De certa forma, o autor identifica o ruidoso movimento dos pasquins como representação de uma fase de transformação que surgia em resposta ao domínio colonial.

Por essa razão, nas páginas desses jornais traduziam-se as contradições da sociedade da época. “Não houve pasquim que não saísse sob a proteção de epígrafe curiosa, anunciadora de seus propósitos, do seu programa, do motivo a que vinha” (1998, 158).

Merece destaque a frequência com que o autor menciona a utilização de epígrafes em jornais, prática absolutamente estranha ao jornalismo contemporâneo, exatamente por evidenciar, de forma subjetiva, a visão de mundo do jornal. É possível argumentar que a opinião do jornal tem ainda hoje espaço privilegiado, no que se reconhece como o editorial. No entanto, dentre outras diferenças possíveis de serem apontadas, vale chamar a atenção para o fato de que, diferente do editorial, que trata de diversos assuntos ao longo da vida do jornal, podendo, inclusive – como não é raro – apresentar opiniões divergentes sobre um mesmo tema em momentos distintos, a epígrafe era permanente, dizia respeito mais à visão de mundo e interesses defendidos (políticos, partidários...) do que propriamente ao tipo de opinião para a qual se reservou espaço nos jornais contemporâneos. “Na epígrafe, anunciava-se a orientação do periódico” (1998, 163).

Ilustrativo das mudanças sofridas ao longo desse processo é o exemplo que Werneck Sodré nos dá do jornal ‘Cidade do Rio’, que já data do fim do século XIX. Embora personalize o foco da sua análise, responsabilizando quase

que inteiramente o jornalista, o autor faz um longo comentário sobre o trabalho de Patrocínio, que assinava o artigo de fundo desse jornal, que era, segundo o texto, seção indispensável de um veículo que “se prezasse”. De acordo com Werneck Sodré, Patrocínio ficou conhecido pela capacidade de ter diferentes opiniões sobre um mesmo assunto, que colocavam o jornal “a serviço de causas ingratas e antagônicas” (1998, 278). Sinal dos tempos.

O autor segue citando movimentos importantes da história do país que contaram com a participação ativa da imprensa, como a Cabanagem (1835-1840) e a rebelião Praieira (1848-1850). Como não nos ateremos aqui à enumeração ou descrição de todos esses momentos, o objetivo do comentário é reiterar a diferença do papel de mediação social da imprensa e da prática jornalística ao longo do tempo, como discutiremos nos tópicos a seguir.

Como temos visto, Werneck Sodré também nos traz diversos exemplos de jornais informativos e doutrinários, em diferentes épocas. O esforço de destacar alguns neste texto tem como finalidade expor, como já dito, os movimentos progressivos ou retroativos de profissionalização e conseqüente homogeneização da prática jornalística que, pelos moldes que tomou, segundo hipótese deste trabalho, mantém relação direta com as mudanças no modo de se pensar e fazer política e de se organizar e conceber o coletivo social. Mas alguns exemplos trazidos pelo autor também podem nos dar pistas sobre o modo de se fazer jornalismo para além da tomada de posição política, como vimos destacando. É o caso da revista ‘O Progresso’, de 1846 – que, como o autor destaca, esforçava-se para ‘interpretar’ (além de informar) o movimento de 1848, por exemplo, como uma “luta entre o capital e o trabalho” (1998, 143).

O que Werneck Sodré considera “o primeiro grande avanço técnico na imprensa brasileira” veio com o jornal ‘Lanterna Mágica’, de 1844, que se dedicou à crítica dos costumes (1998, 179).

Trata-se da fase intercalar, em que, vagarosamente, surgem alterações específicas e técnicas, preparando a imprensa dos fins do século, quando os problemas políticos voltam a primeiro plano e empolgam novamente a escassa opinião existente: a possibilidade do jornal diário e a introdução da caricatura são os dois dados mais importantes desse momento; virão, em seguida, inovações

na técnica de impressão e alterações no sistema de distribuição (1998, 179).

Segundo o autor, esse período, entre 1830 e 1850, foi rico para a imprensa brasileira. São também os últimos vestígios da imprensa ‘artesanal’ porque, finda essa época, a imprensa se tornará empresa – e cada vez mais massiva.

Na metade do século XIX, surge o que se pode chamar de um novo perfil da imprensa no Brasil, sobretudo quando pensada à luz do que acontecia na Europa. Segundo Werneck Sodré, o jornal ‘O Brasil’, que circulou até 1852, marcou a associação entre imprensa e literatura, que sobrevive por um longo período de tempo, e, para o autor, tem relação com o enfraquecimento das lutas políticas até então travadas pela imprensa. Tanto que, nessa época, os pasquins já tinham praticamente desaparecido.

Na fase anterior, essa não era a regra: Cipriano Barata, Soares, Borges da Fonseca não eram homens de letras, a rigor, mas tão-somente jornalistas. Mais ainda os panfletos e os pasquineiros. Não havia, então, nos jornais, espaço para as letras. Estas ficavam relegadas às revistas e jornais especializados, apenas literários, e de vida efêmera quase sempre. Assim, a imprensa política era uma, a imprensa literária era outra.

Quando a primeira declina, com a consolidação do predomínio do latifúndio, começam a fundir-se. (1998, 183).

Nesse período de aparente conciliação política e conseqüente arrefecimento de um certo tipo de imprensa que era característica desse tempo, como vimos descrevendo, sobreviveram, sem maiores crises, veículos que se mantiveram longe das ‘paixões políticas’, como o ‘Jornal do Commercio’. Anunciando, de certa forma, a tendência à imparcialidade (ainda que aparente) positivada, esse jornal é assim comentado por Alcindo Guanabara:

(...) haveis de encontrar, em suas páginas, todos os fatos, mas não percebereis nelas nenhum eco do muito que se dizia e que se transformava, nessa luta memorável, sob a influência da qual vacilou o Império. Esse alheamento das paixões em convulsão, essa inalterável tranqüilidade, num meio tão agitado, valeram ao Jornal do Comércio a força e o prestígio com que, no princípio do segundo reinado, ele agia e reagia sobre a sociedade, prestígio que

cresceu e acentuou-se de tal arte que a expressão quarto poder lhe era aplicável com absoluta justeza (apud Werneck Sodré, 1998, 189).

E, em outro trecho, mais adiante:

Como sempre, o Jornal do Comércio não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos. Como sempre, não encontrareis, em suas páginas, o eco dos clamores partidários; mas acompanhareis, com mais detalhes, recebendo, talvez, impressões mais nítidas, os fatos que nos constituem a vida (apud Werneck Sodré, 1998, 189).

Curioso é que para o autor não pareça incoerente, ou no mínimo digno de nota, que um jornal que opta por não tomar posição nas questões políticas de seu tempo, nessa época, seja, precisamente, aquele que melhor representa a idéia de quarto poder e, mais ainda, como ele mesmo também diz, tenha sua história confundida com a do segundo reinado (apud Werneck Sodré, 1998, 189). São, mais uma vez, os indícios de um novo tempo, em que a imprensa passa a ser valorada de outra forma, no mesmo compasso em que a política passa a ser experimentada de modo diferente.

Essa ‘imparcialidade’ ainda não era, no entanto, necessariamente acompanhada de objetividade. Werneck Sodré, aliás, diz que, no começo da segunda metade do século XIX, não era mesmo comum a imprensa dar tratamento objetivo aos “problemas” (vale destacar que o autor não fala de tratamento dos ‘fatos’, mas dos ‘problemas’).

Essa quase inércia da imprensa começa a se reverter no final da década de 60 do século XIX. Além de um novo cenário político, em que as lutas voltavam a ser acirradas, Werneck Sodré aponta as inovações técnicas — como o surgimento da gravura e da caricatura — como também determinantes dessa nova fase (1998, 202).

Nessa época, começam a se desenvolver no país as revistas ilustradas, com destaque para a ‘Revista Ilustrada’, de 1876, que atingiu grandes tiragens, reuniu nomes importantes da cultura brasileira de então e atuou como um

“documentário” da história da época, abordando assuntos que iam da febre amarela aos festejos de carnaval (1998, 218-219).

A ilustração característica dessas revistas foi uma das inovações desse tempo que, segundo Werneck Sodré, clamava por mudanças de toda ordem, inclusive na imprensa. “O país vivia uma fase de mudanças: uma dessas fases em que o conteúdo se adianta à forma, até que o conteúdo novo acabe por exigir a mudança na forma e o aprimoramento exterior se equilibre coma expressão nova que se impõe” (1998, 223). Além de inovações técnicas, parte dessas modificações passou pela definição mais exata do lugar da imprensa e da literatura, que ainda andavam muito misturadas nessa época. Um caminho seguido por boa parte dos jornais foi a criação dos folhetins, que divulgavam nomes e obras literárias. Isso, no entanto, não significou a separação dessas duas práticas, ao contrário. Destacavam-se na imprensa grandes nomes da literatura, como Aluísio de Azevedo e Machado de Assis.

Paralelamente ao que estamos considerando como a tendência de profissionalização, ‘imparcialização’ e objetivação do jornalismo, nessa época, com o crescente questionamento do regime, a imprensa volta a ser palco das lutas políticas. Tanto que o próprio Partido Republicano lançou, em 1870, o jornal ‘A República’, para defender sua causa. Foi reforçado, nos dois anos seguintes, por mais de 20 jornais republicanos que nasceram em todo o país. ‘A República’ chegou a ser diário, com tiragens de 10 mil exemplares (altas para os padrões do país) e, embora francamente interessado em causas políticas, reunia grandes nomes também da literatura. Destacou-se ainda por criar novas práticas, estranhas à imprensa da época — embora familiar à atual —, como sortear prêmios entre os leitores (1998, 212).

Estamos aqui nos aproximando do momento em que se pode falar verdadeiramente de ‘grande imprensa’ ou ‘imprensa comercial’ no Brasil. Processo em que, tal como no resto do mundo, tem-se uma mudança considerável na concepção e na prática jornalística.

(...) o pequeno jornal tinha, e tem, possibilidades de independência que o grande jornal não tinha, e não tem; aquele é transitório, este tende a permanência; aquele é

obra de poucos; este é já coletividade estruturada, com desenvolvida divisão de trabalho; aquele é esforço de alguns, que pode ser repetido adiante, este é empresa. Nos fins do século XIX estava se tornando evidente, assim, a mudança na imprensa brasileira: a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa (Werneck Sodré, 1998, 261).

Um passo importante para a homogeneização de uma imprensa mais informativa no Brasil foi a chegada das agências de notícias internacionais, que se deu na década de 70 do século XIX, com rápida adesão de todos os jornais.

Um interessante e importante resumo dessa imprensa que despontava no Brasil no fim do século XIX foi feito pelo correspondente de um jornal francês, Max Leclerc, em 1889. Disse ele:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública. Tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso *Figaro*, ou se mostram imparciais até a impassibilidade. Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apóia está em evidência ou é temível. Nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, o espaço deixado à redação é muito restrito e, nesse campo já diminuto, se esparramam diminutas notícias pessoais, disque-disques e fatos insignificantes; o acontecimento importante não é, em geral, convenientemente destacado, porque ao jornalista como ao povo, como ao ex-imperador, falta uma concepção nítida do valor relativo dos homens e das coisas; carecem eles de um critério, de um método. A imprensa em conjunto não procura orientar a opinião por um caminho bom ou mau; ela não é um guia nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorância e à sua apatia. (...) O *Jornal do Comércio* é

uma espécie de *Times* sem virilidade; é o *Times* sem os *leading articles*; um bom repertório de fatos, um conjunto útil de documentos. A Gazeta de Notícias é muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está a sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia. (...) Talvez seja o único, em seu jornal e no seu país, a ter uma idéia justa da verdadeira missão do jornalista, mas, sozinho, não conseguirá levar a cabo a tarefa (apud Werneck Sodré, 1998, 253).

A descrição acima merece alguns comentários antes de prosseguirmos com a história da imprensa no Brasil. Em primeiro lugar, vale destacar a concepção do correspondente francês sobre a função do jornalismo. Por um lado, sua fala recupera o fundamento iluminista que a imprensa (e o jornalismo) adquire na medida em que vai se tornando instituição social, com papel cada vez mais fundamental na mediação das relações que se dão em sociedade. Isso fica evidente, por exemplo, quando ele fala na função de ‘educar’ do jornalismo. Por outro lado, a denúncia da “impassibilidade” da maioria dos jornais brasileiros nos indica pelo menos três pontos de análise. O primeiro se refere à reiteração do que ele acredita como função do jornalismo: formar ou ‘conduzir’ a opinião pública, processo que, segundo seu texto, é dificultado pelo surgimento ou fortalecimento da imprensa como empresa, sustentada por anunciantes. Aqui poderia se identificar um descompasso histórico na medida em que, na Europa, a época do jornalismo doutrinário que visava explicitamente conquistar a opinião já tinha passado. Como já vimos, o continente europeu vivia, em finais do século XIX, exatamente a transição para a imprensa como empresa lucrativa e com atuação política explícita menor. O segundo comentário diz respeito à ‘denúncia’ de que os jornais que não seguiam essa tendência de se tornarem empresas, e se mantinham como veículos doutrinários, também não eram, muitas vezes, portadores de lutas democráticas por causas coletivas, mas sim meios para defender e evidenciar interesses pessoais. Falamos de um tempo em que, em alguma medida, “fazer

opinião” e “fazer política” (ou “ser político”) começam a ser coisas distintas, como diz claramente o *Jornal do Brasil* na sua primeira edição (de 1891).

Um último comentário sobre a fala do jornalista francês diz respeito à crítica à falta de critério de importância para destaque dos acontecimentos. Para além do que possamos considerar como uma fala eurocêntrica, no que se refere à imprensa, vale destacar que ele justifica esse problema alegando falta de método — o que nos sugere que estava sendo definitivamente inaugurado, naquele momento, o caminho da normatização da ‘técnica’ (apuração, redação, diagramação) jornalística.

Voltando à história, a imprensa seguia seu curso. Com o uso do telégrafo, já quase no século XX, os jornais puderam noticiar com alguma velocidade fatos que aconteciam em outros países. Nessa mesma época, o ‘Estado de São Paulo’ inaugura a idéia hoje naturalizada do jornalista como testemunha dos fatos (prenúncio do tempo real), enviando Euclides da Cunha para acompanhar e ‘cobrir’ a Guerra de Canudos. “O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades” (Werneck Sodré, 1998, 275).

Esse caminho que se traçava rumo à imprensa ‘profissional’ do século XX produziu importantes mudanças de forma e conteúdo nos jornais. Quanto ao foco, a informação prevaleceu sobre a doutrinação. Em relação ao conteúdo, a reportagem substituiu as colunas como base de sustentação dos veículos e a entrevista ocupou o lugar dos artigos políticos. Como explica Werneck Sodré: “Aos homens de letras, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias” (1998, 297). Na ilustração das matérias, desenho e fotografia tornaram-se coisas separadas, o que também nos dá indícios da interferência da técnica na pretensão de verdade que esse jornalismo objetivo pretenderá sustentar. No que se refere à pauta, foram introduzidos novos tipos de temas, até então pouco freqüentes nas páginas dos jornais, como fatos policiais e esportivos. Da mesma forma, o folhetim perdeu importância e a

literatura passou a constituir uma seção separada no jornal, que mais adiante se transformará nos suplementos literários. Apesar de afastada dos jornais como tema, a literatura continua influenciando a escrita, já que, nesse momento, ainda não se pode reconhecer uma linguagem específica, jornalística.

Evidenciando esse processo de mudanças, o autor faz um importante comentário sobre o que passa a ser o foco de notícias dos jornais.

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos que protagonizam o fato político. (...) Tudo se personaliza e se individualiza (1998, 277).

Ainda que sustentada pela formatação e homogeneização de técnicas profissionais de que falaremos adiante, essa é, precisamente, a revolução de que trata este trabalho. Parece-nos que o texto acima dá conta, de uma só vez, da articulação histórica evidente e determinante entre as mudanças das relações sociais que definem o capitalismo contemporâneo e a composição do jornalismo como prática social e profissional tal como o conhecemos hoje, e da caracterização de que sociedade (e que jornalismo) é essa. Ao destacar o deslocamento do foco da política para o 'fato' político, o autor nos mostra o esvaziamento da imprensa como espaço (mediado ou mediador, naturalmente) de debate público. Arriscaríamos interpretar que ele nos fala, por decorrência, de uma certa mudança na concepção de democracia, que deixa de pressupor a discussão e defesa pública de idéias e passa a se ancorar na ação individual de sujeitos 'bem informados' pela mesma imprensa que antes protagonizava os debates e lutas. Por fim, como uma conclusão quase natural deste último comentário, destacamos a referência à personalização e individuação, características que aparecem neste trabalho como marcantes no delineamento da sociedade contemporânea a partir tanto das novas feições do capitalismo quanto do discurso pós-moderno (que, em essência, não são coisas diversas) ao mesmo tempo em que são determinantes da atual técnica jornalística, tornada

natural. Em outras palavras, adiantando em parte o que será discutido no capítulo seguinte, estamos dizendo que o modelo de jornalismo hoje em voga é voltado para indivíduos concentrados na sua própria experiência (e necessidade forjada) de informação para a sua sobrevivência privada, solitária e descontínua num mundo que se lhe apresenta como cotidiano e não para atuação política coletiva. Voltado, dizemos, quase em tom redundante, para o consumidor que se tenta fazer passar pelo cidadão possível dos tempos atuais.

Continuando o fio da história, segundo o autor, exceção e mesmo resistência a essa tendência ainda era, no início do século XX, o 'Correio da Manhã'. Criado em 1901, ele trazia no editorial a denúncia da imparcialidade como uma falácia.

Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro stratagem para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião (apud Werneck Sodré, 1998, 287).

A história que aqui vem sendo contada mostra o quanto se pode considerar como um movimento pendular as tendências da imprensa a ser mais doutrinária ou informativa ao longo do tempo. Como podemos observar, quase não há um período em que apenas um desses modelos prevaleça inteiramente sobre o outro. Reconhecer isso não significa, no entanto, que não exista uma linha histórica coerente que nos traga até o jornalismo de hoje. Ao contrário. Supomos, neste trabalho, que essas idas e vindas refletem exatamente o processo de desenvolvimento do capitalismo (de um certo capitalismo) no Brasil que, embora vitorioso, como em todos os lugares, não se deu sem contradições. Acreditar na História, como fazemos neste trabalho, significa compreender que, quando falamos sobre o enfraquecimento ou a retomada da política nos jornais, a cada período de tempo, não falamos mais da mesma política que se reconhecia em um período anterior. Dessa compreensão vem a referência, já feita anteriormente, de que a imprensa abandona a política em nome do fato político. Da mesma forma, podemos entender a diferença quando

Werneck Sodré nos fala do jornalismo político do início do século XX, quando a imprensa de maior influência já era inteiramente instrumento da burguesia urbana que finalmente conseguia se firmar no país. Assim, os jornais podiam se ater a questões políticas — e até não só a fatos, mas também à defesa de teses específicas —, mas a visão política que prevalecia nessa imprensa burguesa não era mais a de transformação do regime.

(...) no fim de contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionaria às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos. Assim, todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes (1998, 331).

O caminho que, na primeira metade do século XX, sinalizava de forma cada vez mais explícita o sentido da ‘profissionalização’ e padronização do jornalismo, indicava também a construção de conglomerados de comunicação e a conseqüente concentração da imprensa (jornais, revistas, rádio e televisão) nas mãos de alguns grupos empresariais. Os ‘Diários Associados’, de Assis Chateaubriand, são o primeiro grande exemplo desse processo. As revistas conseguiram, antes dos jornais, abranger uma vasta extensão do país, fazendo o que se poderia, por essa perspectiva, chamar de um jornalismo nacional — tendo influência direta sobre o método. Para compensar essa limitação e ter influência nacional, os jornais se complementavam com o rádio e a TV, “que exploram a informação instantânea e têm extraordinária força de penetração, pelo uso do som, ou deste e da imagem, superando a barreira, ainda muito grande, do público analfabeto” (1998, 388).

A segunda metade do século XX é referida pelo autor como um momento de crise no capitalismo mundial — abrindo caminho, dizemos nós, para o desenho de sociedade que foi apresentada no capítulo 1 —, que se refletiu, no Brasil, também como crise da imprensa.

Foi nesse período que o modelo de jornalismo atual, que se configura como técnica de apuração e linguagem, dentre outros elementos menos importantes para o objetivo deste trabalho, chegou ao país, formal e

definitivamente, tendo como marco a reforma do 'Diário Carioca'. As inovações trazidas por esses dois jornalistas rapidamente se espalharam pela concorrência e tornaram-se 'regra' para a imprensa comercial, denotando também, na opinião de Werneck Sodré, um apego à forma que refletia a fragilidade dos jornais desse tempo em relação às suas opiniões e posições. De qualquer forma, era a vitória do modelo de jornalismo norte-americano decretada também no Brasil.

O final do século XX consagra a imprensa como instrumento importante de manutenção dos interesses burgueses num país em que o capitalismo se afirma como alternativa única e inquestionável de desenvolvimento, sobretudo após a queda do Muro de Berlim e a derrota da experiência do socialismo real. Da mesma forma que as novas estratégias do capitalismo se naturalizam, substituindo cada vez mais a interdição pelo autocontrole e cooptação dos indivíduos, a imprensa, por um lado, naturaliza sua ação travestindo-se de técnica objetiva e neutra, seguidora de um método, e, por outro, por ser reconhecida como instrumento imprescindível à democracia, deixa de ter limites. Impor quaisquer tipos de restrições à imprensa passa a ser considerado resquício de autoritarismo, sobretudo, no Brasil, depois do fim da ditadura militar. A censura que serviu durante tanto tempo, ora à classe dominante colonial, ora à burguesia que tentava se afirmar, agora, com o jogo 'ganho', não faz mais sentido, já que as próprias empresas jornalísticas se autocensuram. A principal consequência, Werneck Sodré nos explica: "Isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários" (1998, 408).

3. DESCRIÇÃO DO MÉTODO JORNALÍSTICO CONTEMPORÂNEO

Como temos feito referência ao longo de todo este trabalho, podemos identificar, como marco do jornalismo que se pratica ainda nos dias de hoje, o modelo norte-americano que nasce no século XIX, torna-se hegemônico e chega ao Brasil nos anos de 1950. Seria impreciso, e mesmo incorreto, dizer que o jornalismo desenvolvido atualmente no mundo segue exatamente os princípios defendidos naquela época. Mas certamente é possível reconhecer na prática profissional da imprensa atual as principais características definidoras do jornalismo que se consolidaram ou formalizaram naquele momento: a concepção de notícia como informação sobre algo novo e inusitado (portanto intimamente ligado a um tempo presente) e a centralidade do fato, que se traduz como defesa, ao mesmo tempo, da objetividade e da imparcialidade.

Trataremos, neste tópico, de discutir mais detalhadamente essas características e seus desdobramentos, buscando sempre pensá-las como parte de movimentos históricos que imprimem mudanças significativas no contexto mais geral da sociedade, tal como já tentamos descrever.

3.1. Notícia: novo e atual

Atualidade, velocidade e ineditismo (ou improbabilidade) são três valores comuns a praticamente toda definição de notícia que se pretenda operacional no jornalismo contemporâneo. Além disso, para merecerem ganhar as páginas dos jornais os fatos precisam ser considerados relevantes.

Para que todos esses fatores façam sentido juntos, é inevitável concluir que a relevância das questões que vão entrar na pauta de discussão pública pela imprensa é definida pela atualidade e novidade do fato, o que se mostra profundamente coerente com a supervalorização do presente imediato e imanente, encastelado em si mesmo e efêmero, que integra, cada vez mais, a vida cotidiana dos homens comuns. A relação com o tempo, que constrói a categoria de atual como um presente mais presente do que aquele que se encadeava num passado e num futuro, vem se desenvolvendo ao longo da

história da imprensa, com pontos altos no surgimento da televisão e sua capacidade de transmissão 'ao vivo', chegando ao apogeu mais recentemente, com a idéia de 'tempo real' trazida, principalmente, pela Internet. Trata-se, segundo Moretzsohn, da "difusão de um sentido de atualidade e compartilhamento de acontecimentos, com as tecnologias do 'tempo real', paralelamente à valorização da instantaneidade e simultaneidade que configuram o sentido de urgência do contemporâneo" (2007, 28).

A valorização da atualidade faz com que o tempo apareça também como elemento definidor da notícia em relação à produção. Isso porque a velocidade passa a ser o critério principal para o trabalho do jornalista, interferindo em (e mesmo negando) outros critérios de tratamento do fato como jornalístico. Como nos diz Neveu:

A relação com o tempo que obriga a dar conta de um fato durante as horas em que ele se desenrola induz a utilizar o precedente ou a analogia superficial para explicar o novo. As pressões de concisão levam a utilizar explicações diversas e desordenadas, a não mostrar as diferenças tomadas, rápido demais, por sutis (2006, 122).

O Manual de Redação e Estilo do jornal 'O Globo'⁶, por exemplo, faz referência clara a esses princípios quando pergunta "Como escreve um jornalista?" e responde, em seguida, "Numa palavra: depressa" (Garcia, 2005, 19). No parágrafo seguinte, sem se preocupar em ser contraditório ou desconsiderar as possibilidades humanas, o texto reforça: "*A qualquer velocidade, exige-se fidelidade a três requisitos: exatidão (para não enganar o leitor), clareza (para que ele entenda o que lê) e concisão (para não desperdiçar nem o tempo dele nem o espaço do jornal)*" (Garcia, 2005, 19, grifo nosso). Em outro trecho, o Manual justifica esse desejo de rapidez: "(...) jornais são lidos depressa e superficialmente, o que transforma sutileza e complexidade em defeitos" (Garcia, 2005, 27).

O apego à velocidade também potencializa uma contradição interna ao campo jornalístico. Parece claro que o jornalismo que nasce com um ideal

⁶ É preciso aqui um esclarecimento sobre o uso que será feito de exemplos de manuais de redação de jornais brasileiros: os trechos utilizados têm função ilustrativa, e, portanto, não são tratados como resultado de um trabalho de campo, que requereria um rigor metodológico muito maior do que o aqui empregado.

iluminista, de esclarecer a sociedade, e, mais especificamente, levar as pessoas a formarem sua própria opinião (com todas as críticas que podem ser feitas a esse projeto) não pode, por princípio, se basear apenas no relato ‘objetivo’ dos fatos. São necessárias, para além disso, a contextualização e, principalmente, a crítica mais aprofundada dos temas tratados no jornal. E, nesse ponto, se forma o impasse, que Moretzsohn nos resume:

(...) o jornalismo teria, no postulado iluminista que o orienta, a própria origem do seu dilema: lidar com a imediatividade dos fatos com um distanciamento capaz de conferir-lhes sentido, lidar com a vida cotidiana com a perspectiva de fornecer-lhe elementos de crítica. Será viável, considerando as condições de produção, especialmente agora, na era do ‘tempo real’? (2007, 239).

Para a autora, a velocidade se transforma num fetiche, que, na prática da imprensa comercial de massa, se sobrepõe, inclusive, à necessidade de comprovação dos fatos — ou o que chamaríamos, neste trabalho, do que sobrou da ‘verdade’ no jornalismo. Segundo ela, esse processo faz com que se consuma velocidade, mais do que notícias (2007, 239), num movimento que julgamos bastante coerente com a transmissão de sinais ininterrupta e despreocupada com o sentido de que falávamos no capítulo 1, caracterizando a passagem de uma cultura da comunicação para uma cultura da informação.

E, se concordamos que temos o mundo significado e naturalizado em grande medida pela imprensa, vemos que esse processo leva à substituição do processo de fazer sentido e elaborar questões pela necessidade de estar permanentemente informado e ‘atualizado’ — pelos jornais, pela Internet, pelo celular, pela tela de cinema.

O sentido de atualidade do jornalismo contemporâneo anda de mãos dadas, quase como sinônimo, com outro princípio que lhe é definidor: o de novidade. O Manual de Redação do jornal ‘Folha de São Paulo’, por exemplo, enumera cinco critérios para se definir a importância de uma notícia:

- a) Ineditismo (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada);
- b) Improbabilidade (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada);

- c) Interesse (quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é);
- d) Apelo (quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é);
- e) Empatia (quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é).

Mesmo uma rápida olhada nessas orientações nos leva a identificar alguns pequenos paradoxos que, ao nosso ver, estão no cerne da prática jornalística contemporânea. A princípio, nos parece que o critério de ineditismo é suficientemente coerente com os de improbabilidade e apelo. Por outro lado, cremos que a capacidade de afetar a vida das pessoas, como se descreve no critério de interesse, é muito maior com fatos corriqueiros, que se sucedem temporalmente e historicamente, do que com coisas realmente novas. Da mesma forma, o processo de identificação dos leitores com um personagem ou uma situação (empatia) é infinitamente mais fácil quando se trata de uma situação cotidiana e até esperada — afinal de contas, quantos de nós se reconhece numa vida rotineiramente suspensa por ineditismos?

Mesmo que a atualidade mais quente determine que uma cobertura importante seja feita de acordo com fatos relevantes do tipo escândalo (revelação de um “esquema”) ou acidente (catástrofes, assassinatos), a ocorrência mais freqüente no trabalho jornalístico é o acontecimento rotineiro previsível. A vida social é constituída de uma seqüência de datas que torna previsível o retorno cíclico de fatos desse tipo: cotações cotidianas da Bolsa, competições esportivas no fim de semana, Conselho de ministros que se reúne toda quarta-feira, torneios de Tênis, retomada dos trabalhos parlamentares, coleções de moda a cada estação do ano (Neveu, 2006, 89).

Esses breves comentários têm por objetivo abrir caminho para a discussão sobre o que optamos aqui por chamar de ‘falácia do novo’ que marca o contemporâneo nas suas mais diversas manifestações, entre elas, o jornalismo. Em primeiro lugar, desde que se tornou atividade comercial sustentada principalmente por publicidade, o jornal precisa preencher uma quantidade diária de páginas que, se fossem tomadas por novidades — e ainda por cima

relevantes para o conjunto da sociedade —, fariam com que nossa vida se assemelhasse a uma montanha-russa. Em segundo, na prática, o processo de produção de atualidade e velocidade das redações de jornais torna, na sua generalidade, a produção do novo absolutamente impossível.

Essa, nos parece, é mais uma encruzilhada em que um jornalismo centrado no fato, que precisa abrir mão da complexidade para não ‘gastar o tempo’ do leitor, se coloca hoje, embora com um disfarce eficiente. O resultado, segundo Moretzsohn, é um “processo de simplificação do mundo operado diariamente pelo jornalismo, que, assim, a pretexto de trazer o novo, acaba reproduzindo o mesmo” (2007, 135). A autora nos traz ainda dados de uma análise do processo de trabalho dos jornalistas feita por Gans, em que se mostra que esses profissionais encontram as fontes das notícias no seu próprio meio social, pedindo indicações de amigos, por exemplo, e reproduzindo, com isso, a visão de apenas poucos segmentos como se respondesse pelo conjunto da sociedade. Mostra ainda que, em casos em que essa reprodução é limitada pela pauta, a tendência dos repórteres é buscar tipos que se encaixem em estereótipos, que, como se sabe, têm a função de tomar a parte pelo todo. Diz Gans: “(...) as fontes não familiares podem fornecer informações novas ou contraditórias que atrapalhem a capacidade dos repórteres para generalizar e resumir” (apud Moretzsohn, 2007, 136). Moretzsohn conclui: “A lógica é, evidentemente, paradoxal: como a novidade pode ser um fator de perturbação para quem justamente promete a novidade a cada dia?” (2007, 136).

Neveu completa nossa linha de pensamento, mostrando que o contraditório medo da novidade que ‘complica’ é acompanhado pelo medo da novidade difícil de ser contada. Diz ele, referindo-se ao fato: “Se precisa de explicações técnicas muito longas, se não se abre a nenhum ângulo capaz de narrá-lo, ele está ameaçado de ser reduzido a uma nota” (2006, 92). E questiona: “Qual o custo, em termos de inteligibilidade do mundo social, dos processos de triagem que privilegiam freqüentemente a fragmentação do acontecimento em detrimento das evoluções sociais em profundidade e o emocional em detrimento de um distanciamento analítico?” (2006, 92-93).

Este trabalho defende que se trata, aqui, do sintoma de um processo claramente constitutivo do discurso pós-moderno: a valorização do novo que, na verdade, só reitera o mesmo, mas que precisa se compreender como novo porque tem como condição de possibilidade a negação do velho e do passado (mesmo que seja ontem). Mais do que isso, a produção de falsos novos que, no seu movimento veloz e ininterrupto, promove a mais absoluta fragmentação, dificultando a visão do mundo como totalidade. Da mesma forma, evidencia-se que a produção do novo depende inteiramente do processo de produção capitalista (nesse caso, da mercadoria notícia) que, apesar da maquiagem contemporânea, não tem nada de novo na sua estrutura.

Do resultado dessas contradições, o que se encontra nos jornais diariamente, então, é um

‘inesperado’ passível de enquadramento, isto é, traduzível nos termos do senso comum. O caráter de novidade, portanto, se expressa no malabarismo que procura conferir ineditismo a situações corriqueiras, o que, no limite, acaba por constituir uma fraude, quando poderia expressar-se efetivamente através de um enfoque crítico dessas mesmas situações (Moretzsohn, 2007, 137).

Nessas condições, abrir mão da abordagem crítica significa tanto não cumprir a promessa de fornecer o novo que se dá no tempo do atual quanto não abrir caminhos para a produção do novo que pode se dar como síntese a partir do ordinário. Nesse sentido, vale destacar ainda a conclusão de uma experiência do pesquisador da comunicação Armand Mattelart durante sua estada no Chile, na época do presidente Salvador Allende. Num livro em que relata esse episódio, o autor explica as “dificuldades de se implantar um projeto de comunicação de cunho socialista porque lidar com a comunicação significa lidar com o cotidiano, ‘e, para as pessoas, o cotidiano é a vida num regime capitalista’” (apud Moretzsohn, 2007, 54-55).

O fracasso do jornalismo na produção do novo que ele promete como indispensável à vida cotidiana tem como consequência direta, então, a reiteração do senso comum. Como explica Genro Filho:

(...) os fatos servirão somente para ilustrar com otimismo uma espécie de veracidade que já foi estabelecida como premissa ideológica e filosófica. Essa perspectiva reduz os fatos ao significado fechado que, de antemão, foi atribuído à totalidade histórica. Desse modo, os fatos são apreendidos e relatados jornalisticamente como cenas de um filme do qual já se conhece o final e, portanto, portadores de um conteúdo integralmente constituído e indiscutível (1987, 64).

E esse é um outro aspecto importante para este trabalho. Porque entendemos, como Moretzsohn, que o cotidiano é o “lugar de naturalização das relações sociais” (2007, 66). Girar em torno do cotidiano, reforçando as concepções do senso comum, fazendo com que isso, no entanto, seja consumido como novidade, como faz o jornalismo, é trabalhar em prol do fechamento ainda maior de um horizonte de transformações possíveis no cenário estabelecido. Como questiona Neveu: “Como dar conta de um mundo complexo sem dar-lhe a falsa clareza de um universo povoado de estereótipos?” (2006, 112).

Trata-se, pela perspectiva deste trabalho, de um fenômeno condizente com o atual desinvestimento coletivo nas estratégias de mudanças estruturais, que resulta na desmobilização social e na privatização dos interesses (imediatos, como não poderia deixar de ser). Ganha importância, nesse contexto, por exemplo, a informação de serviço, voltada muito mais para o consumidor, segmentado como público-alvo do jornal, do que para a figura do cidadão que precisava ser ‘esclarecido’ pela perspectiva iluminista que, em tese, sustenta o jornalismo. “A segmentação da imprensa faz, além disso, com que ele [o jornalista informativo] se dirija a um público-alvo definido mais freqüentemente por um estilo de vida ou de consumo do que por uma opinião pública” (Neveu, 2006, 164).

Tudo isso é resultado direto do processo de massificação e mercantilização da imprensa, do qual a vitória do jornalismo informativo sobre o opinativo é um dos primeiros sintomas, pois reflete “um deslocamento da atenção de um público desinteressado na política, mais orientado para a busca da felicidade privada” (Neveu, 2006, 164). O autor identifica como consequência da prática

desse novo jornalismo de mercado uma mudança na sua relação com os valores democráticos, que passa a estar inteiramente contaminada pela ideologia liberal. Ele pergunta: “Nessa oferta de informação, atenta aos desejos e investimentos de múltiplos componentes de uma sociedade, qual é o lugar dos grupos sem poder de compra?” (2006, 168). E, logo em seguida: “Como não constatar a convergência entre a visão neoliberal do político submisso ao mercado e o modo consumista de o jornalismo de comunicação se dirigir a seus públicos?” (2006, 168).

3.2. Objetividade e imparcialidade: a centralidade dos fatos

A concepção de notícia que tentamos descrever no tópico anterior é parte integrante de um modelo de jornalismo que, além de se basear na promessa de uma falsa novidade e atualidade, como vimos, também se define por ser um jornalismo de fatos, informativo. Essa pode parecer uma afirmação estranha já que dificilmente poderíamos supor um jornalismo que não fosse centrado em fatos e não tivesse a função de informar. Mas a questão é um pouco mais complexa.

Caracterizar o jornalismo contemporâneo como informativo significa, antes de tudo, dizer que ele carrega, na sua constituição como campo e na sua prática cotidiana, a diferenciação entre informação (ou fato) e opinião. Essa é a principal aposta da objetividade: a de que é possível levar o público a ‘pensar por si’ através de relatos ‘isentos’ de qualquer interpretação. Herança do modelo de jornalismo anglo-saxão, como temos dito, objetividade significa a tentativa de se produzir um relato que reconstrua o fato noticiável ‘fielmente’, tal como ele supostamente aconteceu, sem abertura para comentários ‘tendenciosos’.

Nesse ponto já é preciso um primeiro esclarecimento porque, embora se manifeste de formas muito concretas, inclusive orientando a criação de um método que passa a ser característico do discurso jornalístico, a objetividade é definida na maioria das vezes como sinônimo de imparcialidade ou

neutralidade. Julgamos eficiente buscar aqui a ajuda de Boaventura de Sousa Santos, que nos explica que, para a ciência, objetividade significa aplicar os métodos de investigação rigorosa e “honestamente”, sem antecipações ideológicas de resultados. É isso que permite que se defrontem diferentes visões em uma mesma análise. Segundo o autor, a confusão se dá quando se passa a acreditar que o cientista não deve defender suas posições ou quando, pior, se pensa que a argumentação é dispensável já que sua ‘constatação’ científica se apresenta como verdade. Para o autor, “a atitude do cientista social crítico deve ser a que se orienta por maximizar a objetividade e minimizar a neutralidade” (2001, p. 31-32). Acreditamos que o ideal contrário, do cientista objetivo e isento, corresponde também à postura socialmente construída para o profissional de comunicação, em especial o jornalista, em um processo no qual a informação ganha o *status* de incontestável, menos por sua vinculação com uma ‘verdade’ e mais pela sua inserção em um movimento incessante de transmissão de sinais que fragmenta a memória e a história.

A objetividade jornalística foi, então, construída na forma de um método (também de apuração, mas sobretudo de escrita) para alcançar a imparcialidade. Uma leitura possível é a de que essa foi a aposta num caminho para a realização da promessa do jornalismo como instrumento da democracia – na concepção que esse termo adquiriu no capitalismo, como busca do consenso. Outra é a de que se tratou de um processo de padronização ou ‘standardização’ que ajudou a consolidar a notícia como mercadoria e o jornalismo como uma atividade de mercado. Mas essas não são explicações mutuamente excludentes, ao contrário.

Traquina nos diz, citando Schudson, que a objetividade como princípio é posterior ao jornalismo ‘de fatos’ que ganhou espaço nos EUA, principalmente, e na Inglaterra. Este remeteria ao século XIX, enquanto o culto à objetividade teria surgido como característica fundamental do jornalismo já no início do século XX (2005, 135), como resultado, segundo ele, da constatação de que mesmo o relato centrado nos fatos não era confiável. E isso se deveu a dois fatores principais: “1) a experiência da propaganda na Primeira Guerra

Mundial (1914-1918); e 2) o nascimento de uma nova profissão – relações públicas” (2005, 136). Diz o autor: “Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa” (2005, 138). O jornalista teria, portanto, a função de controlar metodologicamente sua subjetividade para fazer com que os fatos conseguissem falar por si.

Essa interpretação não afasta, no entanto, a leitura dessa estratégia como facilitadora da massificação e mercantilização do trabalho da imprensa. Moretzsohn nos mostra que o próprio Schudson destaca a importância das agências de notícias (com destaque para a Associated Press, criada em 1848) que precisavam padronizar a organização e o relato das informações para atingir e agradar uma quantidade cada vez maior e mais dispersa de ‘clientes’. “Mais do que um princípio ético, portanto, a objetividade seria a alma do negócio” (Moretzsohn, 2007, 190). Apesar dessa e de outras referências, a autora questiona as abordagens segundo as quais a separação entre informação e opinião que marca o modelo da objetividade nasce no século XIX porque, segundo ela, a imprensa mantém relação com as necessidades do capitalismo desde sempre (2007, 196). Nesse ponto reiteramos, para que não reste dúvida, a questão central deste trabalho: não ignoramos nem tampouco discordamos que a imprensa (e a prática jornalística, profissional ou não, por decorrência) tenha sido desde sempre vinculada à sustentação do sistema capitalista. O que pretendemos discutir é uma parte dessa história, mais recente, que se resume na coerência entre a técnica jornalística contemporânea e as novas estratégias de um sistema que se modifica nos meios para manter os seus fins, tanto no que diz respeito à organização político-econômica quanto no discurso que o legitima cientificamente e filosoficamente.

Essa busca desenfreada por se autoproclamar isento é parte da histórica pretensão jornalística de se afirmar como baluarte da democracia, fiscal do interesse público, portanto acima dos interesses particulares, solidificada na idéia recente da imprensa como ‘quarto poder’ — mesmo que isso seja

absolutamente incompatível com a realidade de uma atividade privada e lucrativa. Mas Moretzsohn nos mostra ainda como essa estratégia contém, no mínimo, dois importantes paradoxos:

(...) o primeiro, entre esse critério de objetividade que exclui ou desqualifica as interpretações e a defesa da pluralidade de veículos como pilar da democracia; o segundo, apontado por Glasser e Ettema (1991), entre o dever cívico dos jornalistas como “guardiães da consciência” e seu papel de “observadores distanciados”. Como poderiam os repórteres denunciar transgressões sem fazerem juízos morais?

Não seria correto afirmar que o jornalismo de hoje se diga totalmente objetivo e imparcial. Tantos anos de debates fizeram com que um dos primeiros ensinamentos dos cursos de jornalismo seja a constatação de que esses valores não existem. Mas o traço da busca incansável por esse par objetividade/imparcialidade continua fortemente presente, o que nos leva a supor, inclusive, que o reconhecimento da sua impossibilidade é muito mais uma concessão às discussões teóricas do que uma certeza dos jornalistas. O ‘Manual de Redação da Folha de São Paulo’ é um bom exemplo desse comportamento. Diz ele:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse (...)

O ‘Manual do Globo’ também traz uma boa ilustração, atendo-se mais à imparcialidade do que à objetividade: “(...) mesmo sabendo que a isenção absoluta é impossível, é dever do jornalista tentar, o tempo todo, ser absolutamente isento” (Garcia, 2005, 112).

Explicadas e debatidas as origens, nos interessa mostrar agora como a objetividade se manifesta na prática, em passos que arriscamos chamar de metodológicos. Traquina, por exemplo, destaca quatro procedimentos

associados à objetividade jornalística elencados por um estudo de Tuchman: a apresentação de diferentes versões sobre um mesmo fato; a apresentação de provas auxiliares, que complementam uma informação; o uso das aspas como marca da separação entre o texto do jornalista e o depoimento da fonte; e a organização da informação numa sequência-padrão, no formato da pirâmide invertida — que discutiremos mais adiante (apud Traquina, 2005, 139-141). Referindo-se ao mesmo estudo, Neveu chama a atenção para a priorização das fontes institucionais “que supostamente detêm uma autoridade pouco discutível”; a organização do jornal em editorias que dão conta de categorizar os temas e textos como mais ou menos subjetivos; e, por fim, o que ele chama de “preocupação de se conformar com uma espécie de ‘senso comum’, que se traduz numa atitude muito prudente diante da matéria cujos conteúdos contrariam o que parece evidência do bom senso” (2006, 109). Moretzsohn complementa nossa descrição, exemplificando com uma edição mais antiga do ‘Manual da Folha de São Paulo’, que a objetividade também se apóia na informação quantitativa (2007, 185).

Pirâmide Invertida é o nome do modelo que, com pequenas variações, resume esse tipo de jornalismo que dá centralidade absoluta aos fatos (no sentido de se opor à interpretação) e que depende inteiramente do investimento na objetividade e na imparcialidade. Nasceu nos Estados Unidos e foi utilizada, pela primeira vez, em 1861, no *New York Times* (Genro Filho, 1987, 84). Segundo esse modelo, uma boa notícia deve responder a seis perguntas em torno do fato: o quê? quem? como? quando? onde? por quê? — o famoso *lead*: um parágrafo, geralmente inicial, que deve concentrar aquelas que são consideradas as principais informações da notícia. O nome desse modelo, que segundo Genro Filho representa uma fracassada tentativa de elaborar uma teoria da notícia, se justifica por ele defender uma concentração das informações tidas como mais importantes no início da notícia — que representaria a base da pirâmide, de modo que, no cume, ficariam as informações tidas como descartáveis. Uma das explicações mais comuns para a origem da Pirâmide Invertida é o fato de ela permitir o corte do final da notícia, sem grandes esforços de edição, quando

esse espaço precisasse ser ocupado por anúncios publicitários que chegassem em cima da hora. O 'Manual de Redação do Globo' conta assim essa história: "Antes do aparecimento do computador nas redações e, com ele, da medição automática e exata dos textos a serem compostos, essa era a fórmula mais segura: garantia que o corte 'pelo pé' na montagem das páginas só eliminasse o menos importante" (Garcia, 2005, 35). Essa explicação provavelmente é verdadeira, mas é fato também que o processo de massificação da imprensa representava um contexto favorável à padronização e à tentativa de objetivação do jornalismo. Além do mais, o fato de o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação/informação não terem acabado com o *lead* evidencia o seu caráter de ser mais do que uma solução prática.

O rigor do estilo da Pirâmide Invertida, naturalmente, vem sendo relativizado ao longo do tempo. O Manual de Redação do Globo narra, inclusive, uma pesquisa desenvolvida pela Sociedade Americana de Editores de Jornais, em 1993, sobre a preferência de estilo dos leitores em relação às diferentes abordagens de um mesmo assunto. O resultado, segundo o texto, foi uma aprovação maior do estilo chamado de narrativo (que seguia uma cronologia e destacava a experiência dos personagens) e uma rejeição maior à pirâmide invertida (Garcia, 2005, 36).

O formato se flexibiliza, portanto, mas os princípios se mantêm, em sua maioria. Primeiro, a lógica da concorrência: "Com ou sem pirâmides, é preciso manter o leitor cativo. (...) E o jornalista não está sozinho com sua platéia: muitos outros assuntos disputam o interesse do leitor no mesmo jornal – e outros jornais tratam do mesmo assunto", ensina o Manual (Garcia, 2005, 36). Segundo, a separação entre fato e explicação/contextualização e a convivência com o pressuposto do curto tempo do leitor-consumidor. Um exemplo é que o mesmo texto sugere, em outro momento, que se faça uso do que ele chama de "*lead* abrangente" (ou "*lidão*"), que dê conta de "apresentar" "todo o assunto". "Muitos leitores, sem tempo ou paciência para ler tudo, ficarão satisfeitos com essa abertura e mais uma ou outra retranca que lhes atraiu a atenção" (Garcia, 2005, 37). É possível que o Manual tenha razão, mesmo porque, como vimos, o

jornal (a imprensa) teve e tem papel fundamental na construção desse senso de urgência, pressa e conseqüente superficialidade que toma conta da sociedade contemporânea. Mas, por uma perspectiva crítica, fica evidente que o texto considera que “todo o assunto”, ou pelo menos o mínimo necessário para a informação, não inclui explicações mais específicas, associações possíveis e contextualizações, por exemplo. Além do mais, é curioso perceber que o critério de seleção, hierarquização e tratamento da notícia passa a ser a ‘satisfação’ do leitor e não o compromisso com o ‘esclarecimento’ da sociedade em assuntos que, se nos guiarmos pela definição de fato jornalístico, devem ser de relevância pública.

Feita uma descrição mais geral, é preciso situar a crítica à objetividade/imparcialidade no contexto do argumento deste trabalho. Porque, se a objetividade jornalística é uma variação da objetividade científica que remete à ciência moderna, como identificá-la como manifestação, por exemplo, do discurso pós-moderno? Até porque a objetividade se dá no registro do racionalismo moderno, que passa a ser visto pelo discurso pós-moderno como o vilão responsável por atrocidades diversas e falsas promessas que justificariam a falta de sentido e perspectiva contemporânea.

Uma primeira observação sobre esse aparente paradoxo é, então, que, ao contrário da ciência, que vem discutindo suas heranças positivistas, a falácia da objetividade jornalística esconde o fato de que a notícia (ou o relato do acontecimento) é, necessariamente, a resposta a perguntas que alguém precisou fazer. Moretzsohn, por exemplo, faz questão de destacar que a crítica ao ideal de objetividade do jornalismo não significa uma crítica à razão ou, diríamos nós, uma apologia das subjetividades que constitui, por exemplo, o discurso pós-moderno. Trata-se, isso sim, de reconhecer que “o conhecimento é um processo mediado pela subjetividade” (2007, 181). E é a mesma autora que nos ajuda a sair desse impasse:

(...) da mesma forma que o relativismo degenera para o irracionalismo, o racionalismo freqüentemente se reduz ao empirismo mais rasteiro. No caso do jornalismo, isso é particularmente evidente na famosa afirmação de que ‘os fatos falam por si’, como se saltassem espontaneamente

para as páginas do jornal, as ondas do rádio, a tela da TV ou do computador (2007, 183).

Seguindo a mesma linha, vale ressaltar ainda que esse processo ignora que não existe método capaz de objetivar inteiramente a resposta à pergunta ‘o quê’ do *lead* (aquela em relação à qual todas as outras cinco questões se colocam) — ou, mais claramente, de que não há critério exato para determinar o que é ou não noticiável.

Outro ponto que merece destaque é o descompasso entre o ideal de objetividade e o método que a formaliza no jornalismo. As estratégias de utilizar aspas e ouvir diferentes versões/opiniões sobre um mesmo fato ou assunto, por exemplo, são, segundo Muhlmann, “uma maneira confortável de os jornalistas se demitirem da responsabilidade de ir além dos argumentos contraditórios para buscar a verdade” (apud Moretzsohn, 2007, 186). O que significa se colocar em cima do muro na briga entre a certeza aristotélica de que o mundo (o real) contém nele a sua própria verdade — ou ‘os fatos falam por si’ — e a lógica sofista que aposta na argumentação discursiva em substituição à noção de verdade. E isso sem que o ‘muro’ denote qualquer contradição, como bem ditam os mandamentos pós-modernos.

Moretzsohn evidencia essa confusão interna ao discurso de objetividade do jornalismo que se traduz como busca do equilíbrio:

(...) digamos que, ao explorar temas controversos, o jornalista não partilhe — ou não demonstre partilhar — de quaisquer dos pontos de vista em questão, e ‘simplesmente’ — como se isso fosse possível — dê voz a distintas interpretações. Supostamente, o público estaria em condições de tirar suas conclusões. Porém, se o jornalismo realmente equilibrasse os enfoques, não haveria meio racional para qualquer julgamento. Logo, a conclusão seria de que há verdade em todos os lados — ou em nenhum: pois tudo se equivale, um ponto de vista é tão bom quanto qualquer outro (2007, 189)

Merece comentário ainda a concepção de razão que está embutida na objetividade jornalística. Muhlmann (apud Moretzsohn, 2007, 194) nos mostra que a imprensa aposta na objetividade ao mesmo tempo em que destaca o papel

do jornalista como testemunha dos fatos de interesse público. Contraditoriamente, portanto, ganha força com isso o sujeito agente da ação de testemunhar e descrever — o ‘eu’. A solução para esse paradoxo estaria na crença na capacidade do sujeito (o jornalista) de separar o sentir do pensar, o olhar do exprimir e, mais ainda, na idéia empirista de que a verdade se mostra pelos sentidos e não pela razão. Como explica Moretzsohn, adiantando em parte a discussão que travaremos no próximo tópico: “É uma concepção de verdade pré-iluminista, muito própria à mídia do ‘tempo real’ e das transmissões ao vivo, embutindo a idéia de que ‘ver é compreender’” (2007, 194).

Da mesma forma, atestar a imparcialidade como um princípio inalcançável nos moldes em que ele é ‘vendido’ pela imprensa não significa eliminar o traço informativo distintivo do jornalismo, transformando-o em propaganda explícita. Significa, primeiro, denunciar a imagem de imparcialidade na qual os jornais se apóiam como uma falácia que os ajuda, por um lado, a vender notícia e, por outro, a disseminar, sem barreiras nem acusações, os discursos que sustentam a realidade econômica e social na qual eles estão comodamente instalados — ou, em outras palavras, negar a ideologia ideologicamente. Significa, ainda, apostar num tipo de imparcialidade hegeliana, que Moretzsohn nos define como “síntese dialética do confronto de perspectivas distintas” (2007, 212), de que trataremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

3.3. Entre o fenômeno e a essência: verdade e conhecimento

O jornalismo é comumente tratado como uma prática profissional que se afasta da academia e se afirma como mediação do cotidiano. Segundo Neveu, isso se manifesta nos jornalistas, inclusive, como um “antiintelectualismo latente” (2006, 15). Rompendo esse distanciamento forjado, outra leitura

possível é a do jornalismo como um campo social, na concepção de Bourdieu⁷. Mas é Genro Filho quem nos apresenta uma definição mais próxima da perspectiva deste trabalho, destacando o jornalismo como um modo de dar a conhecer o mundo: portanto, uma forma de produção de conhecimento. As especificidades que garantiriam essa definição, diferenciando o jornalismo dos outros modos de produção do saber, serão discutidas no próximo capítulo. Interessa-nos, neste momento, pensar sobre como o jornalismo dialoga com os outros caminhos estabelecidos de busca da verdade – mesmo que reduzida, pelas crises a que já nos referimos, a conhecimento verdadeiro. Nesse sentido, como temos visto ao longo da descrição do método, o jornalismo tenta se localizar num lugar diferente tanto da ciência quanto do senso comum, embora trabalhe com princípios dos dois, num processo que talvez se encaixe bem no chamado ‘novo paradigma científico’.

De qualquer forma, apostar na objetividade e na imparcialidade, por exemplo, significa abrir um espaço de namoro com a ciência no seu caráter mais moderno, de distanciamento entre o sujeito e o objeto. Mas, ao se concentrar no fato objetivo, que precisa ser publicizado numa velocidade capaz de ‘interferir’ no cotidiano das pessoas, e, mais ainda, ao colocar o jornalista como testemunha (de preferência ocular) dessa verdade que será contada ao público, o jornalismo indiferencia aparência (ou fenômeno) e essência. Ignorando a essência (ou os fundamentos) dos processos sociais e mesmo naturais que geram as notícias, o jornalismo produz uma verdade que está colada no fato singular ou, o que é pior, na singularização que o jornal faz do fato. E Moretzsohn nos lembra que, para Marx, sem essa distinção, que resume o exercício da razão, não haveria ciência (2007, 38). Não por acaso, há jornalismo.

A citação que abre o primeiro capítulo do ‘Manual de Redação do Globo’, retirada de um texto sagrado do hinduísmo, mostra bem essa tendência: “O olho é a verdade. Se dois homens disputam entre si, devemos dar razão àquele

⁷ Para Bourdieu, a sociedade se divide em *campos*, e estes nada mais são do que espaços sociais em que se travam tipos de relações específicas entre os seus componentes, que dispõem de instrumentos materiais e simbólicos similares, ainda que distribuídos desigualmente. A estrutura e o movimento do campo se afirmam na disputa entre esses agentes desiguais pela sua hegemonia interna. (Ver: Bourdieu, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, pp. 59-73).

que diz ‘eu vi’ e não àquele que diz ‘contaram-me’” (apud Garcia, 2005, 13). Como o olho não vê processos, a realidade torna-se um amontoado de fragmentos que fazem sentido em si mesmos e não precisam apontar para nada fora deles, exceto, no máximo, para a suíte⁸ do dia seguinte.

Embutida nesse mecanismo reside uma concepção de verdade coerente com a perda dos fundamentos característica do discurso pós-moderno e com a necessidade do capitalismo de mercado de produzir esquecimento e negar acúmulo de elaboração, como tentamos caracterizar. No que diz respeito ao jornalismo, essa visão talvez possa ser exemplificada pela fala de Geyer que Moretzsohn nos traz:

Jornalismo não é a ‘busca da verdade’ — esta é uma tarefa dos filósofos, dos teólogos e dos poetas. Jornalismo é, e deve ser, a busca pelas pequenas e relativas verdades que nos ajudam a conservar a sanidade neste mundo; é a busca incessante do que se pode conhecer, e não daquilo que não se pode (apud Moretzsohn, 2007, 198).

Citando a crítica que Lukács, ancorado em Marx, faz à fenomenologia, Moretzsohn também nos mostra que enfatizar o fenômeno é uma forma de nublar o processo que leva até ele, naturalizando as relações sociais (2007, 50). Limitado às aparências, portanto, esse mesmo jornalismo que se pretende objetivo e isento nega a influência científica e debanda para o senso comum.

Não é à toa que Serra estabelece como primeira diferença entre o jornalismo e a ciência o fato de esta ter autonomia para escolher o que vai investigar, enquanto, para o jornalismo, a investigação depende do interesse público da informação a ser buscada. “Assim, em tese, o cientista faria a pergunta ‘o que é’ ou ‘como é isto?’, e o jornalista se perguntaria ‘o que o leitor quer saber (ou não) sobre isto?’” (apud Moretzsohn, 2007, 131).

Um comentário óbvio a respeito dessa distinção é sobre o caráter de prestação de serviço ao consumidor que o jornalismo assume. Perguntar o que o leitor quer saber sobre algo como ponto de partida para a tradução dos fatos em notícia nos parece um princípio contraditório em vários aspectos. O primeiro

⁸ O Manual de Redação da Folha de São Paulo define suíte como: “do francês suite, isto é, série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior”.

problema esbarra, naturalmente, no ideal de objetividade, que pressupõe um mundo externo ao sujeito que contém nele mesmo sua 'verdade' e importância, o que, por si só, definiria sua condição de notícia. Uma segunda questão diz respeito a quem o jornalismo se destina. O "leitor" que "quer saber" coisas diferentes, como diz Serra, é o indivíduo, ou grupo específico com algum grau de identidade, mas nunca o coletivo, a população, os cidadãos entendidos como povo com identidade histórica. Correndo o risco de sermos exageradamente repetitivos, dizemos, mais uma vez: é o consumidor, portanto, de informações e notícias que lhe interessam privadamente (mesmo que para uma atuação pública). Logo após enumerar os cinco critérios de importância da notícia (ineditismo, improbabilidade, interesse, apelo e empatia), que já apresentamos no início deste capítulo, o 'Manual de Redação da Folha de São Paulo' exemplifica o cenário que estamos descrevendo:

Ao levar em consideração esses critérios, não esqueça que as reportagens da Folha devem atender às necessidades de informação de seus leitores, que formam um *grupo particular* dentro da sociedade, identificado por pesquisas encomendadas pelo jornal. Esses interesses mudam e o jornal participa de modo ativo desse processo (grifo nosso).

A diferenciação que Serra faz do jornalismo em relação à ciência coloca em xeque, portanto, pelo que nos parece, o critério de relevância pública da notícia, o que é extremamente coerente com o individualismo de massa que Castell nos apresenta e com a idéia pós-moderna de revoluções 'moleculares' e fragmentação dos movimentos populares em função de interesses específicos. E tudo isso tem impacto direto na original função iluminista do jornalismo de esclarecer a população ajudando a formatar a opinião pública.

Mas é da verdade que falamos neste tópico. E ela está, de fato, no cerne da distinção que nos cabe fazer entre ciência e jornalismo. A pergunta 'o que é?', que Serra atribui à ciência, é, na sua origem clássica, a pergunta metafísica pela verdade. Segundo D'Amaral, no entanto, ela já não cabe mais, uma vez que a ciência lançou "fora a verdade, estorvo metafísico, em benefício da eficácia, princípio de atualidade" (2004, 31). Chamamos essa citação para argumentar

que, em campos diferentes, naturalmente, a eficácia, que está diretamente associada ao interesse privado (do indivíduo e grupos ou das grandes corporações e governos) torna-se o parâmetro tanto do jornalismo quanto da própria ciência, que, também segundo o autor, foi “convertida à tecno-logia” (2004, 164). Em ambos os casos, no entanto — embora no jornalismo isso seja ainda mais evidente —, as escolhas são nubladas pela naturalização da idéia de que se trabalha em prol de um interesse geral e público.

Tomando como referência a citação de Serra, Moretzsohn chama a atenção ainda para o fato de que, mesmo para perguntar (e responder) o que o público quer saber sobre algo, o jornalismo precisa estar “amparado por algum saber científico prévio” (2007, 132). Além disso, ela lembra que se preocupar com o que o público quer saber é fazer as perguntas do senso comum, mas sempre do lugar da mediação e não da vivência. Uma pessoa que sofre um assalto, por exemplo, é atingida pelo fenômeno (arma, perda de um bem, medo etc) e não pelo processo de relações causais que estariam relacionadas àquele fato. Esse é o lugar da vivência, que justifica muitas atitudes e posicionamentos conservadores ancorados no senso comum. Já o lugar de mediação do jornal deveria fazer com que a notícia desse fato fosse além do fenômeno. Deveria, portanto, negar “a identificação, operada no senso comum, entre verdade e fato” (Moretzsohn, 2007, 197), sinalizando os fundamentos, ultrapassando a lógica binária do ‘ou ou’ e assumindo, como conteúdo, as contradições que, na sua universalidade, compõem cada um dos fenômenos noticiáveis. Voltando à sua relação com a ciência, Moretzsohn nos diz:

Também é verdade que o jornalismo não investiga a essência das coisas, mas pode revelá-la através das aparências (dos fenômenos) que são seu objeto, amparado no referencial teórico com o qual trabalha. Porém só poderá fazê-lo se não se condenar a esse reino das aparências, isto é, se considerar a notícia como uma síntese das contradições identificadas no processo de apuração dos fatos (Moretzsohn, 2007, 133).

Supomos, neste trabalho, que a padronização do fazer jornalístico que, baseado na pirâmide invertida, hierarquiza as informações, dando uma

importância muito maior à descrição do fato isolado do que à sua inserção num contexto em que ele faz sentido, ajuda a confirmar e naturalizar a perda da verdade como algo que já não nos faz falta. Buscando uma associação que talvez não se dê de forma imediata, arriscamos dizer que se trata de uma outra manifestação do processo filosófico de construção da verdade como adequação, como D'Amaral nos conta:

(...) a Verdade precisa de uma evidência que lhe conceda e mantenha um tão alto poder; a garantia dessa evidência é o Método. (...) O Método torna-se tão essencial à Verdade que chega a substituí-la, e passa a distribuir, à esquerda e à direita, os papéis de sujeito (que um dia foi o homem) e objeto (que também já foi a Coisa). O Método canibaliza todas as posições de corpo do pensamento. Quando perde esse poder (...) verdade e sujeito também se deslocam da posição, ainda mais arcaica, de fundamentos (2004, 162).

Muitos dos aspectos característicos da sociedade contemporânea, já descritos neste trabalho, estão presentes nessa concepção frágil de verdade que identificamos também no jornalismo. Reiterar o mundo das aparências e dos fenômenos significa concentrar-se no fato em si e no seu tempo, ou seja, no atual; significa ainda desconsiderar contextos que vão além do acontecimento propriamente dito, negando, portanto, o chão histórico sobre o qual se dá a realidade; significa também não buscar explicações que estejam além dos fatos ou dos depoimentos assepticamente tratados, que é o mesmo que negar os fundamentos e as determinações macro-estruturais do cotidiano. Tudo isso leva à perda da noção de conjunto e unidade, fazendo, como já dissemos algumas vezes ao longo deste trabalho, com que o mundo (e a vida) pareça um amontoado de fragmentos que precisam ser cuidados caso a caso. Dessa forma, também podemos ler a questão que se coloca entre essência e fenômeno por uma perspectiva marxista, a partir do esvaziamento da idéia do mundo como totalidade.

Por fim, precisamos apontar que esse contraditório processo contemporâneo, em que se tenta diminuir a importância da busca da verdade ao mesmo tempo em que não se abre mão de saber verdadeiramente as coisas, depende também de uma mudança na concepção de conhecimento. Assim, o

enfraquecimento do critério de verdade é acompanhado por uma flexibilização da legitimidade e validação do conhecimento. Mesmo compreendendo que o nome dado a cada um desses processos varia de acordo com o autor que os está trabalhando, assumimos aqui a descrição dessa outra mudança como uma supremacia da informação sobre o conhecimento. Nesse sentido, o jornalismo informativo, tomado de forma radical, é também uma prática que nega o conhecimento tal como ele foi concebido na modernidade, tempo em que assumiu seu parentesco com a idéia de verdade. Supomos, com essa distinção, que existe uma diferença, forjada pelo processo de atualidade, imanência e perda de referências contemporâneo, entre dar a saber sobre o mundo e informar sobre o mundo. A informação é o que sobra de pior desse processo, como resíduo do fundamentalismo da escolha e da vontade, combustível da eficácia contemporânea. Recuperando os pressupostos deste trabalho, aproveitamos para lembrar que a comunicação, como conceito, prática e 'ciência', tem sido posta a serviço desse tipo de informação, de forma naturalizada e acrítica, tanto nas grandes corporações midiáticas quanto em todos os outros espaços de prática técnica da comunicação, mesmo aqueles que se propõem a ser contra-hegemônicos, como a imprensa comunitária e 'alternativa', além do jornalismo feito pelos movimentos sociais.

Para exemplificar, recorremos a Walter Benjamin, quando fala sobre o papel do narrador. Para o autor, a cultura da informação, jornalística sobretudo, é a responsável pelo sepultamento da tradição narrativa, que já havia sido atingida anteriormente pelo romance burguês. Interessa-nos, em particular, a sua concepção do conhecimento como o mais universal possível, diferente da informação. Diz ele:

Villemessant, o fundador do Figaro, caracterizou a essência da informação com uma fórmula famosa. 'Para meus leitores', costumava dizer, 'o incêndio num sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri'. Essa fórmula lapidar mostra claramente que o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos. O saber, que vinha de longe (...), dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse

controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata (1993, p. 203).

É importante ressaltar que identificar a informação e o conhecimento como duas categorias distintas é um artifício metodológico para evidenciar o processo de mudança da concepção de conhecimento que se dá de forma disfarçada no contemporâneo — o que chamamos aqui de informação —, sem deixar de considerar que existem ainda espaços, campos e práticas de resistência a essa mudança. Significa, pois, afirmar que o processo de dar a conhecer o mundo do jornalismo é muito diferente da idéia clássica-moderna de conhecimento fundamentado, que pressupunha a verdade. A mudança principal se concentra no fato de que, pela concepção atual, o conhecimento nunca é algo dado (nem o real, da mesma forma), mas sim construído no processo, na prática, individualmente, em função da experiência e não dos fundamentos científicos, históricos ou filosóficos de determinada disciplina ou área do conhecimento — o que Muniz Sodré chama de fim da “dicotomia entre formação e vida ativa” (2002, p. 97). Trata-se de um processo que invade até mesmo a educação, tida como campo do conhecimento *stricto sensu*. Como explica o mesmo autor: hoje, a “forma-escola, uma das bases de construção da moderna forma democrática, vem sendo fortemente pressionada e deslocada por uma ideologia de valorização do campo informacional (...)” (2002, p. 107).

Essa supervalorização da experiência, observável, fácil de narrar e de esquecer na velocidade contemporânea, promove a equivalência de todos os saberes, que se manifesta como “contestação ao saber institucionalizado, à ciência e à própria razão, de tal forma que todos os discursos passam a ter a mesma validade, igualando-se justamente pelo fato de serem ‘diferentes’, mas jamais superiores ou inferiores em relação aos demais” (Moretzsohn, 2007, 273). Segundo a autora, com o jornalismo, não foi diferente: “(...) não haveria por que conferir a essa atividade uma autoridade especial; (...) tudo é ciência, tudo é absolutamente importante e espantosamente banal” (Moretzsohn, 2007, 274). A radicalidade desse processo se dá, no jornalismo, com o modismo, muito atual, dos *blogs* (pseudo)jornalísticos, em que a experiência pessoal e o relato da

observação passam a ter caráter de informação — e a idéia do que seria (ou do que foi) o conhecimento vai desaparecendo na neblina do tempo. Esse processo de indiferenciação, que simula uma igualdade às avessas — e oculta a luta concreta por uma sociedade menos desigual —, manifesta-se no incentivo à busca de diferentes papéis e identidades, no discurso do ‘faça você mesmo’ e na segregação disfarçada entre os que têm acesso ao conhecimento formal e institucionalizado e os que se satisfazem com as informações efêmeras e imediatas calcadas na experiência. É aqui que reside o que há de pior na debandada que o jornalismo contraditoriamente dá para o lado do senso comum. Como nos explica Moretzsohn: “(...) o que subjaz ao elogio da ação direta é essa crença ingênua de um retorno ao senso comum como fonte de ‘verdade’. Rompe-se assim a perspectiva dialética de interação capaz de elevar o senso comum ao bom senso crítico, como queria Gramsci (...)” (2007, 277).

4. POR UM OUTRO JORNALISMO

“As riquezas são globais, a miséria é local – mas não há ligação causal entre elas (...)”. Assim Bauman resume uma das estratégias que ele identifica como própria dos meios de comunicação para acobertar as “mentiras” trazidas pela globalização.

Por um lado, fica evidente o quanto o processo de ‘tornar as pessoas informadas’ transformou-se num negócio tão importante que coloca os conglomerados de comunicação no lugar de quem defende, de forma cada vez mais determinante, uma ou outra significação de situações específicas e do mundo genericamente.

Por outro, queremos nós destacar que, formalmente, estabelecer a “ligação causal” entre fatores que não estejam já intrinsecamente relacionados dentro da própria notícia vem deixando de ser, já há algum tempo, papel do jornalismo. É precisamente nesse ponto que se encaixa este tópico. Falamos aqui da apropriação que faremos da proposta de Genro Filho, de pensar o jornalismo como, mais do que uma prática, uma forma própria de produção de conhecimento, que tem como especificidade o fato de partir sempre do foco no singular. O problema, diz ele e dizemos também nós, é que o formato atual parte do singular como novo, específico e único e, o que é pior, esgota-se nele mesmo. Para desenhar uma nova teoria do jornalismo, o autor toma emprestado de Hegel o reconhecimento da necessidade de articulação e interpenetração dialética entre as dimensões do singular, do particular e do universal na composição da notícia como descrição da realidade concreta.

A forma como este trabalho foi organizado reitera nossa suposição, já anunciada, de que, ainda que com todas as limitações impostas pela ordem do sistema capitalista desde a sua origem, na modernidade dos grandes relatos, a notícia ainda buscava um certo encadeamento que apontasse para um universal que se pretendia hegemônico, mesmo que sempre como um projeto burguês. Uma das principais marcas do jornalismo que representa a sociedade contemporânea nos parece ser, ao contrário, a produção de sucessivos singulares que, aprisionados na ditadura do novo, convertem-se em pura

informação para consumo imediato — sem contexto (portanto, sem história e sem passado) e sem projeto (portanto, sem futuro). E isso representa um novo formato da luta por hegemonia.

Como vimos, trata-se, agora, do foco no novo que se produz como atual — novo no tempo, porque cada dia é um novo hoje que precisa da sua própria história sem passado, que se mantém pelas especificidades do mesmo (assaltos, crises políticas, etc) e se alimenta, vez ou outra, de acontecimentos que quebram, de fato, a ‘normalidade’ (atentado de 11 de setembro, por exemplo), mas que também se esgotam, em geral, neles mesmos. Como nos diz D’Amaral: “(...) novidade já não significa o que faz diferença (na ordem do Ser), mas o que ainda-não se tinha apresentado (na ordem do tempo). O novo, agora, repousa no futuro (...)” (2004, 259). Mas, já que falaremos sobre singulares e universais, e como este trabalho se pretende um exercício de reação, talvez valha supor que é possível contar com um outro novo, aquele que se produz como síntese.

4.1. Sobre singulares e universais

Antes de entrarmos propriamente na discussão que Genro Filho faz do jornalismo como forma de conhecimento, precisamos entender o pensamento hegeliano que trabalha com as idéias de *singular*, *particular* e *universal*, nas quais ele se inspira. Como o ‘Dicionário Hegel’, uma das obras que utilizaremos neste tópico, prefere referir-se ao singular como “individual”, orientamos o leitor a tomar esses dois termos como sinônimos daqui em diante.

Universal, particular e singular não são classes diferentes de coisas ou conceitos, mas, ao contrário, são três momentos distintos de uma mesma entidade. Isso significa que o universal, que caracteriza a essência, mais abrangente e difícil de ser identificada, está contido no particular e no singular, que é sua manifestação fenomênica. Dessa seqüência, o universal é o atributo que tem valor mais genérico, abrangendo a totalidade das coisas. Particular é a especificação de um determinado tipo de coisas. Já o singular (ou individual) é a manifestação da entidade numa unidade.

Um universal (...) é um conceito que se aplica a (ou uma característica inerente em) todas as entidades, ou a todas as entidades de um dado tipo: por exemplo, “coloridas”. Um particular aplica-se a apenas algumas dessas entidades, por exemplo, “vermelhas”. (“Universal” e “particular” são aqui termos relativos: o que é, de um ponto de vista, particular, isto é, uma especificação de um universal, é, de outro, um universal, ou seja, um termo geral que pode ser especificado em particulares). Um indivíduo é uma entidade particular: por exemplo, Sócrates (Inwood, 1997, 314).

Genro Filho nos dá outro exemplo:

em cada homem singularmente considerado estão presentes aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais; na idéia universal de gênero humano, por outro lado, estão presentes – como se ‘dissolvidos’ – todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença. O particular é mais amplo que o singular, mas não chega ao universal. Podemos dizer que ele mantém algo dos extremos, mas fica situado logicamente a meio caminho entre eles (1987, 71)

Inwood também nos explica que, para Hegel, “o universal é concreto, não abstrato, e desenvolve-se para o particular e o individual, embora mantendo-se neles” (1997, 315). O filósofo defende, então, em primeiro lugar, que o universal só existe como tal por contrastar com o particular e o individual, que lhe são constitutivos. Diz ainda que “os individuais só podem ser descritos e referidos em termos universais (...)” (1992, 315), já que o universal é a sua essência. Dentre os argumentos que ele usa para montar esse esquema, destacamos, por fim, que, segundo Hegel, o particular é o momento de “autodiferenciação” do universal, que, em seguida, se reunifica no individual – daí que ele considere a particularidade como fragmentação e a individualidade como unidade (Inwood, 1997, 314). Diz Hegel:

O ser individual é uma parte qualquer da idéia: para esta verificam-se ainda outras realidades que, por sua vez, surgem como existentes particularmente por si; e é no seu conjunto de todas as coisas e das suas relações que se realiza o conceito. O singular por si não corresponde ao seu conceito: esta limitação da sua existência constitui a

finitude e a ruína do individual (apud Abbagnano, 1976, 92).

Esse esquema que, em Hegel, é a leitura de como as coisas se manifestam no mundo, é tomado por Genro Filho como um modelo de compreensão e redefinição do jornalismo, inspirado no uso semelhante que Lukács fez desse sistema em relação à arte. Para Genro Filho, então, o jornalismo pode ser compreendido como uma forma de produção de conhecimento que se diferencia das outras por ser, necessariamente, centrado no singular – diferente da ciência, por exemplo, que, segundo ele, busca sempre o universal. O trabalho de Hegel é fundamental nessa conceituação para que não se tome ‘singular’, nesse caso, como específico, concreto, ou, em outras palavras, como o fato objetivo propriamente que orienta a prática jornalística contemporânea. Para Genro Filho, ao contrário, o singular que deve definir a narrativa jornalística precisa estar sempre em articulação com suas dimensões de particular e universal.

Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade (Genro Filho, 1987, 70)

A idéia do autor é que essas três dimensões da realidade estão presentes nos fatos jornalísticos tal como ocorre com qualquer outro fenômeno. Ele nos dá como exemplo a cobertura jornalística de uma greve no ABC. As informações mais específicas comporiam a dimensão do singular da notícia (“Quem, exatamente, está em greve, quais são as reivindicações, como está sendo organizada a paralisação, quem são os líderes, qual a relação dos empresários e do governo, etc (...).”). O particular estaria na localização da greve num contexto político determinado, que a assemelhasse a “outras greves e fenômenos sociais relevantes”. Já a universalidade estaria “no pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno” como notícia, embora, para o autor, ela não precise ser

explicitada porque está presente “como conteúdo”, orientando a realização do fenômeno na sua realidade singular (1987, 71).

Nesse ponto começamos a discutir e questionar alguns aspectos do esquema proposto por Genro Filho, articulando com a crítica principal deste trabalho, que dá centralidade ao método. Nosso primeiro estranhamento diz respeito ao que nos parece uma adequação entre um esquema de leitura do mundo, e que portanto descreve o ‘funcionamento natural’ das coisas, e uma prática social, desenvolvida por sujeitos, e que se manifesta num método. Em outras palavras, não temos discordância com a elaboração de Hegel segundo a qual o particular e o universal estão, necessariamente, presentes na manifestação fenomênica singular. Mas, nos parece que esse esquema ‘natural’ não se encaixa perfeitamente em processos orientados por escolhas e padrões culturalmente construídos. Propomos aqui, claramente, uma reflexão sobre o quanto, na notícia, a articulação do singular com o universal e o particular pode ser (e é freqüentemente) nublada pelo processo de produção de ideologia. Mais do que isso, sugerimos – como temos feito ao longo de todo o trabalho – que esse obscurecimento se dá não apenas pela pauta (que determina o conteúdo), pela apuração e escrita (que determinam a abordagem) e pela diagramação (que determina o lugar da notícia), mas pelo método como um todo.

Voltamos assim à questão do jornalismo informativo, tal como vem sendo pensado na contemporaneidade, como um obstáculo ao esclarecimento na medida em que toma o que poderia ser a explicitação da universalidade do fato como prática tendenciosa, parcial e opinativa. O método, portanto, ajuda a não evidenciar o universal que está contido no fato – e, sem essa explicitação, sai vitorioso o mascaramento ideológico que apresenta a realidade como um amontoado de fragmentos desconectados e desprovidos de causalidade.

Não por acaso, Genro Filho considera o *lead* como um “princípio organizador da singularidade” (1987, 88), reconhecendo que, embora o conhecimento teórico se dê do abstrato ao concreto, a “imediatez da percepção (...) vai da forma ao conteúdo, do fenômeno à essência, do singular ao geral” (1987, 88). Ele completa dizendo que “a reprodução jornalística não

pode decompor analiticamente um evento a ponto de destruir sua forma de manifestação” (1987, 88).

Naturalmente, concordamos que “destruir a manifestação” do fenômeno seria produzir uma notícia que ignorasse o fato no qual ela está ancorada. Por outro lado, destacamos que, no contexto do jornalismo de massa, que foi naturalizado como único e, portanto, disseminado para boa parte dos espaços em que se dá essa prática profissional, o *lead* tem a função de ‘esgotar’ o essencial da informação. Como vimos, o leitor pode se contentar com esse conjunto de informações, abrindo mão inconscientemente de exercitar a articulação daquele conteúdo tão específico com suas dimensões de particular e universal. Isso geraria — e supomos nós que tem gerado tão freqüentemente que se tornou regra — um excesso de singularização, que, em outro momento da análise, o autor identifica como característica dos jornais sensacionalistas. Claro que se tomarmos a concepção do senso comum, não poderemos considerar a maioria dos jornais informativos como sensacionalistas. Mas se tomamos essa expressão literalmente, como processo de provocar (e se esgotar na) sensação mais do que conhecimento, talvez possamos identificar essa característica, derivada portanto da excessiva singularização, em boa parte dos jornais (sem contar a televisão!) que nos cercam. Embora se referindo a tipos específicos de jornais, portanto sem essa generalização que propomos aqui como possível, Genro Filho nos mostra o resultado desse processo:

A singularidade extrema pressupõe e reforça as categorias do próprio senso comum, quer dizer, a predominância da ideologia burguesa. A percepção do mundo como um agregado de coisas e eventos independentes, do livre-arbítrio metafísico como pressuposto das ações individuais da ‘norma’ e o ‘desvio’ como padrões éticos de referência, a concepção mística do acaso e do destino, as idéias de ‘ordem’ e ‘perturbações’ como categorias da análise social, a impressão de naturalidade e eternidade das relações vigentes, tudo isso está contido no senso comum e é reproduzido e reforçado pela radicalização do singular (1987, 88).

O próprio autor nos diz que na reportagem, gênero jornalístico que, ao nosso ver, mais se afasta do jornalismo informativo *stricto sensu*, a

particularidade torna-se mais do que contexto e assume uma relativa autonomia em relação ao singular.

Os limites entre partir do singular e se esgotar nele e entre explicitar o universal e desviar o foco do singular – perdendo assim a especificidade do jornalismo e sua função como forma de produção de conhecimento – são, de fato, tênues. Da mesma forma, são sutis as concepções ou percepções que estabelecem discordância entre o trabalho de Genro Filho e o nosso. Como diz o autor, endossando o que defendemos aqui, embora por meios distintos: “(...) o que o jornalismo busca é uma forma de conhecimento que não dissolva a ‘sensação de experiência imediata’, mas que se expresse através dela” (1987, 88).

Outro ponto que merece reflexão é a crítica que Genro Filho faz a Hegel por entender o universal como precedente ao singular. O autor conclui, desse princípio, que Hegel considera o singular e o particular como “níveis degradados da universalidade e, nessa medida, essencialmente direcionados por ela e vocacionados para a ela retornarem” (1987, 70).

Nossa primeira observação diz respeito à própria interpretação de Genro Filho sobre a filosofia hegeliana, já que outras fontes nos levam a leituras diferentes. O ‘Dicionário Hegel’, por exemplo, não nega a ‘antecedência’ do universal sobre o singular, mas desmente a inferioridade deste em relação àquele. Como já dissemos, o texto explica que, para o filósofo, a individualidade (singularidade) representa a unidade enquanto a particularidade mostra a fragmentação da coisa ou conceito, mas que ambos são manifestações do universal. Nesse sentido, diz o contrário de Genro Filho, porque apresenta a individualidade como o “restabelecimento da universalidade num nível superior” (Inwood, 1997, 314). Em outro trecho, Inwood nos diz que Hegel “vê a universalidade (tal como o conceito) evoluindo de uma simplicidade indeterminada para uma rica abrangência em que coincide com a individualidade” (1997, 314). Mais adiante, o autor é explícito, quando diz que a história da filosofia consagrou a idéia de que os individuais eram “lógica, epistemológica e/ou ontologicamente” inferiores aos universais para, em seguida, mostrar a diferença do pensamento hegeliano: “Hegel rejeita essas

tentativas para dar ao individual um *status* igual ao do universal, e coordenado com este. (...) Os individuais derivam seus *status* da universalidade implícita neles. Hegel não considera, como Spinoza, os individuais como meros acidentes da substância” (1992, 315). Da mesma forma, Abbagnano nos diz que é a fenomenologia, portanto com Hegel, que “prepara e introduz o singular na filosofia: tende a fazer com que aquele se reconheça e resolva no espírito universal” (1976, 86).

O segundo comentário, que se apresenta como reflexão mas também como proposta, diz respeito especificamente à “precedência” do universal sobre o singular, que Genro Filho vê com maus olhos. Entendemos o incômodo do jornalista, que buscava a construção de uma teoria marxista do jornalismo, como uma manifestação da tradicional crítica que Marx e seus seguidores fazem ao que seria um idealismo de Hegel, em oposição ao materialismo que deveria mover a história. Arriscamos dizer que, apesar disso, no jornalismo, talvez seja possível conciliar a materialidade do fato singular concreto, que se dá no mundo real e histórico, com a ‘antecedência’ do universal. Isso porque nos parece que, se o singular jornalístico é, na verdade, sempre singularização (portanto ato subjetivo), é preciso haver referência para recortar e selecionar partes da realidade concreta como matéria-prima da notícia. Vimos, ao longo deste trabalho, como o modelo do jornalismo informativo tenta nos convencer da objetividade desse processo, embora isso seja uma falácia. Sugerimos, então, sem qualquer pretensão de objetividade, que, antecedendo às demais dimensões do real, o universal possa, de fato, servir metodologicamente de base para a seleção e estruturação da notícia. Em outras palavras, podemos afirmar que nem tudo que é singular, ou singularizável, é necessariamente notícia. Suspeitamos, então, que, embora o apelo da notícia seja o singular (atual e concreto), seu critério de validação jornalística (portanto, de relevância pública de fato) possa ser o universal que nele está contido. Esse nos parece ser o início de um dos caminhos para um jornalismo mais formativo, que busque a essência e o fundamento científico e histórico dos acontecimentos.

Não nos parece que Genro Filho discorde dessa linha de pensamento. Ao contrário, é ele mesmo quem nos diz que “se o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz, o critério de valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar” (1987, 29). O autor exemplifica, fazendo referência – e questionando – à clássica definição de notícia de Amus Cummings, então editor do *New York Sun*, segundo a qual um cão morder um homem não é notícia, mas se um homem morder um cão tem-se uma notícia sensacional.

(...) se um homem qualquer morde um cão qualquer, isso não terá maior significado por ser um fato singular que não contém a necessária universalidade. Não indica uma tendência na evolução ou na transformação da sociedade. É evidente que, se muitos homens começarem a morder os cães, a qualidade de tais notícias será alterada pela quantidade. O mesmo acontecerá, por exemplo, se o presidente dos Estados Unidos tomar essa atitude, embora fosse um caso isolado (1987, 29).

Ocorre que – não podemos nem pretendemos negar – o esquema de Hegel trazido como contribuição para um novo artifício metodológico no jornalismo nos obriga a pequenas adequações. A primeira delas é transpor o universal Absoluto de Hegel para a concretude histórica que nos interessa neste trabalho e com a qual o jornalismo lida no seu cotidiano. Diferente de Hegel, portanto, o universal que aqui tomamos como referência é ético-político. Seria ainda um universal? – alguém pode perguntar. Respondemos que sim, coerentes com a negação do mundo da eficácia contemporânea – afinal, a fragmentação constitutiva do discurso pós-moderno e das estratégias do capitalismo de mercado se dá na realidade concreta.

Isso significa, em alguma medida, assumir que, como valor do fato singular, o universal é, por natureza, ‘tendencioso’ e está, necessariamente, vinculado a uma visão de mundo – embora essa ‘tendência’ não seja a manifestação de uma nova ideologia, como veremos adiante. No trecho do seu trabalho que destacamos há pouco, em que trata do universal como condição do singular da notícia a partir do exemplo do homem que morde um cão, Genro Filho diz que “o processo global que serve como critério de qualificação das

informações é a própria história, dimensão totalizante do ser e do fazer humanos” (1987, 29). O destaque é para lembrar que, se é a história dos ‘vencedores’ que nos orienta — e, além disso, cada vez mais, a história do presente imanente, sem passado —, ela talvez não seja suficiente como critério de validação do interesse público entendido como interesse do coletivo.

Talvez daqui derivem dois pontos convergentes do pensamento de Genro Filho que nos causam relativo estranhamento. Um deles, apresentado logo no início do seu trabalho, diz que “o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz” (1987, 10), o que significa a possibilidade de pensar essa prática profissional fora do interesse burguês. Em outro momento, o autor vai além dessa precaução inicial e defende claramente que o jornalismo tem um potencial desalienador. Diz ele: “Por sua lógica intrínseca de perseguir o singular e expressar sua significação imediata, o jornalismo, ao refletir a hegemonia da ideologia dominante, expressa também as contradições com as quais ela se debate, à medida que é obrigado a respeitar certa hierarquia objetiva dos fenômenos” (1987, 79). Da mesma forma, o autor acredita que o problema do jornalismo informativo não é o modelo em si, mas a alienação dos jornalistas, que o aplicam sem compreender seu potencial transformador.

Trata-se, ao nosso ver, de apostas arriscadas. Naturalmente, não nos colocamos sobre um determinismo histórico absoluto, que nos impediria, inclusive, de fazer esta reflexão. Mas nossa reação não está calcada na crença de que o jornalismo, mesmo como uma forma de produção de conhecimento, tenha potencial especial, mais do que outro campo ou prática profissional que lide com o saber, para instituir uma lógica contra-hegemônica ao sistema capitalista. Acreditamos, isso sim, que, reformulado e potencializado em espaços específicos — fora dos meios de comunicação de massa —, o jornalismo possa ser *mais um* caminho de aproveitamento das brechas das contradições do sistema. Mas, para isso, nos parece que é preciso que essas contradições sejam parte metodologicamente indissociáveis do processo pelo qual o fato se torna notícia — na pauta, na apuração, na redação. Nesse sentido, o mapeamento das

contradições — a partir da universalidade ético-política que a visão de mundo do jornal o leva a identificar no fato singular — deve ser papel muito mais do jornalista, como passo metodológico para a construção da notícia, do que uma expectativa de desvelamento realizado unicamente pelo próprio leitor.

A diferença, nos parece, é que, para Genro Filho, a manipulação, feita pela grande imprensa a partir dos interesses da classe dominante, significa o desvio do fato singular da sua “relação efetiva” com o particular e o universal. O que remete, ao nosso ver, a uma leitura literal do esquema hegeliano — que, como dissemos, tratava do Absoluto —, sem considerar que, na dimensão da realidade concreta e cotidiana que requer disputa de sentidos, diferentes ‘leituras’ de um fato remetem a distintos universais. Portanto, não existe, segundo nossa compreensão, o universal do fato, tão colado na sua manifestação fenomênica que, se esta for tratada como informação ‘pura’, ele se tornará evidente para o leitor. Existe, isso sim, a construção cultural e ‘anti-ideológica’ dos universais que, juntos, possibilitam uma visão mais coerente e totalizante dos processos sociais. E, numa prática profissional que se tornou discurso com características específicas, como é o caso do jornalismo, isso precisa integrar o seu método.

Tentemos um exemplo. Pegando carona na adequação que Genro Filho faz do esquema de Hegel para a construção de uma teoria do jornalismo, como temos feito, acreditamos ser possível pensar na criação de seções e editorias — que faz parte da construção de um projeto editorial tanto nos grandes jornais quanto na mídia alternativa ou institucional — como um processo de particularização dos fatos *a priori*, antes mesmo de eles existirem. Como toda classificação, esse é um processo arbitrário, embora minimamente consensuado a partir das visões de mundo dominantes. Com isso queremos dizer que a escolha da seção do jornal (que, em geral, é anterior, porque os jornalistas trabalham em uma editoria específica) determina a forma de apreensão do fenômeno. O particular orienta, então, o tratamento do singular, mas de forma naturalizada e imperceptível ao leitor porque o destaque continua sendo para a descrição do acontecimento em si — o que é diferente do que dissemos sobre a

reportagem, que daria maior centralidade à particularidade do fato. Dito de outra forma: tratar a crise entre Brasil e Bolívia, por exemplo, em função da exploração de combustíveis na seção de Economia (e não de política ou de internacional) é uma *escolha* — e não uma obviedade —, que determina, de antemão, o enfoque da notícia — e modifica, embora de forma naturalizada e disfarçada, a singularidade e a universalidade do acontecimento (ou da sua narrativa). Seguindo essa linha, não discordamos de Genro Filho quando ele aposta numa “relação minimamente harmônica entre o singular e o particular” (1987, 85) como caminho para uma abordagem crítica; apenas desconfiamos que as abordagens não-críticas (ou alienantes) também estão calcadas sobre uma aparente harmonia entre essas duas dimensões. É também nesse sentido que entendemos ser passível de relativização a afirmação do autor de que a singularidade no jornalismo não é arbitrária (1987, 70).

Isso nos leva a discutir, mais diretamente, o argumento que Genro Filho usa para defender o potencial transformador do jornalismo. Repetindo o questionamento que fizemos ao longo de boa parte deste trabalho, não cremos que um movimento incessante e veloz de produção de sinais, como nos parece que faz o jornalismo informativo tal como se apresenta hoje, possa evidenciar contradições, se, dentre outras coisas, ele nega, na sua essência, a produção de memória. No mais, não identificamos qualquer tipo de regulação que imponha o que o autor chama de “hierarquia objetiva dos fenômenos”. Se é verdade que o controle dos meios de comunicação sobre o que é ou não fato noticiável é maior na imprensa de massas, em virtude dos seus interesses político-econômicos, o controle da produção cotidiana da notícia não aumenta — em grande medida, pelas proporções ‘industriais’ que essa atividade tomou. Ele existe, claro, desde sempre, mas se torna menos necessário, inclusive, a partir do enquadramento do fazer jornalístico num método que congela a notícia no fato em si, ignorando o movimento dialético que pode existir na relação entre singularidade, particularidade e universalidade.

4.2. Dialética como método

A noção de dialética nasce, em Hegel, como desdobramento de sua mais marcante conclusão, que identifica realidade e razão, a partir da famosa frase segundo a qual “o real é racional”. Reconhecida tanto como ‘método’ de conhecimento quanto como forma de desenvolvimento da realidade, a dialética hegeliana pode ser definida como

(...) processo mediante o qual a razão se reconhece na realidade que surge como estranha ou oposta à razão, primando ou conciliando essa oposição; mas é ainda o processo mediante o qual a realidade se concilia consigo própria e age na sua unidade racional, superando as diferenças, as divisões, as oposições que constituem os seus aspectos particulares e apaziguando-se na unidade do Todo (Abbagnano, 2000, 81).

Como real e razão se equivalem, a dialética é, igualmente, o movimento da realidade se reconhecendo dividida e voltando ao todo unitário. Para Hegel, isso define a História: superação e estranhamento da divisão.

Diferença, contradição, superação e unidade são os movimentos que caracterizam a dialética. Ou, em outro esquema, mais conhecido: tese, antítese e síntese. Uma terceira representação nos é trazida por Inwood, que nos explica que, tomada no seu sentido mais genérico, a dialética de Hegel se realiza em três etapas:

(1) Um ou mais conceitos ou categorias são considerados fixos, nitidamente definidos e distintos uns dos outros. Esta é a etapa do entendimento. (2) Quando refletimos sobre tais categorias, uma ou mais contradições emergem nelas. Esta é a etapa propriamente dialética, ou da razão dialética ou negativa. (3) O resultado dessa dialética é uma nova categoria, superior, que engloba as categorias anteriores e resolve as contradições nelas envolvidas. Esta é a etapa de especulação ou razão positiva (1997, 100).

A apropriação da dialética como método para o pensamento marxista implicou algumas mudanças na elaboração original de Hegel. As diferenças mantêm o mesmo padrão de crítica ao que seria um idealismo hegeliano, que,

nas palavras de Engels, trataria a dialética como “auto elevação do conceito” (apud Bobbio, 2006, 126) e não como “reflexo das coisas reais”.

Adequada ao materialismo, então, a dialética é definida por Engels a partir de três leis: a lei de transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; a lei da interpenetração dos contrários; e a lei da negação da negação (1979, 34). Bobbio, no entanto, entende que esse esquema mais divide a idéia de dialética do que a define. Segundo o autor, oposição, contradição e antítese são termos fundamentais para a unidade de diferentes concepções do termo dialética. A primeira lei de Engels, portanto, deve ser questionada por não fazer referência a nenhuma dessas idéias. Já as outras duas, diz, apontam caminhos distintos para a compreensão do termo: o método da compenetração dos opostos (que não gera um terceiro termo) e o método da negação da negação (que gera um terceiro termo). Para evidenciar as diferenças, o autor nos dá um exemplo:

(...) sociedade civil e Estado representam na história das idéias (...) uma típica situação de contraste. Aplicando-se à solução deste contraste o método da ação recíproca, afirma-se não que a sociedade civil condiciona o Estado, nem que o Estado condiciona a sociedade civil, mas sim que sociedade civil e Estado condicionam-se reciprocamente; aplicando-se em vez disso o método da negação da negação, constrói-se uma bela linha do processo histórico na qual em certo ponto o Estado nega a sociedade civil, para ser ao final novamente superado e resolvido pela sociedade civil (a extinção do Estado) (2006, 139).

Bobbio nos diz que a obra de Marx traz referências a esses dois modos de se conceber a dialética, mas ele conclui defendendo que é a negação da negação, que contém em si a idéia de síntese, que prevaleceu na fase mais madura do pensamento marxiano. Mais do que isso, essa é, segundo o autor, a concepção original de dialética no pensamento de Hegel.

A dialética aparece neste capítulo como mais um tributo à importância do trabalho de Genro Filho. Porque, ao definir, antes de tudo, o jornalismo como forma de produção de conhecimento, nos parece que o autor abre uma brecha para pensarmos uma nova prática jornalística como um movimento dialético.

Queremos dizer com isso que a explicitação do universal como parte do método jornalístico, que vimos defendendo ao longo deste trabalho, caracteriza um movimento dialético na medida em que (e apenas nesse caso) consideramos o jornalismo como uma forma de produção de conhecimento centrada no singular. Significa dizer que, se singulares, particulares e universais são três momentos de uma mesma entidade ou conceito, como já vimos, eles só podem se tornar opostos (passíveis de contradição) num processo em que um deles (no caso, o singular) é tido como representativo do todo. Assim, a busca e o tratamento do universal do fato (portanto, do não-singular) num processo que tem como característica definidora a busca do singular pode significar o caminho para a construção de um novo no jornalismo que se constitua como síntese.

Em outras palavras, da ‘contradição’ entre a descrição do fato e a sua inserção num referencial ético-político que ultrapassa em muito o fato em si (e portanto o transforma, de fenômeno a parte do todo), nasce uma nova notícia, que pode, inclusive, ser o fato original noticiável do dia seguinte. Da síntese entre singularização e universalização no jornalismo podem nascer outros singulares noticiáveis, que sejam o novo resultante de um processo de reflexão e não mais baseado apenas na descrição do fenômeno. Assim, o jornalismo conviveria com uma concepção mais ampla de notícia, que se ancorasse tanto no fato em si — novo no tempo — quanto no fato-síntese.

A aplicação da dialética ao jornalismo que aqui propomos se dá a partir da negação do fato/fenômeno ‘puro’ (tese) pela explicitação do seu sentido, que aponta para um universal (antítese). A contradição se realiza, portanto, entre o acontecimento definido como ocorrência, que se descola do real ao se esgotar em si mesmo, e o universal que, por sua vez, quando tomado de forma isolada do fenômeno, se torna abstração e lei, imobilizando qualquer (re)ação. Isso significa dizer que, tanto um jornalismo que se baseia apenas na especificidade do fato novo (no tempo) quanto aquele que reduz os fatos a exemplos de algo que se toma como já prefigurado (e portanto imutável), ignoram o sentido que pode surgir como síntese da dialética entre singular e universal, acontecimento

e história, novidade e contexto. É dessa síntese que supomos ser possível o nascimento de um jornalismo crítico e formativo, capaz de interpretar os fatos sem ‘deformá-los’ ou ignorá-los. Nem universalidade abstrata, nem facticidade pura: essa, nos parece, é a dupla negação que pode reconfigurar e requalificar o singular que caracterizaria o jornalismo como uma forma específica de produção de conhecimento.

Vale, por fim, ressaltar que esse é um esforço de aplicação da dialética como método, diferente – e complementar – da sua compreensão como movimento ‘autônomo’ do mundo real. Significa, portanto, o reconhecimento do jornalista como um sujeito que, do lugar de um ‘analista’, é capaz de intervir – ‘corretamente’ ou não – na realidade a partir do seu lugar social.

4.3. Método e ideologia

A linha de argumentação que seguimos até agora vem tentando dizer que um jornalismo ‘informativo’, nos moldes da prática contemporânea, é incompatível com a compreensão do mundo como disputa de sentidos. Isso não significa, sob nenhuma hipótese, a nostalgia de um jornalismo francamente opinativo – que privilegie o comentário ao fato – ou a apologia do nariz de cera⁹. Não se trata, portanto, da indiferenciação do jornalismo com as outras formas existentes de se dar a saber e discutir o mundo. Dizemos apenas, repetindo parcialmente as discussões do tópico anterior, que o universal implícito no singular que caracteriza esse jornalismo moderno, de fatos, não é essência, e sim escolha política. Exatamente por isso essa universalidade precisa ser explicitada, e não nos parece que isso possa se dar sem algum nível de interpretação – ou, em outras palavras, de evidência e tradução caso a caso do referencial que articula singulares e universais num determinado jornal.

Com isso introduzimos, rapidamente, a idéia de ideologia, que já foi mencionada anteriormente, mas sem discussão. A concepção marxista não considera ideologia como qualquer discurso que mascare ou naturalize a

⁹ Chama-se nariz de cera o estilo de redação rebuscada, com traços literários e pouco objetiva que foi utilizado no jornalismo durante muito tempo, antes da ‘hegemonia’ do modelo da pirâmide invertida.

interpretação da realidade. Entendida como processo de “transformação das idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade” (Chauí, 2006, 86), a ideologia é, sempre, um discurso (e estratégia) da classe dominante. Como nos explica Chauí:

(...) cometemos um engano quando imaginamos ser possível substituir uma ideologia “falsa” (que não diz tudo) por uma ideologia “verdadeira” (que diz tudo). Ou quando imaginamos que a ideologia “falsa” é a dos dominantes, enquanto a ideologia “verdadeira” é a dos dominados. (...) Em primeiro lugar, porque uma ideologia que fosse plena ou que não tivesse “vazios” e “brancos”, isto é, que dissesse tudo, já não seria ideologia. Em segundo lugar, porque falar em ideologia dos dominados é um contra-senso, visto que a ideologia é um instrumento da dominação. (...) Podemos, isso sim, contrapor ideologia e *crítica da ideologia* (...) (2006, 84).

A vinculação direta entre ideologia dominante e classe dominante, como única possível, foi questionada, ao longo do tempo, por muitos autores marxistas, dentre outras razões, por ser uma concepção que não deixa brechas para as contradições. Embora essa seja uma discussão importante, que será de fundamental importância nos estudos de continuidade a este trabalho, não nos atermos a ela neste texto. Fazemos referência a ela apenas para ressaltar que não nos parece possível implementar uma disputa para impor, nas entrelinhas de um método asséptico construído e aplicado no contexto da classe burguesa (no caso do jornalismo), uma ou outra ideologia (naturalizações), livremente. Ao contrário, a contribuição que o jornalismo pode dar à luta contra-hegemônica é o esforço de ‘desnaturalização’ daquilo que se impõe ideologicamente (sem posicionamento e, portanto, sem questionamento) – ou o que Chauí chama de “crítica da ideologia”, que “consiste em preencher as lacunas e os silêncios do pensamento e discurso ideológicos, obrigando-os a dizer tudo que não está dito (...)” (2006, 118). Repetimos que isso não pressupõe a substituição da notícia por propaganda explícita, mas a tomada de posição, e a explicação do mundo que se apresenta como fenômeno singular pela ótica de um universal ético-político que, no contemporâneo, desaparece no cotidiano do discurso da informação.

Tudo isso é para dizer que a reflexão sobre essas questões nos parece um caminho razoável para, na reformulação do jornalismo como método profissional, recuperar uma certa noção de causalidade (se não de fundamento) e de verdade. Mais do que isso, a aposta é que, por essas vias, talvez a comunicação (e suas práticas específicas) venha a fazer as pazes com a História e sua própria temporalidade (presente-passado-futuro). E, com isso, desejamos, por fim, retomando a citação de Bauman que abre este capítulo, que o singular da pobreza da África nunca mais deixe de dialogar com o universal da concentração de riquezas do capitalismo ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas foram as perguntas que ficaram pelo caminho, perdidas entre as escolhas que precisamos fazer ao longo de um trabalho como este. Como o último capítulo deste texto já se apresenta com tom propositivo, reservamos as considerações finais para explicitar algumas das questões (e outras possíveis respostas) que este exercício de reflexão nos suscitou.

A primeira delas é uma explicação sobre a forma como apresentamos nossa hipótese, dizendo que nossa abordagem crítica sobre o fazer jornalístico centraria atenção e esforços no método. Não nos ocupamos minuciosamente de distinguir método e modelo, palavras que foram utilizadas de forma quase indiferenciada ao longo do trabalho. Em poucas palavras, queremos apenas registrar que essa ‘indiferenciação’ se deve ao fato de, pela nossa perspectiva, o ‘modelo’ da pirâmide invertida (radicalização do jornalismo informativo) ter tentado, como nos disse Genro Filho, ser uma teoria da notícia, mas ter conseguido, no máximo, se tornar um conjunto de técnicas e instrumentos que orientam o fazer e dão identidade a uma profissão. Ele não se apresenta, portanto, como um ‘modelo’ de análise ou interpretação, que dê conta de um recorte da realidade social. Trata-se, arriscamos dizer, de um método aplicado no seu sentido mais simplório, que sequer se pensa em articulação necessária com os conteúdos e os referenciais teóricos e políticos a que ele se vincula.

Uma segunda questão, que nos acompanha desde o projeto de mestrado, é, na verdade, o medo de uma armadilha. Como vimos, parte da descrição da sociedade contemporânea nos remete a uma submissão da teoria à prática e do pensamento à ação. Ao insistirmos em trilhar o caminho do religamento ou reassociação possível entre comunicação e conhecimento, mas tendo como foco uma transformação da prática profissional, não estaríamos também nós nos enredando na teia do discurso pós-moderno? Em outras palavras: ao buscar uma explicação/fundamentação histórico-filosófica para a comunicação na sociedade contemporânea com vistas a reformular sua prática profissional, mas assumindo a comunicação e seus meios como um espaço possível para isso,

estamos nos rendendo às armadilhas da eficácia do capitalismo? Ou, por outro lado, estamos assumindo uma postura não-ressentida e, com isso, buscando resgatar o possível de fundamento e verdade no mundo atual sem ignorar as mediações (ou midiatizações) técnicas e tecnológicas das quais ele, ao que nos parece, não pode mais prescindir?

Como outra forma de repetir a mesma pergunta, nos remetemos a um trecho da diferenciação que Muniz Sodré faz entre a modernidade clássica e a sociedade contemporânea. Segundo ele, a comunicação como vínculo social promovia mediações, protagonizadas por instituições como a família, a escola e a igreja. Seu diagnóstico atual é de um processo de midiatização, que é inteiramente dependente de uma “prótese tecnológica”. Nosso exercício de experimentação se propõe talvez a ocupar o meio do caminho entre essas duas concepções. Porque a prática profissional da comunicação, seja na grande mídia, nas empresas privadas, nas práticas comunitárias ou nas instituições públicas, não prescinde do meio, canal, suporte, enfim, da “prótese” de que nos fala o autor, seja ela um portal multicêntrico na internet ou um jornal mural. Sendo assim, a comunicação como vinculação social, identitária, fundamentada, localizada na História e portadora de uma verdade estaria, então, fechada à prática profissional da comunicação? Não existiria um abismo – conceitual e metodológico – a ser preenchido entre essas duas concepções? Claro que, ao se apresentar como um exercício de reação, este trabalho aposta nesse caminho. Mas a dúvida permanece, latente, como um risco que invalidaria todo esse exercício. Sua explicitação aqui, neste espaço de ‘conclusão’, é apenas uma tentativa de honestidade intelectual. A despreocupação em respondê-la em definitivo é, por sua vez, uma abertura ao possível.

Com isso passamos a uma pergunta que é praticamente desdobramento dessa: é possível formular um novo jornalismo sem que se ‘construa’ uma nova sociedade? Ou, de forma mais direta: é possível um jornalismo dialético e formativo na sociedade capitalista?

Para tratar essa pergunta, vamos nos ater a uma discussão trazida por Muhlmann, que questiona a validade de se ocupar estrategicamente o espaço

público na sociedade capitalista, traçando um itinerário da relação de Marx, por exemplo, com a imprensa. A autora nos conta que, a partir de 1843, o jovem Marx perdeu o entusiasmo com o papel da figura — o ‘intelectual’ — que ocupa os espaços públicos para pautar discussões e opiniões. O filósofo, que até então era assíduo colaborador de jornais, passou a denunciar os “pontos cegos” do debate público, que passaria a ser entendido como ‘monopolizado’ pelas idéias da classe dominante (2006, 118).

Assim, o espaço público, e no seu interior o espaço público do debate de opiniões, não importa o que se passe nele, é um lugar que exclui uma grande parte da população, ignorando-a e, na verdade, exercendo dominação sobre ela. Os movimentos de opinião, as indignações, os apelos à mudança que os agitam, são apenas conflitos de certo modo “eufemísticos”, civilizados, superficiais em relação aos conflitos mais profundos que ocorrem na sociedade e que nunca encontram, enquanto tais, “formulação” política no debate político. O mundo dos jornais é, evidentemente, o primeiro a ser visado por essa crítica (Muhlmann, 2006, 126).

Resulta dessa desconfiança a elaboração, poucos anos mais tarde, junto com Engels, do conceito de ideologia, que lança suspeita sobre a liberdade de pensamento dos intelectuais, dizendo que não basta querer estar fora do discurso dominante, e desviando, portanto, toda a expectativa de mudança para a ação prática e real do proletariado.

Muhlmann nos diz, no entanto, que, embora tenha sido aventada por Marx, é precipitada a conclusão de que o intelectual deve, então, recolher-se à prática silenciosa, o que significa dizer que a intervenção no debate não se torna inútil pelo fato de se compreender o espaço público como ideologizado (2006, 118). Ela questiona:

No fundo, mais do que a ruptura com essa cena — a do debate público, a da política —, não buscaria Marx pensar outra coisa, uma ligação com ela, mas sem absorção no jogo de sua dominação que aprisiona o olhar? (...) Em suma, não visaria a um ponto de vista realmente crítico, mas construído no confronto com a ideologia e não na orgulhosa ignorância desta? (Muhlmann, 2006, 128)

Debatendo o papel do intelectual, que aqui recortamos estrategicamente para qualificar o papel do jornalista, acreditamos que essa discussão nos dá elementos para pensar — embora não necessariamente responder — sobre a dúvida que lançamos, relativa à viabilidade de um novo jornalismo em uma sociedade marcada pela lógica capitalista e, mais ainda, atualmente, pelo discurso de um ‘não-conhecimento’. Trata-se, como já dissemos, de estabelecer um diálogo com a ideologia, desnaturalizando-a a partir do cotidiano sobre o qual o jornalismo trabalha.

E aqui passamos para o último ponto que será tratado nessas considerações finais. Porque nos parece que, se é válido problematizar o fazer jornalístico que se manifesta num método (ou modelo) e pensar novos caminhos para essa prática, não é possível, por outro lado, esquecer que o jornalismo integra uma atividade com importante função econômica e ideológica, e que, portanto, depende de mais do que boa vontade e bom método para ser um ‘instrumento’ de contra-hegemonia — que, vale destacar, não é consequência natural da desnaturalização do método que estamos propondo mas, pelo que nos parece, depende desse processo para se tornar possível. Queremos dizer com isso que, para além das brechas do sistema, as reflexões e propostas apresentadas aqui fazem sentido principalmente quando aplicadas a espaços em que a informação/conhecimento gerada pelo fazer jornalístico possa existir fora do registro da mercadoria. Com isso, recuperamos uma parte importante do problema que discutimos ao longo deste trabalho mas que, explicitamente, ficou ‘perdida’ na introdução: a de que o método jornalístico é nocivo a ponto de precisar ser atacado porque, naturalizado, ele alcança todos os espaços em que se faz comunicação (jornalismo, em especial) profissionalmente, indo, portanto, até muito além dos meios de comunicação de massa.

Isso quer dizer que, depois de discutir o ‘como’, este trabalho se complementa com a proposta de investigação sobre ‘onde’ é possível se experimentar um outro tipo de jornalismo. Muito se tem tentado nesse sentido, com diferentes graus de sucesso: comunicação comunitária, mídias alternativas,

investimento em comunicação pelos movimentos sociais. Na origem deste trabalho está uma outra alternativa, que não se pretende propriamente original, mas nos parece um caminho viável: a discussão sobre jornalismo público a partir do lugar das instituições de Estado.

Dizemos com isso que um novo ‘modelo’ de jornalismo, que pode se expandir para um novo modelo de comunicação, talvez possa ser mais fácil e eficientemente aplicado às instituições públicas, especialmente as de ensino e pesquisa, entendidas como espaços que podem recuperar uma noção de público enfraquecida, dentre outras coisas, pelo discurso e iniciativas de esgotamento do modelo do Estado moderno. Isso significa pensar os esforços de comunicação dessas instituições não apenas como ações voltadas para o desenvolvimento institucional, mas sim como ferramentas que, instaladas nos resquícios de Estado do mundo contemporâneo, podem, potencialmente, instaurar um outro tipo de diálogo (ampliado e ‘massivo’) com a sociedade, tornando-se novos espaços públicos de se fazer política.

Em moda atualmente em função, dentre outras coisas, da criação de uma TV pública no Brasil, esse debate passa pela discussão sobre o que significa ser público numa sociedade em que, de um lado, esvazia-se a capacidade de mediação das antigas instituições de Estado e, de outro, enfraquece-se a capacidade de mobilização da sociedade, incentivando-se uma ‘atomização’ que prioriza os direitos individuais e privados, em detrimento de interesses coletivos.

Trata-se de um esforço que requer, naturalmente, a distinção entre governo e Estado e a discussão pormenorizada sobre a relação entre Estado e sociedade, incluindo suas mediações. E que se resume na pergunta de Gramsci (2004, 229), com a qual encerramos este trabalho: “Se a escola é de Estado, por que não será de Estado também o jornalismo, que é a escola dos adultos?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. vol. 8. Lisboa, Editorial Presença, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

_____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas, vol. 1) São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.

BOBBIO, Norberto. *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo, Unesp, 2006.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 2006.

D'AMARAL, Marcio Tavares. *Comunicação e diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1992.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo manual da redação 1996*. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_introducao.htm.

GARCIA, Luiz. *O Globo: manual de redação e estilo*. São Paulo, globo, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Disponível em www.adelmo.org.br.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

MUHLMANN, Géraldine. Marx, o jornalismo, o espaço público. In: NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro, Revan, 2007.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro / São Paulo, Record, 2006.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo (vol1): porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular, 2005.